

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL –
PPGMS

FERNANDA SOUZA DE CASTRO

NOSSOS MORTOS TÊM VOZ
A memória social do Coletivo Mães de Manguinhos

Rio de Janeiro

2022

FERNANDA SOUZA DE CASTRO

NOSSOS MORTOS TÊM VOZ

A memória social do Coletivo Mães de Manguinhos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Javier Lifschitz

Linha de pesquisa: Memória e Espaço

Rio de Janeiro

2022

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

S334 Souza de Castro, Fernanda
Nossos mortos têm voz: a memória social do
coletivo Mães de Manguinhos / Fernanda Souza de
Castro. -- Rio de Janeiro, 2022.
117

Orientador: Javier Alejandro Lifschitz .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2022.

1. Mães de Manguinhos. 2. Movimentos de mães. 3.
Maternidade negra. 4. Memória . I. Lifschitz ,
Javier Alejandro , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL –
PPGMS

FERNANDA SOUZA DE CASTRO

NOSSOS MORTOS TÊM VOZ

Memória social do coletivo Mães de Manguinhos

Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, _____ / _____ / _____

Professor Doutor Javier Lifschitz (Orientador)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professora Doutora Andréa Lopes da Costa Vieira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professora Doutora Wânia Amélia Belchior Mesquita

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Camila Maria dos Santos Moraes (Suplente)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Para Ana Paula, Fátima e Patrícia

RESUMO

Essa pesquisa se desdobra a partir da organização política de mulheres-mães que tiveram seus filhos assassinados por agentes do estado no Rio de Janeiro, notadamente, através de ações da polícia militar. Lançando um olhar aproximado à experiência do coletivo Mães de Manguinhos, esse trabalho tem com aspecto importante a compreensão da territorialidade, bem como o modus operandi do Estado, por meio de suas forças de segurança pública, neste local. Mobilizo a construção das identidades dessas mulheres-mães através da politização de suas dores e luto, e as especificidades da maternidade negra no contexto da condição da mulher negra ao longo do processo de formação da sociedade brasileira. Com isso, busco refletir sobre esse sujeito político característico do cenário do Rio de Janeiro desde a década de 1990, que se organiza em movimentos de mães na luta por justiça, memória, e verdade sobre os casos envolvendo seus familiares, mas sobretudo, na luta pelo direito à vida, constantemente violado nas favelas e bairros mais pobres e periféricos do estado do Rio de Janeiro.

Palavras chaves: Mães de Manguinhos; movimentos de mães; maternidade negra; memória.

ABSTRACT

This research unfolds from the political organization of women-mothers who had their children murdered by state agents in Rio de Janeiro, notably, through actions of the military police. Taking a close look at the experience of the collective Mães de Manguinhos, this work has as an important aspect the understanding of territoriality, as well as the modus operandi of the State, through its public security forces, in this place. I mobilize the construction of the identities of these women-mothers through the politicization of their pain and grief, and the specifics of black motherhood in the context of the condition of black women throughout the process of formation of Brazilian society. With this, I seek to reflect on this political subject characteristic of the scenario of Rio de Janeiro since the 1990s, which is organized in movements of mothers in the struggle for justice, memory, and truth about cases involving their families, but above all, in the struggle for the right to life, constantly violated in the favelas and poorer and peripheral neighborhoods of the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Mães de Manguinhos; movements of mothers; black motherhood; memory.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Projeto inicial do PAC para elevação da linha férrea e a nova estação de Manguinhos	28
FIGURA 2: Foto da nova estação de Manguinhos.....	28
FIGURA 3: Área embaixo da linha férrea, pós obras do PAC	29
FIGURA 4: Favela Nova Beira Rio.....	30
FIGURA 5: Gráfico de vítimas de morte por intervenção de agente do estado – estado do Rio de Janeiro – 2003 a 2020	48
FIGURA 6: Placa em homenagem à Marielle Franco	52
FIGURA 7: Gráfico de taxa líquida de escolarização líquida no nível do ensino superior, por raça e gênero – Brasil (1995-2009)	59
FIGURA 8: Fotos do coletivo Mães de Manguinhos no V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo de Estado, CE/2022.....	81
FIGURA 9: Intervenção no muro da quadra central de Manguinhos – Memorial Mães de Manguinhos.....	87
FIGURA 10: Intervenção no muro da quadra central de Manguinhos – Memorial Mães de Manguinhos.....	88
FIGURA 11: Intervenção no muro da quadra central de Manguinhos – Memorial Mães de Manguinhos.....	88
FIGURA 12: Placa em homenagem aos jovens assassinados em Manguinhos entre 2013-2016	89
FIGURA 13: Placa em homenagem aos jovens assassinados em Manguinhos entre 2018-2019	90
FIGURA 14: Coletivo Mães de Manguinhos junto as placas colocadas na intervenção realizada na praça central de Manguinhos	92
FIGURA 15: Placa em homenagem a Matheus Melo de Castro (1994-2018) ...	92
FIGURA 16: Eliene junto a placa em homenagem à Hugo Leonardo	93
FIGURA 17: Coletivo Mães de Manguinhos junto a placa em homenagem a Vera Lúcia e Bianca	93

FIGURA 18: Informativo do 8º Levante das Mães de Manguinhos, maio de 2022	94
FIGURA 19: Fotos do 8º Levante do coletivo Mães de Manguinhos, maio de 2022	95
FIGURA 20: Evento de revitalização do Memorial na praça central de Manguinhos	95
FIGURA 21: Evento de revitalização do Memorial na praça central de Manguinhos	96
FIGURA 22: Faixa: “Tem sangue favelado nas mãos do Estado!”	96
FIGURA 23: Bandeira do coletivo de Mães de Manguinhos	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AP – Área de Planejamento

ARV – Agenda Redutora das Violências Locais

CV – Comando Vermelho

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

FAFEG – Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FSM – Fórum Social de Manguinhos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

Infopen – Informação estatística do sistema penitenciário brasileiro

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISP/RJ – Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PM – Polícia Militar

Pronasci – Programa Nacional de Segurança com Cidadania

PS – Promoção de Saúde

STF – Supremo Tribunal Federal

TC – Terceiro Comando

UPA – Unidade de Pronto-Atendimento

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1	19
Um movimento <i>territorializado</i>	19
O Estado e a Favela	30
Capítulo 2	53
As sujeitas da pesquisa: As Mães de Manguinhos.....	53
A maternidade negra e militante.....	63
O protagonismo da mulher de favela	67
Capítulo 3	73
O lugar do coletivo.....	73
A memória e o silêncio.....	81
O coletivo Mães de Manguinhos – uma luta por justiça e reparação	98
Considerações Finais.....	106
Bibliografia.....	111

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro é um estado em profunda crise política, no qual as instituições estão, cada vez mais, destituídas de autoridade e legitimação junto à sociedade fluminense. O ano de 2020, notadamente, marcou um aprofundamento dessa crise a partir da nova realidade inaugurada pela pandemia mundial do Covid-19 e a gestão dos governos de extrema-direita. Assistimos com perplexidade a continuidade do *modus operandi* das forças de segurança do Estado, que mesmo diante do esforço coletivo para a conscientização da importância do isolamento social fundamental para o controle do coronavírus, continuava a realizar incursões policiais nas favelas do Estado. Nesse período diversos coletivos surgiram em várias favelas cariocas a fim de disseminar informação sobre a pandemia e os cuidados necessários para evitar um agravamento no quadro epidemiológico junto às populações faveladas. Foram esses coletivos também os principais responsáveis pela distribuição de kit de higiene, máscaras e alimentos nesses territórios¹. Jovens ativistas e comunicadores que chegaram a criar uma plataforma² que contabilizava o número de casos e óbitos nas favelas cariocas, colocando em estatísticas a desigualdade social e de acesso a serviços de saúde evidenciados pela pandemia.

Os jovens comunicadores que compunham esses coletivos denunciavam a gravidade da continuidade das operações policiais no contexto de pandemia e isolamento social. Isso porque a polícia fluminense estava aproveitando, justamente, o momento de recolhimento da população e dos grupos armados que ocupam esses territórios para avançar na sua guerra e enfraquecer esses grupos envolvidos com o comércio varejista de drogas. O resultado foi desastroso.

Entre 15 de março e 19 de maio, a polícia matou 69 pessoas em operações monitoradas pelo coletivo Observatório da Segurança. A sucessão de mortes violentas em plena pandemia mostrou à polícia como um instrumento de matança, em vez de fiadora da segurança da população num momento de crise. Dados oficiais de abril indicaram mais um recorde, com a polícia matando, em supostos confrontos, 43% de vítimas a mais do que no mesmo período do ano anterior, que já havia sido um recorde. (MANSO, 2020)

¹ FLEURY; MENEZES; MAGALHÃES, 2021.

² Disponível em: <https://painel.vozdascomunidades.com.br/>

Entre muitas mortes não repercutidas e abafadas pela cobertura sufocante em torno do Covid-19, uma chamaria atenção da sociedade e da grande mídia. No dia 18 de maio de 2020, durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, policiais civis e militares alvejaram a casa do tio de João Pedro Mattos, de 14 anos. No momento da ação só haviam crianças e adolescentes no local que tentaram, em vão, atentar os policiais para esse fato. João Pedro foi morto com um tiro nas costas e investigadores encontraram pelo menos 72 marcas de tiros na casa³.

A história de João Pedro foi contada no Jornal Nacional e chamou a atenção para a violência policial durante a quarentena. O governador recebeu um grupo de ativistas e professores, que cobraram mudanças (MANSO,2020). No dia 5 de junho de 2020 o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu uma decisão liminar para impedir a realização de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro enquanto durar a pandemia da covid-19. Pela decisão do ministro Edson Fachin, as operações poderiam ocorrer apenas em casos excepcionais e com justificativa por escrito.

Foi em meio a esse contexto que este trabalho sobre os familiares de vítimas de violência policial na cidade do Rio de Janeiro, pós-redemocratização, começou a ser elaborado. Pensar a tragédia pessoal vivenciada por essas famílias ajudaria a compreender uma grave ruptura social que colocava em xeque a política de segurança pública no Rio de Janeiro: às vítimas dos conflitos armados e da polícia militar carioca. A pesquisa se debruça sobre um coletivo de mães – quase sempre as protagonistas desse tipo de coletivo familiar – de vítimas da violência policial.

A análise da atuação política de mulheres-mães que se organizam em coletivos na luta por justiça, memória e verdade por seus filhos vitimizados pela violência policial no estado do Rio de Janeiro vem sendo temática de trabalhos acadêmicos nas últimas décadas, nos quais os autores compreendem que a conformação desses tipos de coletivos é uma das consequências da forma de gestão das políticas de segurança pública no estado (LEITE,2004; ARAÚJO, 2007; FARIAS, 2007;2014; VIANNA e FARIAS, 2011). Nos últimos anos, as mortes por intervenção de agentes do Estado no Rio de Janeiro apresentaram um crescimento acentuado. Segundo o Centro de Pesquisa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos oito primeiros meses de 2019 o estado totalizou 1.249 mortes provocadas por agentes do Estado. Isso representou

³ Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/casa-onde-adolescente-foi-morto-tem-72-marcas-de-tiros-diz-entidade>

um aumento de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior (1.075). Desde 2013, as mortes produzidas por forças de segurança no Rio de Janeiro apresentam uma tendência de crescimento. No entanto, esse ritmo de crescimento se acelerou principalmente a partir de 2016. Se observarmos a série histórica mês a mês, desde 2015, vemos que o padrão da letalidade policial no Rio de Janeiro subiu alguns degraus nesse período. A média mensal do número de mortes por intervenção de agentes do Estado em 2015 foi de 54. Em 2018 foi de 128. Em 2019, entre janeiro e agosto, a média no Rio alcançou o número de 156 vítimas por mês.⁴

O Estado registrou 741 vítimas nos cinco primeiros meses de 2020, o que equivale a quase cinco pessoas mortas diariamente no Rio de Janeiro por agentes do Estado. Nunca foram registradas tantas mortes por ação policial nos últimos vinte e dois anos (1998-2020). Contudo, o segundo semestre apresentou uma queda brusca desses números. Isso porque, como mencionado acima, em junho de 2020, foi instituída a decisão, sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, validada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de proibição das operações policiais no Rio de Janeiro durante a pandemia do Covid-19. Tal decisão impactou de forma expressiva os números dos marcadores de violência no Estado. Segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), no ano de 2020, as mortes por intervenção de agente do Estado atingiram o menor patamar dos últimos três anos da série histórica, com redução de 31,4% em relação a 2019. A paralisação das incursões policiais em favelas também impactou sobre o número de policiais mortos em serviço, sendo 2020 o ano em que menos policiais morreram, desde o início da série histórica em 1998.⁵

A redução expressiva dos marcadores de violência, após a proibição das operações policiais em favelas, evidencia o quanto a ação policial impacta no cotidiano da cidade, principalmente na rotina das favelas e de seus moradores. Outro dado importante presente no relatório do ISP-RJ é o perfil das vítimas de morte por ação policial. Segundo o levantamento realizado, mais de 70% das vítimas são homens negros⁶ entre os 15 e 30 anos. A partir disso, se faz possível afirmar que a juventude negra vem sofrendo, ao longo dos anos, um processo de extermínio⁷ frente às ações das forças policiais do Estado. Essa realidade é, em grande parte,

⁴ Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-pesquisas/letalidade-policial-rj>

⁵ Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/SegurancaemNumeros2020.pdf

⁶ Conjunto de pessoas pretas e pardas, de acordo com a metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

⁷ A palavra extermínio é mobilizada aqui sob a compreensão que o Estado utiliza e atualiza formas de matar ou expor o povo negro à morte. No século XXI, são principalmente as ações das forças de segurança que vitimizam os jovens negros, como as estatísticas apresentadas indicam. Porém, como reflete Mbembe (2019) ao pensar o

fomentada pelo processo histórico-político de criminalização e marginalização da população negra e pobre da cidade, bem como dos territórios nos quais estão concentrados em sua maioria. Esse processo tem o homem negro como principal inimigo da ordem pública – “sujeito perigoso” -, e por isso, o principal alvo da violência estatal. A lógica do inimigo também é utilizada para gerir os territórios periféricos e favelados, servindo como justificativa para o uso desproporcional das instâncias governamentais nesses locais.

A partir da constatação de que os homens negros são as principais vítimas fatais dos agentes do Estado no Rio de Janeiro, as mulheres negras conformam o núcleo principal de um lugar doloroso⁸: os familiares de vítimas de ação policial⁹. São eles, principalmente as mães, que lidam com o processo de difamação, criminalização, judicialização e impunidade que ocorre após o assassinato de seus filhos. O luto se traduz na força que reúne mulheres-mães em coletivos que tem como agenda principal a justiça, a memória e reparação para seus filhos, e para tantos outros casos que ocorrem em um cenário diário.

O uso do termo mulheres-mães nesta pesquisa é uma apropriação da reflexão realizada pelas autoras Rosângela Araújo e Maria Marta Pinto Argolo ao se debruçarem sobre a construção de gênero das mulheres-mães negras no contexto de violência policial contra adolescentes e jovens. De acordo com elas, a violência gerada como resultados dos crimes

conceito de necropolítica, outras formas de liquidar as possibilidades de desenvolvimento da população negra vem sendo implementada pelo estado liberal, como por exemplo, uma ausência de investimento em saúde e educação que expõe as populações mais pobres, em sua maioria negra. Isso se reflete num maior número de evasão escolar entre essas populações, uma carência na assistência médica entre outras consequências que resultam numa maior exposição a morte.

⁸ A escolha da palavra “doloroso” traz como referência o conceito desenvolvido por Maria Piedade, denominado por ela como “dororidade”. Este conceito é mobilizado a partir das especificidades das experiências das mulheres negras, que são marcadas pelo racismo. A palavra dororidade vem como uma alternativa ao conceito de sororidade, mobilizado por parte do movimento feminista como uma empatia específica entre mulheres. Para Vilma Piedade, entre mulheres negras, esse elo é conformado principalmente pelas experiências de dor que essas mulheres vivenciam em comum. (PIEADADE, 2020)

⁹ Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), no ano de 2020, o indicador de Letalidade Violenta (correspondente à soma das vítimas de homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, roubo seguido de morte – latrocínio -, e lesão corporal seguida de morte) marcou 4907 mortes. Sobre o perfil das vítimas, os dados apontam que 90% dessas vítimas são homens e 6% mulheres, e cerca de 70% são pessoas negras. Não há, no estado do Rio de Janeiro, uma quantificação qualificada pelo denominador raça e gênero, impossibilitando qualquer apontamento específico sobre o número de mulheres negras vítimas de letalidade violenta e/ou morte por intervenção de agentes do Estado. Se ampliarmos para um quadro nacional, a partir de dados divulgados por estados que consideram raça atrelado ao gênero como um fator em suas pesquisas, observamos que as mulheres negras configuram 73% dos homicídios dolosos contra a mulher, e 60% dos casos de feminicídio.

Dados disponíveis em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/SegurancaemNumeros2020.pdf
<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-dehomicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>

praticados contra adolescentes e jovens negros, moradores de favelas e centros urbanos, por intervenções de agentes do estado, deve ser pensada enquanto uma modalidade de violência que atinge um grupo específico de mulheres: mulheres-mães negras. Araújo e Argolo se propõem a compreender a construção dessas mulheres-mães neste contexto. Partindo da noção de que a maternidade possui uma dupla dimensão – biológica e cultural, as mulheres-mães negras - sujeitas dessas pesquisas - tiveram suas experiências enquanto mães inviabilizadas por uma forma de violência que atravessou suas vidas, em grande medida, pelos marcadores sociais que atuam com muito mais peso sobre as vivências de mulheres negras e pobres. Assim, o sujeito político mulher-mãe negra é uma articulação que considera não apenas determinantes biológicos, mas também construções identitárias, classe social, espacialização e territorialidade onde são construídas suas experiências, etc. (ARAÚJO e ARGOLO, 2017).

Nesta pesquisa, teremos como sujeitos da análise as mulheres do coletivo Mães de Manguinhos, que recebeu este nome em 2014, quando as mães de dois jovens assassinados por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora de Manguinhos (UPP/MANGUINHOS), que passaram a compor o Fórum Social de Manguinhos, foram convidadas para uma palestra. Nesse evento, elas explicitaram a necessidade de demarcar este lugar de Mãe por conta de suas especificidades e pela forma como se organizam, como mulheres-mães, para além de um coletivo que luta pela favela. Precisavam, assim, de um espaço só delas, onde pudessem compartilhar esse sentimento de ser mãe. Em pesquisa recente realizada sobre as Mães de Manguinhos, Cruz (2020) procurou analisar como as “mulheres-mães” organizadas atuam diante do impacto da necropolítica¹⁰ em suas vidas. Segundo ela,

As Mulheres-Mães ao longo de sua trajetória de luta, promovem a organização política, com apoio mútuo e construção de metodologias e estratégias de atuação, ao passo que se conformam como *sujeitas* em um processo dialético no qual o apoio afetivo e político entre mulheres e para mulheres que contribui para a leitura crítica da realidade em que vivem, permitindo inclusive a apropriação dos instrumentos jurídicos e políticos que são disponibilizados a partir da atuação violenta dos agentes de Estado em suas múltiplas instituições. (CRUZ, 2020, p.13)

¹⁰ Conceito formulado pelo intelectual camaronês Achille Mbembe, no qual o autor aprofunda o conceito de biopoder de Foucault pensando a partir das experiências de ocupação colonial na modernidade tardia.

Hoje esse coletivo é formado por um grupo de mulheres: Ana Paula Oliveira (mãe de Johnatha), Patrícia Oliveira (tia de Johnatha e irmã de Ana Paula), Fátima Pinho (mãe de Paulo Roberto Pinho). A criação do vínculo entre essas mulheres-mães – através do ativismo político e da experiência compartilhada – tem como elo principal a morte de seus filhos e entes queridos, que se somariam a outros jovens assassinados pela Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ) durante o período de ocupação da UPP/MANGUINHOS (2012-2019). São eles: Matheus de Oliveira Casé (16 anos), morto em 2013, primeira morte pós-ocupação; Paulo Roberto Pinho Menezes (18 anos), morto em 2013; Johnatha de Oliveira Lima (19 anos), morto em 2014; Afonso Maurício Linhares (29 anos), morto em 2014; Christian de Andrade (13 anos), morto em 2015; Caio Daniel Faria (14 anos), morto em 2016; Matheus Melo (23 anos), morto em 2018; Carlos Eduardo dos Santos Lontra e Rômulo Oliveira da Silva, mortos em janeiro de 2019.

Essa pesquisa desenvolve, então, enquanto um esforço em registrar a construção e a memória de um coletivo de mulheres-mães negras de favela, resultado de tragédias pessoais que atravessaram suas vidas. A morte de seus filhos e entes queridos, assassinados por agentes do Estado do Rio de Janeiro, marcaram e mudaram pra sempre o rumo de suas trajetórias de vida e atuações políticas. Enraizadas no Complexo de favelas de Manguinhos, essas mulheres “crias” de seus territórios viram a violência de Estado mudar suas dinâmicas de ser, pensar e agir em seu território e para além dele. Algumas reflexões preliminares são necessárias para situar o trabalho e as questões que o compõe. Em primeiro lugar é importante sublinhar que seu objetivo central é contribuir para a construção de uma memória social e política de um coletivo de mães que buscam na experiência compartilhada apoio mútuo para viver o luto e a luta por justiça, memória e verdade para seus filhos. Para isso, buscarei compreender o Coletivo Mães de Manguinhos a partir de dois eixos centrais: seu território, analisando sua complexidade junto a dinâmica social da cidade, bem como as políticas públicas e ações do Estado nesse local; e a partir de uma análise das “*sujeitas*” que constroem esse coletivo, que tem como característica principal ser um coletivo de mulheres-mães negras e moradoras de favela.

A elaboração dessa forma de ativismo político que tem como principal característica o protagonismo feminino, e no qual a categoria “familiares de vítima” – com destaque para a maternidade - se apresenta como símbolo central para o engajamento dessas mulheres. A prática de “acionamento da condição de mãe como elemento de autoridade moral em atos políticos” se apresenta como uma estratégia comum entre esses movimentos, devido sua capacidade de legitimar as reivindicações do grupo e trazer visibilidade à luta contra violência policial nas

favelas (VIANNA; FARIAS, 2011). Essa estratégia compõe parte do agenciamento comunicativo feito por esses coletivos. A partir dessas noções, defendo nessa análise que a memória desse coletivo se constitui enquanto uma memória política, pois não se trata apenas de uma memória de um grupo, mas uma memória intencionalmente construída, que tem a esfera pública como principal destinatário. De acordo com Lifschitz,

A memória política só adquire potência quando entra na dimensão do sistema político ou da esfera pública, porque o seu “outro”, o emissor/destinatário de sua mensagem, é sempre o poder. Já não se trata de memórias espontâneas cuja finalidade é de serem compreendidas e reconhecidas como verdadeiras. O narrar da memória política procura intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política que pretende silenciar a memória ou produzir outras versões do passado. A memória política é um tipo de ação estratégica. (LIFSCHITZ, 2014, p.149)

Lifschitz (2014) se debruça também sobre o papel dos agentes da memória política – nesse caso as mulheres-mães de vítimas de violência policial - argumentando que sua principal especificidade seria o de organizar a atuação dos grupos ou movimentos entorno da memória política, a qual é dotada de forte potencial instaurador de transformações políticas e sociais. Este caráter de gestão e mobilização de um discurso e práticas é algo novo para a maioria dessas *mulheres de favela* (NUNES, 2015): as mães e familiares do Coletivo Mães de Manguinhos apontam que não tinham qualquer envolvimento com movimentos sociais e políticos antes de serem impactadas por suas tragédias pessoais. Essa organização ocorre, portanto, por meio de um processo de des-singularização do caso, que também se constitui como uma estratégia fundamental para deslocar sua tragédia pessoal ao cenário do problema social, aumentando a repercussão da denúncia na esfera pública e enquadrando-a em um circuito mais amplo de demandas por direitos (VIANNA; FARIAS; 2011, p.90). Entendo, assim, que a luta por justiça por seus filhos, também implica na luta contra a violência sistemática e racista do estado do Rio de Janeiro, que tem como alvo principal a juventude negra das favelas e áreas periféricas do estado.

Pensando nesse aspecto, o primeiro capítulo deste trabalho será dedicado à reflexão dos imbricamentos das trajetórias de vida dessas mulheres e o território de Manguinhos. Também se caracteriza como objetivo do primeiro capítulo lançar um olhar aproximado sobre as formas de gestão do Estado, a partir de suas forças de segurança, das favelas e dos territórios mais

pobres do Estado. A partir de uma análise das práticas e políticas públicas do âmbito da segurança pública é possível constatar que ao longo de mais de um século das forças policiais do Estado, seus esforços quase sempre se traduziram em uma ataque aos modos de ser do favelado, tornando a favela uma espaço de exceção para as ações estatais.

No segundo capítulo, pensaremos sobre as especificidades que atravessam a construção identitária das mulheres-mães protagonistas desta análise. Para isso, é fundamental nos debruçarmos sobre a condição mulher negra ao longo do processo histórico de formação de nossa sociedade, que tem como evento fundante a dominação colonial e o regime escravocrata. Dessa forma, podemos compreender as singularidades da maternidade negra e das formas de inviabilização ao direito exercer a maternidade às mulheres negras, bem como, as estratégias de resistência adotadas por essas mulheres-mães negras para lutar por sobrevivência, pelos seus, por direitos e por seus territórios. Ainda no segundo capítulos, destacaremos o papel do sujeito político mulher de favela, e seu protagonismo nas mobilizações em prol de pautas para seu território e para a vida do favelado. Tal protagonismo esteve, muitas vezes, atrelado ao lugar da maternidade e a noção de cuidado atrelado a ele.

No terceiro e último capítulo, trataremos sobre os aspectos que atravessam o coletivo Mães de Manguinhos. Começando pela localização dessa nova forma de mobilização política nos fluxos dos movimentos sociais, e as mudanças que influem numa maior horizontalidade dessas organizações. Contudo, é possível notar que essa nova forma de organização coletiva já era uma prática comum nos territórios de favelas, que, desde a instauração da nova república, encontram dificuldade em ter uma representação junto as instituições políticas e de Estado.

Nos movimentos pela paz e contra violência, protagonizado por mães e familiares, os trabalhos de memória também ocupam um lugar central. Compõem as diferentes estratégias empregadas por essas mulheres mães contra o esquecimento dos casos de seus filhos e contra a criminalização comum as mortes ocorridas nas favelas. Dessa forma, o trabalho de memória realizado por essas mulheres-mães são fundamentais para a denúncia e o andamento do processo jurídico.

Capítulo 1

Um movimento *territorializado*

“... Manguinhos é uma favela oriunda de várias outras”

Quando nos aproximamos do coletivo das Mães de Manguinhos se torna evidente a centralidade da dinâmica territorial na vida dessas mulheres e na conformação deste coletivo. Ao falar da origem do nome do coletivo, Fátima, Ana Paula e Patrícia sempre apontam que foi uma nome que surgiu de forma orgânica, como uma maneira que outras mães, militantes e movimentos sociais utilizaram para identificar essas mulheres que passariam ser um importante elo na rede de familiares de vítimas da violência policial no cenário carioca e nacional. Em todos os atos que marcavam presença, era denominadas como “Mães de Manguinhos”, sendo consolidado, dessa forma, como o nome do coletivo. A palavra Manguinhos não demarca apenas o pertencimento dessas mulheres a uma favela da zona norte da cidade. Demarca toda uma dinâmica político-econômica-social de um território favelado.

A palavra “complexo” significa um agrupamento de favelas e foi inicialmente aplicado por órgãos policiais. Posteriormente também foi utilizada pelo PAC/Manguinhos (2008), apesar de não ser empregada pelos moradores em geral (FERNANDES; COSTA, 2012). A diferença sobre a nomenclatura e os limites do conjunto de favelas de Manguinhos é percebida em falas de moradores, por partes de órgãos oficiais do governo e, até mesmo, entre pesquisadores, demonstrando, assim, o quanto a história de ocupação e formação desses territórios é fragmentada, em suas formas e temporalidades. Esse contexto propiciou a conformação de identidades distintas entre seus moradores, que resultam em disputas e diferentes noções de pertencimento ao território de Manguinhos.

Até a década de 1980 as favelas de Manguinhos mantiveram-se fora do círculo formal de moradia. Foi somente partir pressões de movimentos sociais e das associações de moradores de cada comunidade, que discussões em torno na Constituição de 1988 - que passou a incluir a determinação de que os municípios incorporassem esses territórios oficialmente como bairros das cidades – que favelas como Manguinhos passou a ser incluída no administração formal do Rio de Janeiro. Apesar da formalização destes novos bairros e a incorporação da favela a cidade, a realidade desses territórios não sofreu uma alteração substancial, observa-se a continuidade

de antigos aspectos, como a precariedade, ausência de serviços públicos e seus equipamentos e a manutenção de uma divisão do trabalho de maneira excludente. (COSTA e FERNANDES, 2012). E mesmo com avanços no âmbito legislativo e institucional “a favela continuou a ser tratada por órgãos específicos (...) que elaboravam e implementavam programas igualmente específicos” (COSTA e FERNANDES, 2009 apud LO BIANCO, 2011).

A área atualmente referenciada como Complexo de Manguinhos não corresponde ao bairro traçado pela legislação de 1988, e sim pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC/Manguinhos) e de Promoção da Saúde (PS). Localizadas na zona norte da cidade – Área de Planejamento 3 (AP-3) -, as 12 comunidades¹¹ que compõem o território de Manguinhos, compreendem uma população de cerca de 36 mil habitantes (IBGE, 2010). Sua área é delimitada pela Rua Leopoldo Bulhões, Avenida dos Democráticos, Linha Amarela, pelo rio Faria Timbó e o rio Jacaré, pelo Canal do Cunha e pelo campus da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Esses rios são hoje verdadeiras valas de esgoto e fonte de contaminação de doenças de toda sorte, contribuindo para que Manguinhos ocupe o lugar de segunda região mais poluída do Rio de Janeiro (LO BIANCO, 2011). Manguinhos possui o quinto pior IDH (Índice de desenvolvimento Humano) da cidade do Rio de Janeiro e ocupa a 150ª posição num total de 158 bairros contabilizados pelo Índice de Desenvolvimento Social (IDS).

Apesar da proximidade com Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e diversas iniciativas de promoção da saúde e de desenvolvimento local – como o Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) – o Complexo de Manguinhos ainda se configura como um dos principais bolsões de pobreza da cidade, altos índices de violência urbana e, se apresenta como o segundo território com maior índice de poluição na cidade do Rio de Janeiro.

A ocupação residencial desta região, iniciada há mais de 100 anos, é marcada por inicial loteamento de uma área mais abrangente denominada Engenho da Pedra, que englobava Manguinhos, Olaria, Bonsucesso e Ramos, atrelado ao desenvolvimento da ferrovia da Cia. Leopoldina Railway, a partir de 1880 (OLIVEIRA, 2003 apud TRINDADE; COSTA e FERNANDES, 2008). O século XX, principalmente após a década de 1940, e aos aterros das zonas de manguezal realizados pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, passa

¹¹ Há divergências entre pesquisadores que desenvolveram trabalhos sobre Manguinhos sobre as comunidades que compõe este complexo de favelas. Neste trabalho será adotado a perspectiva adota por Costa e Fernandes (2009) e Lo Bianco (2011), que compreendem que o universo social abordado engloba 12 comunidades, tendo em vista a incorporação da Vila União, devido a proximidade espacial e sociocultural, além de está incluída nas obras do PAC. Oficialmente, entretanto, essa área pertence a Benfica.

a testemunhar o crescimento acelerado da ocupação da região que se consolidava como um importante zona industrial na cidade¹². A grande oferta de empregos, bem como a proximidade com o centro da cidade e a zona portuária, promoveu um forte fluxo migratório para essa área, que foi sendo ocupada de diferentes formas ao longo do último século.

A trajetória de vida das mulheres-mães do Coletivo Mães de Manguinhos se mistura com a história das favelas cariocas, e as políticas públicas voltadas para esses territórios. Ana Paula e Patrícia são “crias” de Manguinhos, nasceram e foram criados entre seus becos. Mas carregam a memória de seus pais e avós sobre o período que marcou sua migração para essa região, impulsionada pelo processo de remoções das favelas da zona sul e de outras regiões de interesse na cidade.

Então, eu nasci aqui né, em Manguinhos. Na verdade, eu sempre falo que a minha história de vida, a minha história começa em Manguinhos com a chegada né, das minhas avós, tanto materna como paterna. Vindas de outras remoções, de outras áreas de favelas do Rio. Então, a minha vó paterna, ela vem da zona portuária, de uma favela no caju, situada ali na região do caju, vem com o meu pai né. Meu pai ainda criança. E isso foi na década de 1960 e nesse mesmo tempo, também vem a minha vó materna, com a minha mãe, vinda de uma remoção de uma favela da zona sul do Rio, que era conhecida como Praia do Pinto. E, eu e a Patrícia, nós crescemos ouvindo nossa mãe contar as histórias muito tristes, que houve um incêndio que na época especulou-se muito que o incêndio foi um incêndio criminoso mesmo pra retirar as pessoas daquela região já que ali era uma área nobre né. Onde hoje também está situada a cruzada São Sebastião ali né, um conjunto habitacional que existe. Então assim, minha mãe falava né, que perderam tudo, ela, a mãe dela, a vó dela, perderam tudo, só saíram com a roupa do corpo, dormiu por dias pela rua, até conseguirem abrigo numa igreja. E aí, depois teve um cadastro né. E aí, depois vieram pra Manguinhos. Manguinhos é uma favela que é oriunda de várias outras... pessoas né, oriundas de várias outras favelas do Rio, né, e até hoje tem uma parte

¹² A presença de instituições e empresas, como a Fiocruz, Correios e Telégrafos (ECT), Empresa Brasileira de Telecomunicação (Embratel), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL), Refinaria de Petróleos de Manguinhos S. A. e a fábrica de cigarros Souza Cruz, denota uma característica histórica da configuração de Manguinhos e imediações como região industrial (FERNANDES e COSTA, 2009)

*aqui de Manguinhos que é conhecida como CHP2, que são chamados Conjuntos Habitacionais Provisórios né. Porque então, na verdade, que aqui, Manguinhos era um Mangue, foi aterrado, e construído essas habitações provisórias. Mas, é onde essas pessoas permanecem até hoje.*¹³

O relato feito por Ana Paula demarca o período de remoções que favelas da zona sul e de outras áreas de interesse econômico do Rio de Janeiro. A transferência dos moradores da favela da praia do Pinto para o condomínio da Cruzada Sebastião situada em Manguinhos, organizada por órgãos de controle social governo estão na esteira de políticas públicas de habitação ganharam bastante espaços nos governos após a década de 1950. A partir da ampliação política econômica industrial no espaço urbano, observamos um adensamento populacional nas cidades brasileiras, provocado principalmente migração de população pauperizada da cidade e de outras regiões do Brasil, atraída pela possibilidade de oferta de emprego e moradia. Contudo, esse processo foi marcado pela ausência de planejamento urbano e habitacional, que resultou na formação de novas favelas nos subúrbios das cidades. As décadas seguintes foram marcadas por políticas públicas que buscariam “solucionar” essa questão.

Como solução para o que era compreendido como ‘problema’ de âmbito social, político e jurídico, verificou-se a formulação de diversas políticas públicas, as quais intercalavam propostas de socialização, integração e, principalmente, erradicação em resposta aos interesses estabelecidos entre Estado e classe dominante diante da valorização de determinadas áreas da cidade e de ações de âmbito eleitoral. (FERNANDES e Costa, 2012)

Manguinhos, que já possuía áreas ocupadas, passou por uma intensificação no processo de ocupação no início do século XX, com a construção do Instituto Oswaldo Cruz (atual, FIOCRUZ), recebeu uma maior atenção do Estado da Guanabara entre as décadas de 1920 e 1940. A região que está localizada numa área estratégica devido sua proximidade com o centro da cidade e a zona portuária, recebeu importantes propostas de urbanização, como o Plano de Melhoramento formulado por Donat-Alfred Agache (1927-1930) - o plano “AGACHE” – que tinham como norte o crescimento industrial e habitacional na região, transformando Manguinhos e adjacências em uma zona industrial. A gestão do prefeito Henrique Dodsworth

¹³ Trecho retirado da entrevista concedida por Ana Paula Oliveira, no dia 2 de maio de 2022.

daria continuidade a essas políticas, de transformar Manguinhos em um bairro industrial urbanizado, contudo, como apontam Fernandes e Costa (2010; 2012), os projetos limitaram-se, apenas, ao aterramento, à retificação dos rios e a construção de alguns conjuntos habitacionais.

Os anos de 1950 na região de Manguinhos foram marcados pela construção de habitações populares destinadas a grupos específicos. Alguns destes foram construídos para abrigar famílias de trabalhadores de indústrias instaladas na região e trabalhadores de outros serviços, como o Parque São José, destinada a funcionários da limpeza pública (FERNANDES e COSTA, 2009; 2012). Os chamados Centros de Habitação Provisória, foram criados como parte da política de remoção de favelas, para receber a população removida de outras áreas da cidade. Eram caracterizados como provisórias porque tinham dentre seus objetivos “ensinar” essa população uma outra forma de habitar o espaço. Depois seriam transferidas para outras moradias, já imbuídos de uma forma de habitar que o governo e as classes dominantes tinham como mais “civilizada”. Contudo, como elucidado pela fala de Ana Paula no trecho citado acima, esses condomínios de caráter provisório compõe o cenário de Manguinhos até os dias de hoje.

Nesse período observamos a implementação de políticas sociais e ações específicas nas favelas. Diversos órgãos¹⁴ foram criados para cumprir essas ações, dentre a Fundação Leão XIII (1947) ganharia destaque do controle social da favela, especialmente após o golpe de 1964. Isso porque, durante os governos de Carlos Lacerda (1960-1965) e Negrão Lima (1965-1970), observamos políticas públicas pautadas em ações anti-favelas, fortemente caracterizada pela política de remoções desses territórios do cenário da cidade. Na esteira da truculência marcada por uma política de remoção de parte da população de seus lares, se fez necessário uma política de controle social, que visou desarticular as recém criadas associações de moradores¹⁵. A Fundação Leão XIII protagonizou esse controle social, sendo uma dentre as suas ações definidas a “assistência material e moral aos habitantes de morros e favelas do Rio de Janeiro”¹⁶. Segundo Fernandes e Costa 2013,

¹⁴ Departamento de Construções Proletárias (DCP) e Departamento de Habitação Popular (DHP) em 1946; Cruzada São Sebastião (1955); Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), em 1956.

¹⁵ A política oficial humanizou-se por um breve espaço de tempo, de 1960 a 1962, quando José Arthur Rios foi diretor dos serviços sociais da Guanabara. A maioria das Associações de Moradores foram então criadas com o forte encorajamento do governo – só em 1961 surgiram 71 novas associações. Em 1962 Rios foi demitido por Carlos Lacerda, então Governador do estado, encerrando-se o único período de diálogo aberto entre os favelados e o governo. (PERLMAN, 1977, p.241)

¹⁶ Estatutos da Fundação Leão XIII. Rio de Janeiro. Fev,1947. Art. 1º.

A Fundação Leão XIII, criada pela Igreja Católica diante da preocupação com as possíveis ações políticas de grupos comunistas frente aos moradores de favelas, teve uma atuação destacada nessas comunidades, nas quais pregava o assistencialismo; atuava no cadastramento de moradores para realocação, controle e manutenção dos conjuntos de habitações; buscava viabilizar alguns serviços básicos como abastecimento de água, rede de esgoto, iluminação elétrica e rede viária e, sobretudo, controlava a expansão das comunidades. (FERNANDES e Costa, 2013)

Esse caráter pautou as políticas públicas em favelas durante todo o período do regime militar. Somente a partir do período de abertura política do final da década de 1970, observamos a tentativa de um diálogo com a população favelada com a incorporação de algumas reivindicações populares, que incluíam a elaboração de programas que propunham obras urbanísticas e a regularização fundiária.

No período pós-redemocratização, nas décadas de 1980 e 1990, a favela de Manguinhos passou por dois momentos determinantes para compreensão da sua atual conjectura. O primeiro foi justamente a superdensificação ocasionada pela legislação que buscava regularizar a ocupação do território, a qual incluía o usucapião e admitiu a construção de habitações sem legalização prévia, que acabou por frear os processos de remoções em massa, sem apontar, contudo, para uma solução da questão fundiária (FERNANDES e COSTA, 2013), e para a questão urbanística da favela, que continuou a crescer sem o auxílio de políticas públicas que pensasse o planejamento urbanos desses locais.

O segundo foi o movimento de desindustrialização vivenciado na região. A desativação das indústrias provocou o surgimento de um cemitério de empresas no local (SILVA, 2008). Ao realizar uma análise sobre o polo industrial do Jacaré e do local de moradia que se estabeleceu no seu entorno, a favela do jacarezinho – favela vizinha ao Complexo de Manguinhos – Heitor Ney M. Silva (2008) aponta que as dificuldades macroeconômicas nacionais, se abateram de forma agravada no Rio de Janeiro, provocando a redução da atividade industrial e do emprego no local. O que restou foi um cenário de prédios e terrenos abandonados, cercados por uma grande população favelada com oferta de emprego reduzida. Esse processo teve um enorme impacto nesta região da zona norte carioca.

A desindustrialização foi intensificada, ainda, por uma importante especificidade das favelas cariocas nas últimas décadas do século XX: a complexificação do tráfico de drogas e os

conflitos armados entre grupos organizados, e um crescimento exponencial da violência policial. A favela de Manguinhos, junto com o Jacarezinho, é um dos mais antigos e fortalecidos territórios controlados pela facção criminosa Comando Vermelho, sendo por isso palco de muitos conflitos entre facções rivais e com a polícia, não atoa a mídia nomeou umas das principais vias que cortam a favela como “faixa de Gaza”¹⁷.

A década de 1990 é marcada por novas políticas públicas e também por uma grande pressão dos movimentos populares por políticas habitacionais. O programa Favela-Bairro começou a ser implementado em 1993 pelo então prefeito César Maia. Entre as ações previstas estaria a incorporação da favela como espaço oficial a cidade, através da sua elevação ao status de bairro, que passou a ser incorporado em suas regiões administrativas. O programa também previa intervenções urbanísticas, contudo Manguinhos não foi contemplada por essa parte do programa.

Manguinhos não foi contemplada nesse programa ‘curiosamente’ por ser considerada uma área de extrema complexidade com bolsões de pobreza, alta densidade demográfica e tráfico de drogas e por necessitar de alternativas técnicas muito complexas e dispendiosas, devido às peculiaridades do solo, à ocupação em áreas não edificantes, à necessidade de drenagem do solo e à instalação de redes de captação de esgoto sanitário, como foi informado pelos técnicos da Prefeitura à época, Marcia Garrido, José Stelberto Soares e Maria Lúcia Petersen. (FERNANDES E COSTA, 2013)

Alguns conjuntos habitacionais foram construídos a partir de políticas estatais, como a construção do Conjunto Habitacional Nelson Mandela (1990) e Samora Machel (1991). Contudo, muitos dos terrenos vazios da região passaram a ser ocupados por muitas famílias que tinham como objetivo inclusão em algum programa habitacional. Várias foram as comunidades formadas na região de Manguinhos sem intermediação do Estado: Mandela de Pedra (1995); Embratel/Samora II (2001); Vitória de Manguinhos/Conab/Cobal (2002); Embratel II (2007). Freire e Souza (2018) que esse processo de ocupação sem intermediação do Estado ocorreu através da ocupação de prédios abandonados durante a desativação das indústrias, como uma estratégia para conseguir uma moradia. As pessoas ocupavam o espaço para ter preferência num possível cadastramento para obtenção de moradia na região. Esse processo de ocupação foi

¹⁷ Apelido dado à Avenida Leopoldo Bulhões devido aos constantes tiroteios entre polícia e traficantes de drogas.

intensificado a partir da circulação da informação da possibilidade de implementação do Programa de Aceleração de Crescimento na região de Manguinhos.

O PAC foi lançado em 2007 pelo governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva em parceria com os governos estaduais e municipais, enquanto um programa de desenvolvimento, que busca além de promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria da condição de vidas dos brasileiros (LO BIANCO, 2011). Os investimentos em infraestrutura buscavam, entre outros, diminuir a desigualdade social regionais e sociais no país, e nesse espectro, destacava-se a urbanização integrada de favelas – O PAC Social e Urbano, mais conhecido como PAC-FAVELAS (FREIRE e SOUZA, 2018).

Manguinhos foi uma das primeiras favelas a receber as obras de infraestrutura, urbanização habitação do PAC no Rio de Janeiro. Composto por doze favelas, o bairro Manguinhos passou a ser denominada pelo programa como Complexo de Manguinhos¹⁸ pelo programa. Em um primeiro momento o PAC/MANGUINHOS foi recebido em um primeiro momento com apoio e entusiasmo pelos moradores. Contudo, a ausência de diálogo com os moradores e movimento sociais do território, frustrou a expectativa de muitos com o programa.

Freire e Souza (2018), ao realizarem uma análise aproximada dos impactos do PAC na favela de Embratel, apontam que

Apesar da precária infraestrutura, os moradores consideravam a localização privilegiada, com acesso as demais regiões da cidade através de trem e ônibus, facilitando, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho e a serviços públicos de saúde e educação. A maioria dos moradores manifestava, assim, o desejo de que a implantação do PAC melhorasse as suas condições de vida sem que, para isso, tivessem que sofrer um deslocamento forçado. (FREIRE e SOUZA, 2018, p.294).

Uma opinião similar pode ser observada a partir das entrevistas do coletivo Mães de Manguinhos, ao contarem sobre suas percepções sobre o programa e o impacto nos seus cotidianos.

Manguinhos é uma área que fica situada na zona norte na cidade do Rio de Janeiro, fica muito bem situada porque aqui nós temos vários meios de transporte bem próximos, trem, metro, várias linhas de ônibus

¹⁸ A palavra ‘complexo’ significa um agrupamento de favelas e foi inicialmente aplicada por órgãos policiais, mas também é utilizada no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC/Manguinhos), apesar de não ser empregada pelos moradores em geral, ao menos em Manguinhos. (FERNANDES e COSTA, 2013)

né. Também temos muitas indústrias, comércio, e eu acho, por conta disso também, temos shopping, várias coisas. Acho que por conta disso também, é uma área muito visada, e o tempo todo sofre remoções por conta disso sabe. E aí, a gente passou também por esse processo de remoção, por conta das obras do PAC né, e foi muito adoecedor, foi muito sofrimento pra toda nossa família, nossos vizinhos. E, mais um projeto do governo, onde mais uma vez não estava sendo levado em consideração a vida do morador, a saúde do morador, mas sim os interesses políticos deles. Então assim, era um ano também de ... foram obras que serviram de palanque político pra, para alguns políticos, e é isso.

Em trabalho desenvolvido sobre a memória social do PAC/Manguinhos, Carlina Dardi (2017), ao realizar grupos de debate e memória com diferentes personagens da implementação do programa, aponta que houve uma tentativa de criar espaços de diálogo e planejamento coletivo, ações que também estavam discriminadas no projeto inicial do programa. Contudo a falta de transparência, além de grande parte das obras não concluídas, fez com que as memórias do programa na comunidade fossem marcadas principalmente por promessas não cumpridas.

Patrícia Oliveira, do coletivo Mães de Manguinhos, aponta algumas das incongruências das propostas do PAC em Manguinhos. Arquiteta e urbanista, ou, “arquiteta favelada” como gosta de se apresentar, Patrícia indica que grande parte do orçamento foi destinado a elevação da via férrea e na construção de uma nova estação de trem. Todavia, a parte desse projeto de incluía uma área comercial e de lazer, que ocuparia o vazio deixado pela elevação da estação, não foi concluída.





Patrícia Oliveira também denuncia o grande desvio de verbas públicas¹⁹ que marcou as obras do PAC FAVELAS no Rio de Janeiro, que fez com que boa parte das obras não fossem concluídas. O cenário deixado pelas casas semidemolidas, agravaram o cenário de abandono do espaço, além de ser mais uma forma de sofrimento na memória das pessoas que precisaram ser removidas para as obras que não foram realizadas. Hoje, o espaço foi transformado em uma cena de uso de crack, além de novas de ocupação ainda mais precarizados, como a favela Nova Beira Rio.

¹⁹ Ver em: <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/68905>



O Estado e a favela

Como citado anteriormente nesse capítulo, a relação entre as políticas públicas estatais e as favelas sempre foram pautadas como solução para um problema de âmbito social, intercalando entre propostas voltadas para integração, socialização e erradicação desses espaços no tecido urbano. Com a complexificação da sociabilidade nesses territórios a partir do controle desses espaços por grupos armados e a dinâmica do comércio varejista de drogas, observamos que a dinâmica do território “problema”, o corpo estranho e desordenado na cidade, passou a ser visto como um “território inimigo”, se tornando ao longo das últimas décadas um espaço de exceção gestado pela “metáfora de guerra”.

O Estado passou a atuar nos territórios favelados a partir de duas frentes principais: políticas públicas que abordaram aspectos ligados à infraestrutura desses espaços e a questão da habitação; e através de políticas voltadas para o controle social, centralizadas em ações de órgãos e instituições da segurança pública, traduzidas principalmente em ações da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

A premissa de uma cidade partida (VENTURA, 1994), ditou no uso de força policial de maneira desproporcional e ostensiva nas partes mais pobre da cidade. O imaginário das “classes populares” como “classes perigosas” pelos aparelhos repressivo-policiais tem sua origem na criminalização dos movimentos operários do início do século XX (NAIDIN, 2020).

Ainda durante a República Velha, Misse (2011) salienta que a atividade policial voltada para a população pobre ainda não tinha o sentido de combate a criminalidade, as demandas eram quase sempre de âmbito moral, criminalizando a parte da população com costumes considerados “desviantes”, quase sempre atribuída a população negra que ocupava o espaço urbano. Esse recurso foi mobilizado como uma forma de continuidade do controle social desta parte da população no contexto pós-abolição.

Nesse sentido, Rocha (2020) aponta para o racismo como fundante do policiamento e do sistema de justiça brasileiro, indicando a criação da Guarda Real em 1809 – origem da polícia brasileira – como a institucionalização da contínua presença do Estado na vida de negros e negros escravizados, uma vez que essa força é criada para proteger a corte real portuguesa que se estabeleceu em meio as massas de pessoas escravizadas que ocupavam a cidade na época. Rocha mobiliza a obra de Thomas Holloway (1993;1997), que destaca a ênfase do controle social e repressão exercidos pela polícia no contexto de uma cidade escravista.

Silvia Naidin (2020), ao realizar uma profunda revisão nos estudos pautados na violência letal da polícia, chega ao denominador comum que denota ao Brasil a triste marca de recordista mundial de letalidade policial, em ações marcadas pelo uso abusivo, violento e ilegítimo da força. Cano (1997), em seu estudo sobre a letalidade policial fluminense, defende que essa ação não é fruto do despreparo, mas de uma atuação deliberadamente homicida. Essa ação homicida não ocorre de forma uniforme pelos diferentes territórios da cidade, sendo as favelas e periferias seu local de incidência majoritária. O uso abusivo da força letal atinge, ainda, alvos preferenciais, são principalmente os jovens negros do sexo masculino os vitimizados pela violência legal policial. Essa seletividade da ação da polícia é compreendida por alguns autores como fruto da racialização das relações socioeconômicas no Brasil, que produz e reproduz o racismo institucional (RAMOS e MUSUMECI, 2005; CANO, 2014 apud NAIDIR, 2020).

Buscando compreender possíveis origens que explicassem a letalidade da polícia fluminense, alguns autores, como Paulo Sérgio Pinheiro (1991), apontam que a origem do uso ilegal do aparelho repressivo do Estado estaria na sua atuação durante o regime militar, principalmente após a instauração do Ato Institucional nº 5, que forneceu “respaldo jurídico” para o uso de práticas como prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos forçados, e as execuções sumárias como meios legítimos de controle social e proteção contra “inimigos internos”.

Contudo, a relação da polícia e o uso ilegítimo da violência, principalmente nas favelas e periferias da cidade, já era destaque positivo na mídia nas décadas anteriores. Após o período de exceção política da Era Vargas (1937-1945), observamos nas cidades brasileiras, com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, um acelerado processo de industrialização que, por sua vez, impulsionou o processo de urbanização, buscando estabelecer uma infraestrutura que possibilitasse uma economia industrial.

Essa nova dinâmica, como vimos anteriormente neste capítulo, proporcionou o superpovoamento das cidades, provocados pelas ondas migratórias de pessoas procurando as oportunidades de emprego impulsionadas pela indústria. Esse grande crescimento demográfico não foi acompanhado por políticas de planejamento de ocupação do território, e nem por políticas de moradia, fato que ocasionou o adensamento das favelas, que até então ocupavam principalmente os morros no entorno dos bairros tradicionais. A partir da década de 1950, esse fluxo de pessoas passou a se deslocar para os subúrbios da cidade, como a zona norte, onde está localizado o Complexo de Manguinhos. Importante destacar que esse fluxo em direção aos subúrbios não foi somente consequência do crescimento demográfico e da industrialização dessas regiões da cidade, mas foi fruto de uma política de remoções de favelas localizadas em áreas de interesse do mercado imobiliário, principalmente a zona sul da cidade, a qual projetava nos subúrbios industriais uma possibilidade de assentamento dos moradores das favelas extintas.

A falta de investimento público nesses novos territórios que desenhavam o novo espaço urbano da cidade carioca fez surgir áreas com moradias precárias, com insuficiente infraestrutura, ausência de serviços essenciais, como saneamento básico. O desordenamento foi a tônica da ocupação nessas novas regiões. A disparidade observada nas diferentes zonas da cidade carioca ocasionou graves cisões sociais.

Uma delas foi um aumento da sensação de insegurança em razão dos números crescentes de crimes contra a propriedade. Bruno Manso (2020), aponta que esse momento como decisivo para o recrudescimento da atuação policial violenta, mobilizando um discurso de proteção da parte “civilizada” da população, fortalecendo a narrativa de uma suposta disputa entre “mocinhos” e “bandidos” na cidade. Para o jornalista, a sensação de vulnerabilidade e medo – largamente impulsionada pela mídia –, que se traduziu na figura do “bandido”, que na prática representava a estigmatização de jovens negros moradores de favela.

Vemos surgir então grupos de extermínio, formados principalmente por policiais. O primeiro grupo do Rio de Janeiro foi formado em 1957, pelo general do exército Amaury Kruehl,

chefe da polícia do Distrito Federal. Conhecido como “Esquadrão Suicida”, o grupo teria sido uma resposta à Associação de Comerciantes, que reclamava os prejuízos causados pela alta no número de assaltos na época (MANSO, 2020). Esse tipo de mobilização demonstra como a prática miliciana de articular recursos públicos para a garantia de interesse privado de alguns grupos, através do uso ilegal da força por grupos paramilitares, não se caracteriza como uma novidade na instituição policial.

A instabilidade política do início da década de 1960 favoreceu a defesa de ações policiais de caráter violento. A partir do golpe civil-militar concretizado em 1964, observamos um agravamento dessa situação, possibilitado pela flexibilização dos controles policiais. Hélio Bicudo (2000), aponta para estratégia, desempenhada pelo regime militar no imediato pós-golpe, de transformar as antigas milícias em forças auxiliares do exército, sob a lógica da ideologia de segurança nacional.

[...] toda a legislação posterior ao golpe de 64 teve como tônica a preocupação de subordinar as milícias estaduais ao comando geral e central das Forças Armadas, donde se pode concluir, ainda hoje, que as Polícias Militares não são corporações subordinadas aos governos estaduais, mas diretamente sujeitas, hierárquica e operacionalmente, ao Exército; que o Estado Maior do Exército exerce, ainda, fiscalização administrativa sobre as Polícias Militares, mediante a atuação da Inspeção Geral das Polícias Militares (artigo 23 e parágrafo 3º do regulamento 200); e mais, que esses vínculos de subordinação hierárquica, operacional e administrativa são permanentes (BICUDO, 2020).

É fundamental a compreensão da reformulação da polícia organizada durante o regime militar e sua construção na linha ideológica da segurança nacional - atuando contra um inimigo interno – que durante o regime militar vai ser traduzir em uma atuação contra os movimentos guerrilheiros de esquerda. O combate à luta armada das organizações de esquerda mobilizou a organização de uma máquina de inteligência, que visava não só exterminar fisicamente os opositores do regime, como também os derrotar no plano ideológico. Com autorização para práticas de exceção, policiais matadores formaram a linha de combate à luta armada nas cidades, com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo. Torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados compunham o *modus operandi* desses grupos. Muitas práticas que

hoje observamos nas ações policiais foram criadas durante esse período, como a simulação de troca de tiros para justificar homicídios.

Sobre a reformulação da polícia militar em 1969, através do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que dispõe a reorganização das polícias militares e os Corpos de Bombeiro militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, se faz importante para este trabalho destacar o seguinte item do decreto: “b) atuar de maneira preventiva com força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação à ordem”.²⁰ Esse decreto ajuda a elucidar uma característica importante da polícia militar ainda durante regime e intensificada a após a década de 1980: sua presença ostensiva e violenta nas favelas cariocas, e de todo o estado fluminense.

Muitos são os legados e continuidades do período ditatorial brasileiro que ajudam a elucidar o atual cenário de violência urbana no Rio de Janeiro, e em outras capitais do país. De acordo com Luiz Eduardo Soares,

A ditadura no Brasil não inventou a tortura ou as execuções de inimigos internos. Tais práticas perversas e as correspondentes concepções, racistas e autoritárias, têm a idade das instituições policiais no Brasil e, até mesmo, antes de sua criação, já tinham curso. A ditadura militar e civil de 1964 simplesmente reorganizou os aparatos policiais, intensificou sua tradicional violência, autorizando-a e adestrando, e expandiu o espectro de sua abrangência, que passou a incluir que passou a incluir militantes da classe média. Ainda assim, foi esse regime que instituiu o modelo atualmente em vigência no Brasil (SOARES, 2015)

A continuidade dessas práticas ilegais pelos órgãos de segurança pública e seus agentes configura como uma das principais consequências do processo de transição política brasileiro, marcado pela impunidade e pelo silêncio. Além de anistiar de forma equiparada militantes de esquerda presos pela Lei de Segurança Nacional e os agentes estatais responsáveis por centenas de casos de tortura, desaparecimento forçado e assassinatos, o processo de transição não realizou qualquer trabalho de investigação dos crimes cometidos pelas Forças Armadas durante os mais de vinte anos de regime. Além disso, nenhuma reformulação das instituições de segurança foi realizada. Dessa forma, as polícias militares, principais responsáveis hoje pelo

²⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-667-2-julho-1969-374170-normaatuizada-pe.pdf>

policciamento ostensivo e preventivo nos centros urbanos brasileiros, continuam operando – em período democrático – a partir de uma estrutura organizacional e corporativa desenvolvida pelo regime militar.

Se por um lado a ditadura inaugurada em 1964, auxiliou a organização de um aparato repressivo que continua pautando as ações das policiais – militares e civis – até os dias atuais, as consequências também se estendem pelas formas de crime organizado que já configuravam o cenário da cidade carioca, e àquelas que passaram a compor a cena criminal do Rio de Janeiro a partir da década de 1980.

Diversos autores apontam a conexão entre o surgimento do Comando Vermelho dentro do sistema penitenciário da ditadura militar. A integração proporcionada pela reclusão conjunta de presos comuns e presos políticos proporcionou uma atmosfera política diferenciada. A influência das práticas dos militantes de esquerda, bem como suas concepções políticas ajudaram a configurar um grupo com características diferentes de outros grupos criminosos. Juntos, os detentos denominados de os “lei de segurança” (MISSE, 2011) se organizaram e lutaram por melhores condições dentro do sistema penitenciário e pela garantia de seus direitos. É nesse contexto que observamos o surgimento do grupo “Falange Vermelha”, denominado pela imprensa de “Comando Vermelho” (MISSE, 2011). O nome foi adotado pelo grupo e ganhou o imaginário dos cariocas a partir da década de 1980.

A Lei de Anistia de 1979 não garantiu a liberdade para os presos comuns condenados pela Lei de Segurança Nacional. Considerando-se injustiçados, membros do C.V. acirram sua atuação tendo como lema: Paz, Justiça e Liberdade. Se quando foram presos grande parte desses criminosos compunham grupos de assaltantes, o comércio varejista de drogas passou a configurar nas décadas de 1970 e 1980 o principal foco de atuação do “comando”. Misse (2006;2011) aponta que esse novo foco tem ligação com um aumento na oferta de cocaína no mercado latino-americano. Com a crise do comércio de *cannabis*²¹, os pontos de venda de drogas tomados agora por membros do comando estavam fortalecidos pelo comércio de cocaína. Na década de 1980 o Comando Vermelho já apresentava uma consolidação desse modelo de organização em uma rede de quadrilhas atuantes no comércio varejista de drogas, com base na proteção oferecida pelo Comando Vermelho.

²¹ Misse (2011) aponta que essa crise foi consequência da entrada da Colômbia na produção e distribuição de maconha para o comércio varejista, o que ocasionou a queda do preço da mercadoria.

O controle do Comando Vermelho não era somente sobre os pontos de venda de drogas ilícitas, conhecidas no Rio de Janeiro como “bocas de fumo”. Esses pontos se estabeleceram dentro das favelas e territórios mais pobres da cidade, nas quais o Comando também exercia controle sobre estes territórios e suas populações.

Contudo, em meados dos anos 1980, observamos o surgimento de outros “comandos”, que posteriormente se ramificariam ainda mais a partir de dissidências dentro desses grupos armados. Esse novo contexto instaurou uma disputa violenta pelo controle de territórios, assim como uma corrida armamentista que introduziu nas cariocas armamentos de guerra. As polícias militar e civil, se engendraram nessa guerra não somente a partir do acirramento da violência policial em repressão a esses grupos armados, mas também se organizando com eles. Misse (2011) e Manso (2020) apontam que um o principal rival do Comando Vermelho na década de 1980, o Terceiro Comando (TC), teria sido criado por policiais, com o objetivo de enfraquecer o CV, e também se beneficiar dos lucros do tráfico, competindo com ele.

Paralelo ao crime organizado ligado ao comércio varejista de drogas, observamos a continuidade da atuação dos policiais “justiceiros” através de grupos de extermínio. Na Baixada Fluminense, periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, foi comum durante as décadas de 1970 e 1980 a atuação desses policiais, contratados por comerciantes locais, para eliminar assaltantes e ladrões na região. Esses policiais, que configuraram a principal mão de obra dos porões da ditadura, refinaram sua organização e passaram a oferecer seus serviços de proteção a propriedade e “pistolagem”. Esse fenômeno ficou conhecido como “polícia mineira”.

A “polícia mineira” foi a origem da forma de milícia que hoje predomina do estado do Rio de Janeiro, e que também já se encontra em outras regiões do Brasil. Misse (2011) registra que o local de surgimento dessa nova modalidade de polícia mineira surgiu na favela dos Rio das Pedras, zona oeste do cidade. Policiais e “ex-policiais” agora não cobravam as taxas para proteção somente para os comerciantes, mas também aos moradores da comunidade. A taxa era cobrada para garantia da segurança local e para prevenir a entrada do tráfico de drogas na comunidade. Por meio do controle da associação de moradores, formou-se um novo modelo de oferta de proteção que mesclava policiais pistoleiros, a atividade associativa local e lideranças com ambições de carreira política (MISSE, 2011).

Esse modelo desenvolvido pela polícia mineira foi se disseminando por outros bairros da cidade com certa anuência por parte do Estado, pois, além de serem compostos por agentes do estado, representavam uma barreira para o avanço do controle do tráfico de drogas nos

territórios mais pobres da cidade, principalmente em favelas. Hoje configuram importantes currais eleitorais para o cenário da política carioca, que observa hoje uma profusão de candidatos ligados às milícias ocupando cargos do legislativo e do executivo.

Esses novos e velhos atores da cena criminal carioca fizeram com que, nas décadas de 1980 e 1990, verificassem-se grandes saltos nas taxas de homicídio no país. Entre 1980 e 2007, um milhão de pessoas foram assassinadas no Brasil – 200 mil apenas no Estado do Rio de Janeiro (MISSE, 2011). Os conflitos violentos resultados na repressão policial ao tráfico de drogas; os novos donos do negócio; a disputa de território entre facções rivais do tráfico de drogas; a expansão da milícia pelas favelas, promoveram o desenvolvimento de uma sociabilidade violenta (MISSE, 2006) no Rio de Janeiro.

A partir dos dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há na cidade do Rio de Janeiro cerca de 700 favelas reunindo um pouco mais de 1 milhão de habitantes. Misse (2011) destaca que,

Cálculos da polícia e de pesquisadores concordam que há tráfico de drogas em quase todas as maiores favelas (Rocinha, Maré, Alemão, Borel, Mangueira, Mangueiros, Jacarezinho, Turano, Acari, Vigário Geral e Providência), sem contar os conjuntos habitacionais das áreas de baixa renda, principalmente na Zona Oeste (Cidade de Deus, Vila Kennedy, Vila Aliança, Cesarão etc.), o que representaria cerca de 10 a 15% da população da cidade em áreas sob controle do tráfico. (MISSE, 2011, p.18).

Este é o contexto que configura a cidade carioca nos últimos 30 anos, se faz necessário, portanto, destacar o impacto do controle exercido pelos “comandos” do tráfico nas favelas, subúrbios e periferias. Pois, há toda uma geração nascida e socializada em favelas e conjuntos habitacionais para qual os grupos que controlam o tráfico no território integram normalmente seu repertório cultural (MISSE, 2006; 2011). O comércio varejista de drogas se traduz, dessa forma, como um referencial simbólico da identidade local, sendo esse um dos principais fatores para a captação da juventude local para as trincheiras do “movimento”. Misse (2011) argumenta que tal aspecto é reforçado por um ambiente desprovido, em geral, de identificações coletivas fortes. Portanto, mesmo aqueles que não entram para o crime, compartilham um forte grau de identificação com a sociabilidade desenvolvida neste contexto. Este aspecto é amplificado pelos laços afetivos de família e vizinhança.

Os “números de guerra” da violência no Rio de Janeiro legitimou a promoção de uma gestão pública pautada na política de extermínio. O aumento dos números da letalidade policial era recebido de forma positiva pela população, principalmente pela parcela que cada vez mais buscava se isolar nas áreas ricas da cidade, em condomínios com tecnologias de segurança e com serviços de segurança privada. Um exemplo dessa política de extermínio foram as gratificações concedidas aos policiais que obtivessem um maior número de encarceramento e mortes de nomes importantes ligados ao tráfico de drogas. Juliana Farias (2007) aponta para relação entre o aumento do número de mortes por “Autos de resistência”²² e a gratificação por bravura instituída por decreto em 1995. Mobilizando uma análise desenvolvida por Ignácio Cano (2003), a autora sinaliza que as premiações por bravura ocorreram entre 1995 e 1998, e chegavam a incrementar a remuneração do agente em 50%, 75% e até 150% sobre o salário original.

A chamada “guerra as drogas” ganhou os meios de comunicação no final da década de 1990, bem como do imaginário do carioca. No dia a dia da cidade, esse conflito se caracterizou por uma série de ações policiais violentas contra territórios de favela e contra a sociabilidade do favelado. Em sua importante análise sobre as políticas públicas voltadas para a segurança no Rio de Janeiro, a socióloga Márcia Leite aponta como ações das instituições de segurança passaram a recorrer a “metáfora de guerra” (LEITE, 2001).

Representar o conflito social nas grandes cidades como um guerra implica acionar um repertório simbólico em que lados/grupos em confronto são inimigos e o extermínio, no limite, é uma das estratégias para a vitória, pois com facilidade é admitido que situações excepcionais – de guerra – exigem medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática. (LEITE, 2012, p.379)

Essa forma de gestão da segurança se apoiou na polarização da população carioca em dois grupos distintos e antagônicos: os cidadãos – trabalhadores, eleitores e contribuintes – os quais o Estado tem o dever de prover condições de viver, produzir e consumir; e *os outros*, os inimigos da ordem pública, que estão localizados nos territórios favelados e periféricos e, dentro

²²o auto de resistência é um instrumento jurídico criado durante a ditadura, segundo o qual um policial tem o direito de reagir de modo extremo a uma ameaça sem ser processado. A ação, neste caso, pode ser justificada apenas por testemunhos de agentes de segurança. O texto em vigor diz que a autoridade responsável pode usar "os meios necessários para vencer a resistência" e que, depois da ação, um auto, assinado por duas pessoas, deverá ser registrado. Fonte: **Auto de resistência: impunidade é facilitado por lei de 1969**. Jornal *O Globo*.

dessa lógica, não há distinção entre criminosos e moradores. Essa generalização, ainda comum no imaginário social²³, foi fruto de uma construção social sob a qual, quando o morador não é um criminoso, aparece então como conveniente/cúmplice daquela realidade. Como foi elucidado anteriormente neste capítulo, o processo de problematização do território da favela, e sua conseqüente criminalização e marginalização, ocorreu antes do surgimento e expansão do crime organizado, inclusive antes do processo de favelização ter se generalizado pela cidade. A erradicação das favelas sempre esteve presente nos planos de governos ao longo do século XX, e teve sua atuação mais emblemática durante a operação anti-favelas empreendida pelo governador Carlos Lacerda (1962-65), continuada por Negrão de Lima (1966-1971) e Chagas Freitas (1971-1974). Em um período de 12 anos foram atingidas 80 favelas, demolidos 26.193 barracos e removidas 139.218 pessoas (VALLADARES, 2005).

Sendo, portanto, essa criminalização do território e seus moradores anterior ao crime organizado, fica evidente que as políticas de segurança pública que mobilizam “a metáfora da guerra” como argumento para garantir do direito da população fluminense, dentro e fora da favela, opera sob lógica do extermínio como solução ao problema favela. Para pensar como essa lógica atua dentro de um Estado de direito, que tem o dever de proteger e dar condições de reprodução e consumo para todos os seus cidadãos, utilizaremos o conceito de biopoder, desenvolvido por Michel Foucault (1976).

Para Foucault o biopoder representa uma reconfiguração ao poder do soberano que, segundo a teoria clássica da soberania, se caracterizava pelo direito de vida e de morte de seus súditos. E, dizer que o soberano tem direito sobre a vida e a morte significa, no fundo, dizer que ele pode fazer morrer e deixar viver. Aqui é importante atentar para o uso do verbo “fazer”, que significa uma intencionalidade, algo que será uma importante chave pra a compreensão do biopoder. Este é diferente da técnica disciplinar, mas não a exclui completamente. A disciplina se dirige ao homem-corpo, indivíduo, enquanto o biopoder atua sobre o homem-espécie. São os fenômenos coletivos que estão sob o escopo da biopolítica, na qual a ideia de população possui um lugar central. Sendo seu principal objetivo a manutenção da vida – “encompridar a vida” – esse poder tem uma lógica diferente da soberania clássica: é o poder de fazer viver e deixar morrer, por meio de técnicas regulamentadoras – como a norma.

²³ **Globo chama Complexo da Maré de “bunker de bandidos” e é criticada nas redes sociais.** Por Lucas Rocha, Revista Fórum, publicado em 26/08/2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/midia/globo-chamacomplexo-da-mare-de-bunker-de-bandidos-e-e-criticada-nas-redes-sociais/> (acessado em 24/03/2021)

A soberania torna-se o poder de suspensão da morte, de fazer viver e deixar morrer. A saúde pública, o saneamento básico, as redes de transporte e abastecimento, a segurança pública são exemplos do exercício do poder estatal sobre a manutenção da vida, sendo que sua ausência seria o deixar morrer. (ALMEIDA, 2019, p.114)

Outro aspecto muito importante sobre esse conceito foucaultiano é o uso do racismo como uma tecnologia do poder pela biopolítica. O racismo, nesse sentido, atua como um corte sobre o que deve viver e sobre o que deve morrer. Transpondo para o cenário do coletivo sob o qual o biopoder incide, o racismo foi uma maneira de fragmentar, de defasar no interior de uma população alguns grupos em relação a outros.

Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder. (FOUCAULT [1976], 2019, p.214)

Dessa forma, o racismo atribui a morte de determinados grupos um aspecto positivo, pois essas mortes proporcionariam um melhor desenvolvimento para àquela população. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade da normalização (FOUCAULT [1976], 2019).

É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT [1976], 2019, p.216).

Ao pensar no recurso da criminalização, Foucault aponta que essa foi pensada em termos do racismo. Isso porque ela é mobilizada para tornar possível, num mecanismo de biopoder, a condenação à morte ou ao isolamento. Aqui podemos traçar um claro paralelo ao processo de criminalização dos territórios das favelas e sua população que discutíamos acima. Durante os anos em que os dispositivos de segurança pública atuaram sobre a lógica da “metáfora de guerra”, o extermínio da população favelada foi largamente apoiado por autoridades e sociedade, sendo tratado como um “mal necessário” na guerra “as drogas”.

A construção da pauta de enfrentamento a violência era dividida, basicamente, entre um grupo que “defendia a combinação de políticas de promoção de cidadania com alternativas eficientes no campo da segurança pública” e outro que “considerava que a situação excepcional da cidade – de ‘guerra’ – não permitia contemporizações com políticas de direitos humanos”. Diferentes setores da mídia, parte dos moradores da cidade do Rio de Janeiro (especialmente os pertencentes às camadas médias e abastadas) passaram a apoiar, portanto, o uso abusivo da força durante as ações policiais em favelas. (FARIAS, 2007, p.163)

A compreensão dos territórios favelados como locais de exceção para atuação estatal se aprofunda ao longo dos processos instaurados pela globalização e pela difusão da política neoliberal do Estado brasileiro. O neoliberalismo preconiza a redução do Estado no âmbito econômico, bem como o encurtamento das redes de proteção social. Em contrapartida, como sinaliza Franco (2014), no âmbito da segurança pública, ocorre uma amplificação dos instrumentos de controle da sociedade. Mobilizando o conceito de Estado Penal (WACQUANT, 2002), Franco (2014) busca refletir sobre o duplo papel exercido pelo Estado em contexto neoliberal, no qual se faz necessário políticas que fortaleçam o controle da população em um acelerado processo de marginalização econômica e social.

Essa realidade inaugurada a partir da reestruturação do Estado brasileiro sob a rege neoliberal, observada ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, refletiu em exponencial crescimento das taxas de encarceramento e na taxa de letalidade das forças policiais do país. No contexto brasileiro, a população prisional no ano de 2000 correspondia a um total de 232.755, ao passo que, em 2010, esse número havia modificado para 496.251 presos. Comparado aos Estados Unidos, o número é muito inferior, no entanto o crescimento da população carcerária em um período de 10 anos, mais que dobrou e alcançou um incremento de 113,2% (MONTEIRO e CARDOSO, 2013). No último relatório do Ministério da Justiça, através do sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro – Infopen -, em 2018, o Brasil alcançou a marca de aproximadamente 700 mil presos, configurando a quarta maior população carcerária do mundo.²⁴

Quando olhamos para as taxas de letalidade violenta no Estado do Rio de Janeiro vemos que o crescimento da população prisional foi acompanhado pelo recrudescimento da repressão

²⁴ Disponível em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>

por partes dos órgãos de segurança pública e seus agentes. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), entre 2003 e 2020, o número de vítimas de morte por intervenção de agente do Estado, no Rio de Janeiro, passou de 18 mil pessoas²⁵. Entre população prisional e vítimas da violência letal no Rio de Janeiro observamos um perfil muito bem demarcada: 61% da população prisional brasileira são pessoas negras (pretos e pardos)²⁶; dos 51 mil presos no Estado do Rio de Janeiro, 40% estão na faixa etária entre 22 e 29 anos²⁷; Os homens são mais de 90% da população carcerária brasileira²⁸; Quanto as vítimas de letalidade violenta no Rio de Janeiro, aproximadamente 70% são homens negros (pretos e pardos), em sua maioria jovens entre 18 e 29 anos.

Loic Wacquant (2015) compreende que o Estado Penal é resultado da insegurança social fomentada pela consolidação da política neoliberal, justificando o que o autor vai chamar de “virada” na política punitiva. Com a desregulamentação econômica e a redução dos gastos com assistência social, o Estado volta a relacionar bem-estar social e políticas penais. Wacquant (2015) argumenta ainda que essas duas linhas de ação governamental para os pobres tendem a ser informadas pela prática da vigilância, do estigma e de sanções gradativas para modificar sua conduta. O autor conclui que

O bem-estar social renovado como trabalho social e a prisão despida de sua pretensão reabilitadora formam agora uma rede organizacional única, lançada sobre a mesma clientela atolada nas fissuras e trincheiras do metropolismo dualizante, nomeadamente o precariado urbano, destacando-se moradores despossuídos e desonrados do hipergueto. (WACQUANT, 2015).

O conceito de necropolítica (Mbembe, 2018) se faz importante na compreensão dessa “virada” das formas de gestão e coerção da população mais pobre no Estado do Rio de Janeiro, concentrada em sua maioria em territórios favelizados e/ou áreas periféricas do Estado, como as cidades da Baixada Fluminense. O aprofundamento realizado pelo conceito de necropoder idealizado por Mbembe é bastante pertinente, porque vai concatenar o conceito de biopoder, ao de estado de exceção e de estado de sítio. Outro importante aspecto desse conceito ocorre frente

²⁵ Disponível em: http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/SegurancaemNumeros2020.pdf

²⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>

²⁷ Disponível em: <http://gmf.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5265985/5277582>

²⁸ Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>

ao passado colonial brasileiro, que deixou profundas marcas estruturais nas instituições. Um dos principais resquícios da colonialidade se traduz racismo de Estado, que na prática se traduz na formação de uma população matável. Se o biopoder é o exercício de um poder disciplinar e regulador sobre a vida, a necropolítica se apresenta, sob à luz do colonialismo, como uma novo modelo administrativo, que não tem como base “o fazer viver e deixar morrer” mobilizado pelo biopoder, mas o exercício da morte, sobre as formas de ceifar a vida ou de colocá-la em permanente contado com a morte. (ALMEIDA, 2018)

A descrição de pessoas que vivem “normalmente” sob a mira de fuzil, que têm a casa invadida durante a noite, que têm de pular corpos para se locomover, que convivem com o desaparecimento inexplicável de amigos e/ou parentes é compatível com diversos lugares do mundo e atesta a universalização da necropolítica e do racismo de Estado, inclusive no Brasil. (ALMEIDA, 2018, p.125)

Na primeira década dos anos 2000 os governos brasileiros são obrigados, portanto, a refletir sobre possíveis reformulações sobre os modos de gestão das favelas e da população favelas, frente os números alarmantes da violência no Brasil. O Rio de Janeiro era um exemplo claro desse momento. Uma série de obras públicas visavam modernizar a estrutura urbana da cidade, bem como implementar as formas de transporte na capital. O Estado recebeu grandes investimentos federais, como o Programa de Aceleração de Crescimento – o PAC -, que promoveu obras de infraestrutura nas principais favelas da cidade carioca. Grande parte desse investimento foi fomentado pelos megaeventos que anunciados para a capital fluminense, que em 2007 recebeu os Jogos Pan-Americanos; em 2013, a Jornada Mundial da Juventude; em 2014 recebeu alguns jogos da Copa do Mundo de Futebol; e em 2016 foi a capital dos Jogos Olímpicos.

Dentre todo o enorme investimento feito em infraestrutura na cidade, a questão da segurança pública protagonizou grandes debates na preparação da cidade para receber os megaeventos e as pessoas atraídas por eles. O programa das Unidades de Polícia Pacificadora, iniciado em 2009 durante o governo de Sérgio Cabral (2007-2014), do PMDB, foi mais uma medida numa esteira de reformulações que cidade do Rio de Janeiro sofreu com a eminência dos megaeventos que ocorreriam nos anos seguintes. Segundo a socióloga Márcia Pereira Leite, a implantação do Programa de Pacificação das Favelas parece representar uma mudança no modo de gestão estatal desses territórios, no que se refere à segurança pública. Seu objetivo é recuperar, por meio das bases do policiamento militar situadas nas favelas, o controle desses

territórios para o Estado, impedindo o domínio armado dos mesmos por bandos de traficantes de drogas. (LEITE, 2012, p.382) Representava, ainda, uma inflexão no *modus operandi* que pautava as políticas de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro desde a década de 1990, no qual os territórios de periferias e favelas eram gestados pela lógica do território inimigo, e, dessa forma, as políticas de segurança voltadas para esses territórios operam sob a lógica da exceção, sob a iminência da guerra ou emergência de um conflito. As políticas de segurança pública passaram a recorrer a “metáfora de guerra” (LEITE, 2001). Representar o conflito social nas grandes cidades como um guerra implica acionar um repertório simbólico em que lados/grupos em confronto são inimigos e o extermínio, no limite, é uma das estratégias para a vitória, pois com facilidade é admitido que situações excepcionais – de guerra – exigem medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática. (LEITE, 2012, p.379) Essa polarização se traduz em dois grupos na cidade do Rio de Janeiro: os cidadãos – trabalhadores, eleitores e contribuintes – os quais o Estado tem o dever de prover condições

A política inaugurada pelas Unidades de Polícia “Pacificadora” não representou uma mudança quanto ao uso da lógica da biopolítica, apenas representou uma outra forma de lidar com a população favelada: ao invés de somente marginalizar e expor esses moradores a morte, as UPP’s tinham como parte importante de seu programa a disputa dessa população, a realização de uma “limpeza moral”, levando “cidadania” e, finalmente, dando as favelas e sua população uma possibilidade de integração a cidade. Com isso, o biopoder assume com o programa de pacificação das favelas seu caráter disciplinador e regulamentador da vida. A ocupação permanente do território por forças militares não tinha como objetivo apenas a desarticulação do tráfico de drogas, mas também abriria a possibilidade de acesso às instituições e serviços públicos – e privados – por meio do programa municipal UPP Social, que começou a ser implantado em meados de 2010, nas favelas com bases da UPP. A UPP Social se propunha, portanto, ao desafio de promover:

O desenvolvimento social, incentivar o exercício da cidadania, derrubar fronteiras simbólicas e realizar a integração plena na cidade, através de ações que consolidem os avanços trazidos pela pacificação e revertam os legados da violência e da exclusão territorial: apoio a organizações e projetos locais; recuperação dos espaços públicos; regularização urbana, de serviços e negócios; oportunidades para a juventude e iniciativas cidadãs, culturais,

esportivas e de lazer que apaguem de uma vez por todas as fronteiras do passado.²⁹

Contudo, como apontam analistas do programa (LEITE, 2012; ROCHA, 2018), a UPP Social apresentou pouca eficácia dentro dos objetivos apresentados acima. Isso ocorreu devido a prática do programa apontava para uma desarticulação das representações locais e o esvaziamento dos espaços de diálogo e reivindicação. O objetivo dos policiais “pacificadores” era substituir lideranças e deslegitimar as associações de moradores, ou seja, não buscavam “dar voz aos moradores”, mas sim falar por eles. Decidiam os assuntos e como deviam ser tratados. Alguns autores (ROCHA; MENEZES, 2018) também apontam que esse movimento representou a troca do “dono do morro por outro”, referindo-se ao controle então exercido pelo tráfico que vinha sendo substituído pelos comandantes das UPPs nas respectivas favelas ocupadas.

Outro aspecto que contribuiu para a pouca eficácia do Programa da UPP Social era o caráter moralista e “civilizatório” que estava diluído em suas diretrizes. O objetivo era constituir o favelado em futuro cidadão, disciplinarizando-o para que “tire a favela de dentro de si” (LEITE, 2012). Buscavam, assim, viabilizar práticas sociais, condutas, formas de sociabilidade integradas à cultura e às normas dominantes. Os dispositivos disciplinarizantes se ramificaram por várias frentes de atuação, propondo novas formas de sociabilidade e proibindo práticas locais. Um exemplo emblemático foi a proibição dos bailes funk, prática cultural que tem origem nas favelas cariocas e, até hoje, são constantemente criminalizados pelo Estado, pelo “asfalto” e pelos meios de comunicação.

Com o insucesso que a UPP Social vinha apresentando, as Unidades de Polícia Pacificadora perdiam, cada vez mais, seu caráter “promovedor da cidadania”, voltando a velha lógica da segurança pública no Rio de Janeiro, sob a qual o único mecanismo estatal que chegava até os territórios favelados eram as forças policiais. Além disso, o cotidiano de convivência constante entre moradores, policiais - e o crime organizado que permanecia no território com atividade reduzida – abriu precedentes para uma nova rotina de violações que acabariam em graves denúncias de abusos de poder, mortes e desaparecimentos em territórios “pacificados”³⁰. O que no início representou o fim da “vida sob cerco”, com a trégua nos

²⁹ Como o site oficial do programa não está mais disponível esse trecho são grifos feitos por LEITE, 2012, p. 383.

³⁰ A chacina da Maré (em que dez pessoas morreram no meio dos protestos de junho de 2013); o pedreiro Amarildo (desaparecido na Rocinha em julho de 2013); Cláudia Silva Ferreira (cujo corpo arrastado por um camburão chocou a opinião pública em 2014); os cinco jovens assassinados em Costa Barros com 111 tiros (em 2015), entre tantos outros.

tiroteios constantes que limitavam o trânsito de moradores de favelas pela cidade, foi substituído por um novo tipo de cerco, o qual a socióloga Paloma Menezes (2018) chamou de regime de “campo minado”. Menezes defende que o aumento da mobilidade física veio acompanhando pelo aumento da tensão psicológica pelos moradores. Isso ocorreu porque, além da convivência contínua com as bases da polícia nas comunidades, o tráfico ainda atuava em quase todas as favelas pacificadas, deixando os moradores entre “dois deuses”: o comandante da polícia militar da UPP local e o “comandante” do tráfico local. A sensação de monitoramento constante gerou uma nova “fenomenologia do habitar”, sendo a ideia de campo minado uma metáfora importante. Isso porque os moradores precisavam antecipar suas ações e possíveis retaliações, fugindo, dessa forma, de problemas com ambas as forças que atuavam no território.

Se o fim do “fogo cruzado” trouxe uma avaliação positiva nos primeiros anos da ocupação através das UPP’s, opinião amplamente compartilhada pelos moradores favelas pacificadas, os anos seguintes, expuseram uma outra realidade. A “guerra” – após a neutralização das do tráfico de drogas – se dirigia às formas de sociabilidade presentes nestes territórios, que o Estado supõe estar nos nós das redes do ilegal e ilícito (LEITE, 2014). Essa “guerra” à sociabilidade local, a longo prazo, representou uma série de conflitos entre moradores e polícias, que somada a corrupção da instituição da polícia militar do estado do Rio de Janeiro, levou o programa ao um declínio e descrédito – potencializado pela intervenção militar do governo federal³¹ e, a partir de 2018, as bases de polícia pacificadora foram sendo progressivamente desativadas.

Marielle Franco (2014) ao se debruçar sobre o Programa de Pacificação em sua dissertação de mestrado, aponta que a UPP representou a instituição de um controle militarizado nas favelas, no qual a constituição da soberania ocorreu na forma do necropoder, que incluiu a ocupação militarizada do território – estado de sítio – e a violência de exceção permanente. Segundo a autora, com exceção da prática de ocupação permanente, o programa não apresentou

³¹ Em 16 de fevereiro de 2018, o presidente Michel Temer anunciou, durante um pronunciamento nacional, a intervenção federal na área de segurança pública no Rio de Janeiro, através de um decreto que declarava que o objetivo da intervenção que o objetivo da intervenção é “(...) pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública” no estado. Passou a valer, após aprovação pelo Congresso Nacional, a partir de 31 de dezembro daquele ano. A partir desta data, o então governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, deixou de ter controle sobre todos os órgãos estaduais de segurança pública, como as polícias Civil e Militar e a Secretaria de segurança. (MENEZES, 2018, p. 235)

uma mudança significativa quanto a presença de outros serviços do Estado nesses territórios, mantendo grande parte da população da cidade na mesma condição de marginalidade.

A abordagem das incursões policiais nas favelas é substituída pela ocupação do território. Mas tal ocupação não é do conjunto do Estado, com direitos, serviços, investimentos, e muito menos com instrumentos de participação. A ocupação é policial, com caracterização militarista que predomina no Brasil. Está justamente aí o predomínio da política já em curso, pois o que é reforçado mais uma vez é uma investida aos pobres, com repressão e punição. Ou seja, ainda que se tenha um elemento pontual de diferença, alterando as incursões pela ocupação, tal especificidade não se constituiu como uma política que se diferencie significativamente da atual relação do Estado com as favelas. (FRANCO, 2014, p.123)

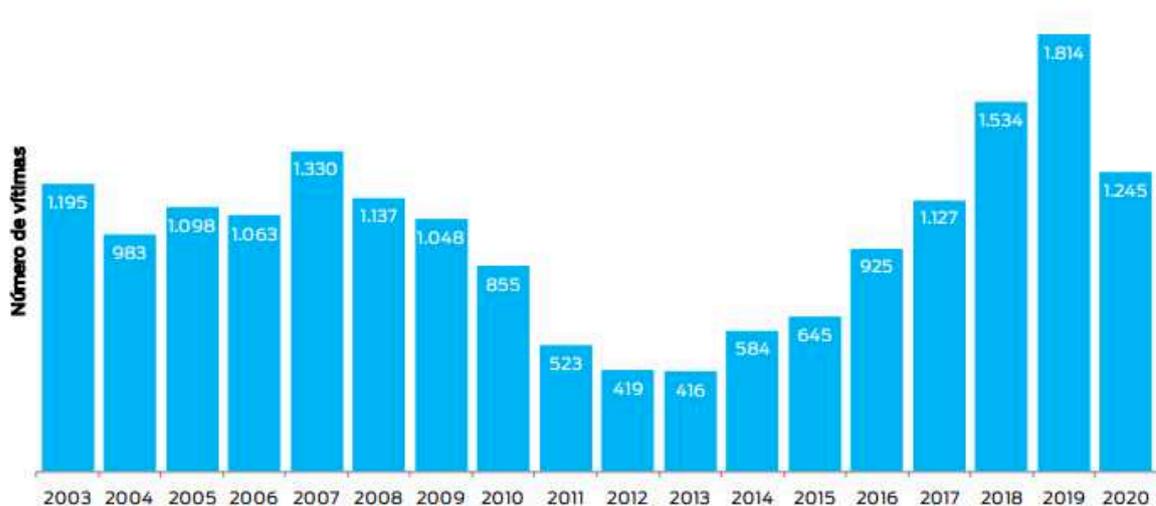
Marielle Franco, vereadora eleita do Rio de Janeiro, foi assassinada em 14 de março de 2018, durante o primeiro mês da intervenção federal no estado. Marielle cresceu no complexo da Maré, e teve sua trajetória política e acadêmica marcada por sua luta contra a violência nas favelas cariocas. Junto com Marcelo Freixo, empreendeu importante investigação contra as milícias e, por isso, nutria muitas inimizades na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. As das investigações em torno do assassinato de Marielle ainda não foram integralmente concluídas, as evidências levantadas apontam para o evidente envolvimento da milícia na morte de Marielle e seu motorista, Anderson Gomes, bem como as relações de seus assassinos com membros da família Bolsonaro³².

Esse acontecimento acirrou o cenário político no estado carioca em ano de eleições para o executivo federal e estadual. O país assistia o crescimento de Jair Bolsonaro nas pesquisas e a polarização política fomentada, principalmente, pelo antipetismo. No Rio de Janeiro, o domínio da retórica bolsonarista fica ainda mais evidente, com o alinhamento de diversos candidatos as suas plataformas políticas. A chegada de Jair Bolsonaro a presidência foi acompanhada pelo até então desconhecido Wilson Witzel no cargo de governador do estado do Rio de Janeiro. Ambos com uma mesma plataforma em defesa da violência policial e guerra ao crime.

³² Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/entenda-o-que-se-sabe-sobre-bolsonaro-e-o-caso-marielle-e-veja-perguntas-sem-resposta.shtml>

O redirecionamento das políticas de segurança à lógica do extermínio é evidenciado pelos números da letalidade policial no estado.

Vítimas de morte por intervenção de agente do Estado – estado do Rio de Janeiro – 2003 a 2020



Fonte: Elaborado pelo ISP com base em informações da Secretaria de Estado de Polícia Civil.

Apesar das críticas ao Programa de Polícia Pacificadora, durante os primeiros anos de UPP, os números de vítimas de morte por intervenção de agente do Estado obtiveram significativa queda. A mudança das incursões policiais para a ocupação permanente dos territórios de favelas, diminuiu o número de conflitos armados, impactando assim sobre os números de letalidade violenta no Estado. Essa tendência foi perdendo força com o avanço do Programa de Pacificação, que falhava em cumprir o aspecto social da UPP, que prometia promoção da cidadania nas favelas.

A superação dos números da letalidade policial se torna uma constante depois da eleição do bolsonarista Wilson Witzel como governador do Rio de Janeiro, batendo o recorde em 2019, com 1814 vítimas da ação policial. Os números continuam altos em 2020, mesmo em contexto de pandemia e proibição das incursões policiais nas favelas. Em nota, a 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal declarou que

Uma política de segurança que, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), apenas neste ano, já gerou 1.245 mortes de civis decorrentes de operações policiais, dentre os quais cinco crianças, não pode ser considerada como eficiente e compatível com o Estado Democrático de Direito. Saliente-se que, além das mortes de civis, pelo

menos 45 policiais foram assassinados no estado do Rio de Janeiro em 2019, na maior parte dos casos fora de situação de confronto, o que bem demonstra a permanente insegurança a que estão submetidos os profissionais que deveriam promover a segurança da população. Extermínio e abate são estimulados pelo discurso oficial que trata os moradores de comunidades, em sua maioria pobres e negros, como criminosos e inimigos a serem eliminados.³³

O governo de Wilson Witzel começou a demonstrar sinais de desgaste durante a pandemia do Covid-19 no ano de 2020. O principal conflito foi sua política de oposição a forma como o presidente Jair Bolsonaro vinha conduzindo a crise sanitária, econômica e social desencadeadas pela doença. A oposição ao bolsonarismo fez com que Witzel perdesse grande parte de seu apoio no legislativo fluminense, mas também com parte da sua base eleitoral. Com a denúncia deflagrada pela Operação “Placebo”, realizada pela Polícia Federal para investigar desvios na saúde, Witzel virou alvo de um pedido de impeachment que seria aprovado.

Ainda durante o processo de averiguação das denúncias e as votações para o impeachment do então governador, Witzel foi afastado do cargo, deixando o governo do Estado para o vice da chapa, Cláudio Castro. Ele deu continuidade à política de extermínio que vinha sendo implementada por Witzel, promovendo grandes incursões policiais nas favelas do Rio, acumulando chacinas em apenas dois anos como governador. Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, sinaliza em entrevista à DW Brasil, que três das cinco chacinas mais mortais da história do Rio de Janeiro, ocorreram em 2021 e 2022, durante o governo de Cláudio Castro.

As chacinas que Jurema Werneck se refere ocorreram no Jacarezinho (28 mortos em maio de 2021); no Complexo da Penha (24 mortos em maio de 2022); e a mais recente no Complexo do Alemão, na qual pelo 19 pessoas foram mortas em julho desse ano. Em entrevista com as mulheres do coletivo Mães de Manguinhos, Ana Paula fala sobre a chacina do Jacarezinho, favela vizinha ao Complexo de Manguinhos.

tem só um outro momento também que foi bem marcante pra gente, que agora vai completar um ano, que foi dia 6, a chacina do jacarezinho. E foi algo que mexeu profundamente com a gente porque a gente tava aqui em Manguinhos que é uma favela que fica bem do lado do

³³ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-25/seguranca-witzel-incompativel-democracia-mpf>

jacarezinho. O Jacarezinho é um grande polo comercial né, um centro comercial então a gente tá sempre no jacarezinho por conta disso. E aí a gente acorda de manhã muito cedo com o helicóptero sobrevoando toda essa área aqui de Manguinhos, Jacarezinho... e a gente já acordou assustada até achando que a operação fosse aqui em Manguinhos. A gente liga a televisão, já vê aquelas pessoas correndo, tentando de alguma forma se esconder, lutando para ficar vivos. A mídia falando né, “ah não sei o que, cadê a polícia que não tá vendo isso”; “olha, pessoas armadas, não sei o que”, de alguma incitando para que a polícia fosse ali e tirasse a vida daquelas pessoas. Aquilo foi causando uma angústia na gente, um desespero. A gente começou a se comunicar, e começamos a ver pela rede social, twitter, principalmente twitter, que as famílias estavam pedindo socorro, as pessoas falando que as pessoas estavam sendo assassinadas lá no Jacarezinho. Executadas, estavam sendo executadas.³⁴

Ao lembrar do momento em que ficaram sabendo da operação que estava em curso no Jacarezinho, Ana Paula conta que o coletivo das Mães de Manguinhos se empenhou a acionar toda a rede de movimento e órgãos que se articulam na defesa dos direitos humanos na cidade, a fim de ir para o Jacarezinho intervir pelo fim daquela incursão policial.

A gente pensou o que poderíamos fazer, a gente não tava conseguindo ficar em casa sofrendo e vendo todo aquele sofrimento, as pessoas pedindo socorro. A gente sabia que era muito arriscado, e gente começou a se conectar com a nossa rede de apoio, defensoria pública, OAB, com várias instituições. A gente falou: a gente vai pro jacarezinho. Aí falamos, vamos vestir nossa camisa das mães de Manguinhos e vamos. Porque a gente precisa, sem que fosse pra segurar na mão de alguma mãe, sabe? Pra dar um abraço, um apoio naquele momento de tanta dor e tanto sofrimento que a gente sabe na pele como que é. Mas a gente queria tá ali juntos com aquela família e tentar de alguma forma fazer alguma coisa. E nós fomos. Aí já um pouco antes de sair de casa nós recebemos uma ligação falando que as organizações já estavam chegando na quadra do jacarezinho e que era pra gente ir pra lá. Não era pra gente entrar sozinhas no Jacarezinho. Nós fomos e quando chegamos na quadra, eles realmente estavam lá

³⁴ Trecho retirado da entrevista concedida por Ana Paula Oliveira, no dia 2 de maio de 2022.

dando as orientações de como agir porque a chacina ainda estava em curso. Os policiais ainda estavam lá dentro e tal, então assim, foi um momento dos momentos mais marcantes de anos de luta. Porque assim que a gente entrou, a gente já deu de frente com um grupo de policiais do BOPE.⁵¹

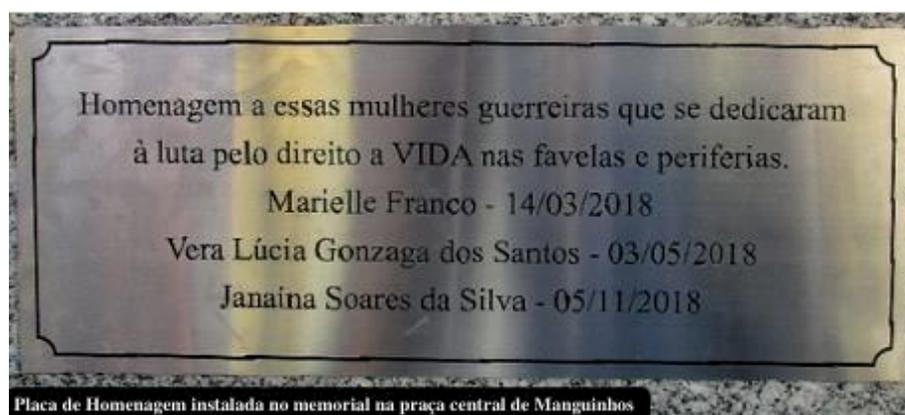
Ana Paula demarca esse momento com um dos mais marcantes de seus oito anos de luta pelo direito da favela e dos moradores principalmente pelo reconhecimento que as Mães de Manguinhos receberam ao chegar na comunidade do jacarezinho. Para além disso, sinaliza o papel decisivo que elas, junto aos demais entidades presentes, cumpriram para que cessasse o massacre empreendido pelas forças policiais.

Quando entramos, esses moradores que na maioria era adolescentes e jovens que conhecem as mães de Manguinhos, que acompanha nossa luta. Eles começaram a gritar, chegou os direitos humanos, morador saí pra fora morador, sai pra fora, as mães de Manguinhos chegaram. Começaram a gritar “AS MÃES DE MANGUINHOS CHEGARAM, SAÍ PRA FORA MORADOR”. E aí os moradores muito acuados, com medo, começaram a colocar a cara na janela, a olhar e começaram a sair. E o pessoal das instituições perguntando onde que estavam, pra onde a gente tinha que ir, onde estavam acontecendo as coisas. Aí os moradores começaram a sair, sentiram uma certa segurança e foram levando as pessoas para os lugares onde estavam acontecendo os assassinatos, as mortes. E foi muito difícil porque a gente passou por poças de sangue, roupas, chinelos, todo um cenário ..., muito triste. Colchão de cama no meio da rua sujo de sangue, as pessoas muito desesperadas, muito assustadas, com muito medo. Teve um momento que a gente estava num beco com o pessoal da defensoria, com a dr. Júlia, com o Guilherme Pimentel, estávamos todo mundo ali e o caveirão voador, o blindado da polícia militar fazendo voos rasantes sobre as nossas cabeças, com o fuzil apontado pra apontado para baixo e eu acho que naquele momento eles sentiram um pouquinho o que a gente passa nessas operações sabe. A gente passou muito tempo ali rodando, indo de encontro as famílias, as pessoas ... e quando nós saímos, né Fátima, com certeza você deve lembrar, quando nós

⁵¹ Idem.

*estávamos saindo do Jacarezinho muito moradores agradecendo a gente sabe, falando “mães, muito obrigado por vocês terem vindo”. E depois a gente ouviu muitas pessoas falando que se a gente não fosse até lá mais pessoas teriam sido assassinados, eles não iriam parar aquela matança àquela hora. Foi porque vocês entraram, as instituições entraram que inibiram que fizessem mais vítimas. Então eu acho que é isso que do sentido a nossa luta, porque a nossa luta é pela vida, acima de tudo.*³⁶

A luta pela vida, empreendida por essas mulheres face a lógica de extermínio que rege as políticas de segurança pública nas favelas e em áreas pobres da cidade, segue a trajetória de muitas outras mulheres negras de favela. No meu primeiro encontro com as mulheres do Coletivo Mães de Manguinhos, elas relataram sobre o papel que Marielle Franco teve no esclarecimento dos casos envolvendo seus filhos, e no acolhimento no momento de dor e luto. Marielle fazia parte da Comissão de Direitos Humanos na época dos assassinatos de Paulo Roberto e Johnathan, filhos de Fátima e Ana Paula, e sua luta e mobilização política inspirou – e inspira – a ação das Mães de Manguinhos e de muitos outros coletivos pela causa da favela e pela garantia dos direitos humanos no Rio de Janeiro.



³⁶ Idem.

Capítulo 2

As sujeitas da pesquisa: As mães de Manguinhos

Assumindo o compromisso ético e político dessa pesquisa, escrever sobre as Mães de Manguinhos nunca poderia ser uma construção de fora, sozinha, de um ponto de vista fora do alcance dos olhares dessas mulheres. Essa escrita é coletiva, de muitas vozes e inteira atravessada de afetos. A história aqui registrada é construída a partir dos depoimentos de Ana Paula, Fátima e Patrícia, que contam com suas palavras suas trajetórias de vida e morte. Vida e morte que são a todo momento moduladas e atravessadas pelo Estado, desde antes do nascimento, com suas avós e mães até a morte imposta de seus filhos e seus desejos, sonhos e direito de serem mães e avós.

Ana Paula, Fátima e Patrícia são mulheres negras moradoras do complexo de favelas de Manguinhos. Essas características condicionaram, e condicionam, suas experiências ao longo de suas vidas e, por isso, refletir sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira é uma perspectiva importante desta análise. Apesar da questão de gênero não aparecer de forma explícita no discurso das mulheres-mães protagonistas desta pesquisa, é possível notar os atravessamentos de gênero quando elas se debruçam sobre os impactos do racismo e do preconceito de classe em suas vivências.

Foi justamente a partir da intersecção dessas categorias – gênero, raça e classe – que teorias feministas, com destaque para o feminismo negro, começaram a impor críticas e limites ao feminismo liberal. Luiza Bairros (1995) traz importante reflexão sobre essas teorias. Mobilizo aqui sua reflexão sobre a teoria do ponto de vista, sinalizando o feminismo negro norte-americano como uma de suas principais expressões. Segundo essa teoria, a experiência de opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de

vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista (BAIRROS, 1995).

As mulheres negras norte-americanas foram pioneiras em discutir a presença do racismo, bem como o entrecruzamento de gênero, raça e classe como elemento representativo das experiências de mulheres (BARBOSA, 2010). A produção teórica do feminismo negro nos Estados Unidos tem nomes importantes, como Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw entre outras. A fim de empreender uma correlação entre o pensamento dessas mulheres e o coletivo de Mães de Manguinhos, apresentarei alguns aspectos de suas análises.

Autora, educadora, teórica feminista e ativista antirracista estadunidense, bell hooks (1952-2021) aborda em seus trabalhos a relação entre a produção intelectual e a experiência pessoal, caracterizando o “falar de si mesma” como uma forma de ativismo fundamental na atuação de mulheres negras. Esse aspecto é central para pensar sobre quais condições ocorre a forma de organização política desenvolvida pelo coletivo Mães de Manguinhos e outros movimentos de mães, fortemente impulsionada e caracterizada pelas experiências das mulheres que o compõem. Ao pensar sobre a forma como hooks mobiliza o conceito “o pessoal é político” em sua teorização sobre o feminismo negro, Bairros (1995) defende que esse conceito para hooks não significa, como muitos ainda a interpretam, a primazia de uma dimensão sobre a outra, mas a compreensão de que o pessoal pode constituir-se em ponto de partida para a conexão entre politização e transformação da consciência. Essa tomada de consciência a partir das experiências é muito presente nos discursos de coletivos de mães que tiveram seus filhos mortos pela violência policial. A percepção que suas tragédias pessoais estão na esteira de um problema social mais amplo é uma virada importante para mobilização política dessas mulheres.

a gente também procura fazer formação política com essas vítimas, familiares de vítimas. Porque é preciso ter o entendimento do porque essa violência nos atinge, que não é por um acaso sabe. Não existe balas perdidas. Então, acho que a partir do momento que a gente entende porque que essa violência nos atinge, que a gente começa a ter um entendimento maior e a buscar sabe? A busca por justiça, ela também aumenta. Fica maior.³⁷

³⁷ Trecho retirado da entrevista concedida por Ana Paula Oliveira, no dia 2 de maio de 2022.

Patricia Hill Collins acredita que um dos principais aspectos do feminismo negro é a criação de uma alternativa epistemológica para teorização da experiência da mulher negra, a partir de um método adequado para compreender sua realidade. Segundo Collins (1989), o ponto de vista das mulheres negras é definido a partir da opressão vivida por elas, ou seja, a partir do lugar que elas ocupam na estrutura social. Para Collins (1991) a tradição feminista de mulheres negras constituiu-se em torno de cinco temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro: 1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça gênero e classe; 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle; 4) a atuação como mães professoras e líderes comunitárias; 5) e a política sexual (COLLINS, 1991 apud BAIROS, 1995).

Bairros (1995) aponta, ainda, que

A autora considera como contribuição intelectual ao feminismo não apenas o conhecimento externado por mulheres reconhecidas no mundo acadêmico, mas principalmente aquele produzido por mulheres que pensaram suas experiências diárias como mães, professoras, líderes comunitárias, escritoras empregadas domésticas, militantes pela abolição da escravidão e pelos direitos civis, cantoras e compositoras de música popular. (BAIROS, 1995, p.6)

A consciência grupal, termo cunhado por Collins (2000) para definir o ponto de vista associado as mulheres negras, tem grande impacto na construção coletiva de conhecimentos que contribuem para a ultrapassagem de algumas formas de violência, ajudando a romper a violência do silêncio que se impõe sobre a opressão das mulheres (ARAÚJO e ARGOLLO, 2017). Podemos compreender que, apesar do movimento de mulheres-mães de Manguinhos não entenderem enquanto um movimento feminista, a luta na qual se engendraram enquanto mães e líderes de sua comunidade, tem grande impacto sobre os debates públicos em torno da maternidade negra no Brasil, bem como os efeitos da violência urbana no cotidiano de jovens negros e mulheres negras nas favelas cariocas.

Kimberlé Crenshaw desenvolveu um conceito fundamental para pensar a condição da mulher negra dentro de um plano econômico e social estruturado por aspectos de raça, gênero e classe. Pensar sobre a interseccionalidade dessas estruturas sobre a vivência de mulheres negras foi central na construção de uma crítica ao feminismo que nivela a experiência de todas as mulheres frente ao sexismo. Segundo Crenshaw (2002),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (2002)

As reflexões realizadas por essas e outras mulheres são fundamentais para o avanço de políticas e debates públicos em torno da condição da mulher negra. Assim como nos Estados Unidos, no Brasil mulheres intelectuais negras compunham espaços de militância política para denunciar as singularidades de viver enquanto mulher negra em um país construído sobre um passado marcado pelo colonialismo e a escravização de homens e mulheres negras. No Brasil, nomes importantes como Lélia Gonzalez, Luiza Barros, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, entre outras, também realizaram importantes reflexões sobre as condições da mulher negra no processo de formação da sociedade brasileira. Essas reflexões buscavam desmistificar o mito da democracia racial brasileiro, que se constituía como uma forma de silenciamento coletivo frente as opressões vivenciadas por pessoas negras no Brasil.

Lélia Gonzalez, intelectual influenciada pela psicanálise, desenvolveu importante análise sobre como a mulher negra é situada dentro do discurso da democracia racial. Em seu texto: “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), Gonzalez lança luz sobre os efeitos violentos exercido pelo mito da democracia racial sob as mulheres negras. Essa violência simbólica presente no discurso se traduz em dois eixos principais: na hipersexualização dos corpos de mulheres negras; e na subordinação dessas mulheres para serviços domésticos. A autora vai exemplificar esse aspecto de sua análise mobilizando as figuras das mulatas nas festas carnavalescas em contraposição ao cotidiano da mulher negra e sua atuação enquanto empregada doméstica. Ambos, segundo Gonzales, se caracterizam como lugares servis e de subordinação. Esse aspecto ainda é muito latente nas formas de ocupação das mulheres negras, como aponta Sueli Carneiro,

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Justiça na publicação *Brasil, raça e gênero*, “as mulheres

negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4%”. Destas, 51% estão alocadas no emprego doméstico e 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, serventes. (CARNEIRO, 2011)

Lélia Gonzales aponta que a compreensão dessa realidade da mulher negra precisa ser analisada frente ao lugar que essa mulher ocupa na sociedade escravocrata brasileira. Gonzalez realiza tal análise pensando o lugar da *mucama*, e sua dupla atuação na prestação de bens e serviços e na prestação de serviços sexuais. Gonzalez trata aqui da mulher negra escravizada que realiza os trabalhos domésticos e, estaria ainda vulnerável ao querer de homens brancos. Para Lélia, a mucama representa justamente o engendramento da figura da mulata e da doméstica, sendo esta última uma “mucama permitida”, que se desdobra em uma dupla jornada, dividindo sua atenção e laboro sobre sua família e a dos outros.

Gonzales traz ainda uma reflexão sobre essa mulher negra prestadora de serviços, que ela chama de “negra anônima”. Essa mulher negra que configura o cotidiano da cidade, que está excluída de outras formas de ocupação no mercado de trabalho apesar de seu nível de formação e profissionalização, explicita outras formas de exclusão e marginalização que condicionam sua experiência.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (GONZALEZ, 1984)

A preocupação de compreender como diversos fatores implicam na condição da mulher negra na sociedade brasileira, sempre norteou a produção intelectual sobre o assunto. Isso porque, os preconceitos de gênero, raça e classe conformam a vida dessas mulheres em todos os seus aspectos, privados ou no âmbito da sua vida pública. Como Lélia aponta no trecho citado acima, essa mulher é atravessada por violências que marcam não só seus corpos no aspecto físico, mas também por adoecimentos causados pela dor dos efeitos do racismo em suas vidas e na de seus entes queridos.

Esse lugar de dororidade (PIEDADE, 2020) – marcado pelas ausências, silêncios e dores causadas pelo racismo – fica evidenciado pelas experiências de luto que são impostas para as mulheres-mães negras como as que constroem o coletivo Mães de Manguinhos. Fátima Lima (2017) ao agenciar sua reflexão sobre como a necropolítica se materializa no contexto brasileiro, e aponta que a conformação do necropoder pode ser observado, principalmente, a partir dos modos de vidas das mulheres negras, o que revela uma relação entre necropoder, necropolítica, raça e gênero. Para Lima, a vida dessas mulheres é

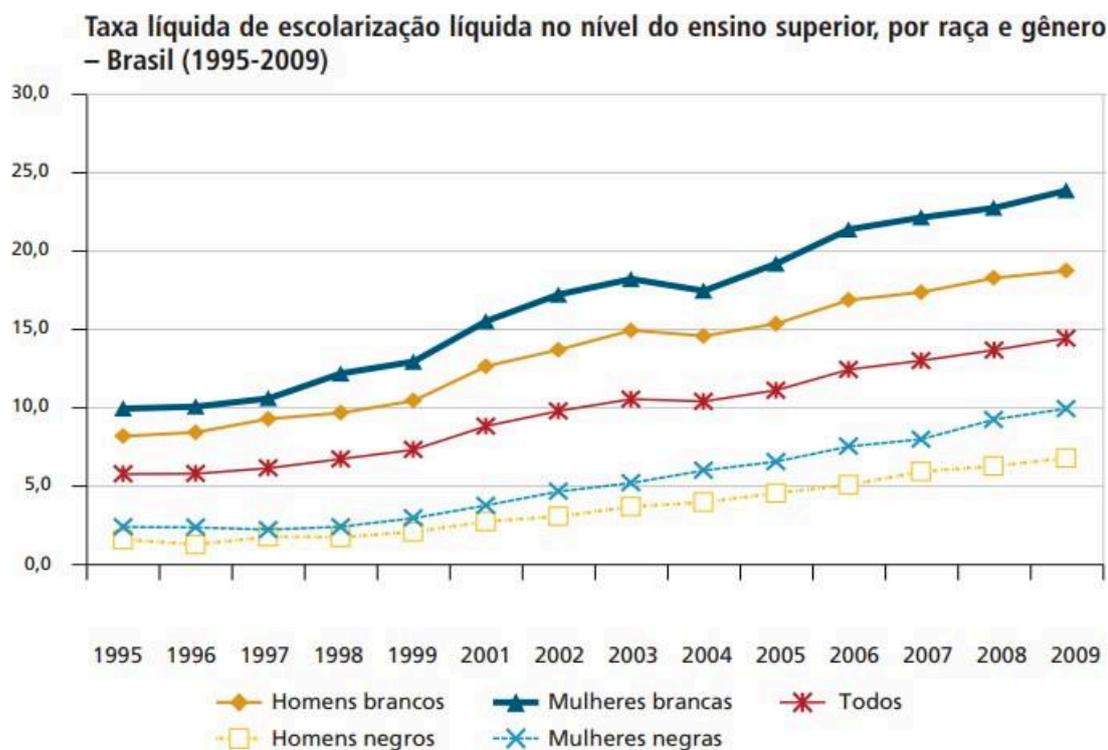
Atravessada de forma dinâmica por diferentes marcadores sociais como classe, sexo, gênero, território, entre outros e tendo a raça como espinha dorsal, infelizmente fazem parte das estatísticas de subempregos ou desemprego (taxa de desocupação), habitam territórios marcados pelas violências, compõem o número de mães que perderam seus filhos nas mãos da polícia militar ou nas mãos do tráfico de drogas, habitam os espaços psiquiátricos, evidenciando a relação entre racismo, perturbações psíquicas e processos de produção social da loucura, compõem majoritariamente a população carcerária feminina, elencam, infelizmente, ainda que de forma subnotificada ou muitas vezes não notificada as violências em espaços de saúde, destacando aqui a violência obstétrica e os abortos inseguros, lotam as filas da defensoria pública. (LIMA, 2017)

Refletir sobre a questão da mulher negra no mercado de trabalho também compõe uma preocupação central dentro das produções sobre a condição da mulher negra no Brasil, porque as formas de ocupação das mulheres negras relevam um passado de subalternização, como indica a análise de Lélia Gonzales citada anteriormente. As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, trabalhadores familiares e os empregados domésticos. (CARNEIRO, 2011). Análises feitas a partir do *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições das mulheres negras no Brasil* (2013)³⁸; e dos dados organizados pelo Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça³⁹, ambos produzidos com base nos dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

³⁸ Organizado por: Marianna Mazzini Marcondes; Luana Pinheiro; Cristina Queiroz; Ana Carolina Querino; e Danielle Valverde.

³⁹ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>

(IPEA), indicam que as mulheres negras ampliaram seu tempo de formação educacional, inclusive seu acesso ao ensino superior, se comparadas aos homens negros, mas continuam em atrás de mulheres e homens brancos, como indica o gráfico a seguir:



Os dados evidenciam que, apesar dos nítidos avanços educacionais da população feminina brasileira, elas, e principalmente as mulheres negras, encontram fortes barreiras para converter suas melhores qualificações em maiores vantagens no mercado de trabalho (LIMA; RIOS e FRANÇA, 2013). Em 2009, apenas 24,8% das mulheres negras ocupavam empregos com carteira assinada, o menor índice entre homens – brancos e negros -, e com relação as mulheres brancas. Configuram ainda a maior taxa de desemprego, 12,5%, além da menor renda média com relação a homens – brancos e negros -, e mulheres brancas.

Convém sublinhar, assim, a importância de caracteres adscritos como raça e gênero, tanto para o tipo de inserção no mercado de trabalho como para recompensas na forma de rendimentos. A herança de piores condições socioeconômicas bem como padrões culturais e valorativos que designam determinados papéis aos indivíduos continuam a operar nos processos de estratificação nos quais negros e mulheres são

alocados em posições subalternas. Mesmo os avanços educacionais não foram suficientes para eliminar os padrões de desigualdades categoriais que se reproduzem, principalmente no que tange a espaços de poder e posições de alto *status*. O grupo mais desfavorecido nestes processos é o das mulheres negras, as quais, de modo geral, não conseguem reconverter suas aquisições educacionais em melhores rendimentos e posicionamentos no mercado de trabalho, e estão sobre representadas nas ocupações de menor prestígio (LIMA; RIOS e FRANÇA, 2013).

A reflexão sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, e agravamento dessa situação atrelada ao racismo na vida de mulheres negras é bastante sensível quando observamos as experiências das mulheres que compõe o coletivo de Mães de Manguinhos. Fátima Pinho está inserida no trabalho familiar e não compõe o grupo de mulheres negras que conseguiram acessar o ensino superior no Brasil. Ao contrário, as irmãs Ana Paula Oliveira e Patrícia Oliveira concluíram o ensino superior em instituições privadas, característica predominante na experiência de ensino superior de mulheres negras (SOTERO, 2013). Ana Paula Oliveira se formou em pedagogia, confirmando mais uma característica da experiência de mulheres negras em cursos de ensino superior – cursos ligados a área de ensino e de menor prestígio frente a sociedade. Sua inserção na universidade está ligada à sua atuação em uma creche comunitária em Manguinhos.

O meu primeiro emprego foi aos 18 anos de idade, foi numa creche comunitária aqui em Manguinhos, onde eu trabalhei por 8 anos, a partir daí eu tive um grande vínculo com a comunidade, foi construído um grande vínculo com a comunidade, meu com os moradores que até hoje sou conhecida e chamada como tia Paula, e assim foi uma experiência de vida e profissional pra mim, assim, que eu acho que foi muito importante, sabe? E, depois o Jhonatan também, quando ele completou dois anos de idade ele estudou nessa creche, até os quatro anos de idade. E é isso, a partir desse momento, que eu, trabalhei da creche, também surgiu a oportunidade de fazer faculdade, uma coisa que não estava nos meus planos. Porque, infelizmente, o estudo pra nós, assim, pra nós que somos moradores de favela o estudo público, nas escolas públicas que nós temos aqui, é um ensino que não nos desperta interesse, vontade, prazer. Então, eu era mais uma dessas jovens que não tinha, não vislumbrava, não via a hora de terminar o ensino médio. Acho que naquela época eu achava que já estava bom, sabe? Quero

descansar, não quero mais esse estresse. Mas aí surgiu a oportunidade, na verdade, foi mais uma pressão. Porque assim, foi colocado que precisaria, como eu só tinha o ensino médio, na época era o que pedia, a prefeitura pedia. Foi um convênio entre a prefeitura e a associação de moradores, não só aqui em Mangueiras, um convênio que foi estipulado em várias favelas né. E aí, pedia apenas o ensino médio, e ia trabalhar com carteira assinada como recreadora. Sendo que, mais pra frente, foi colocado que, para trabalhar com a educação infantil, precisava ter um curso superior, ou uma formação de professores, ou pedagogia, ou letras. E aí, conseguimos fazer uma prova na Estácio de Sá, passei. Porque era isso, quem não quisesse aderir a essa “coisa”, teria que pedir as contas ou ser mandada embora. Então como eu queria, precisava, e queria continuar trabalhando, eu fui fazer. Fiz a faculdade de pedagogia e me formei em 2005. É, a creche foi fechada antes de eu terminar a faculdade, esse convênio acabou, não só em Mangueiras, mas em várias outras favelas.⁴⁰

Patrícia Oliveira também concluiu o curso universitário em uma instituição privada, porém em uma área que foge ao cenário construído pelos indicadores sociais. Se formou em arquitetura e urbanismo pela UNISUAM.

Eu, por exemplo, comecei a trabalhar como jovem aprendiz na COPPE da UFRJ, eu era do administrativo do programa de engenharia elétrica, foi um momento que abriu muito a minha mente. Porque com 15 anos eu era um adolescente um pouco rebelde, mas ali eu vi que existiam outros caminhos para além dos muros da favela. Mas mesmo assim não fiz também ... compactuei do mesmo pensamento da Ana Paula, não pensava em fazer faculdade, tava doida pra acabar o ensino médio também. Mas aí depois de 2003, eu comecei a fazer a faculdade de jornalismo, na Estácio. Eu trabalhava na Supervia, eu era bilheteira da Supervia. Aí acabou que eu larguei a faculdade de jornalismo. Aí só em 2013 que eu consegui uma bolsa na UNISUAM, e fui fazer arquitetura. Hoje eu me apresento como a favelada arquiteta, gosto desse título.⁴¹

⁴⁰ Trecho retirado da entrevista concedida por Ana Paula Oliveira, no dia 2 de maio de 2022.

⁴¹ Trecho retirado da entrevista concedida por Patrícia Oliveira, no dia 2 de maio de 2022.

Contudo, o acesso ao ensino superior e a especialização enquanto arquiteta não foi a garantia de uma alocação no mercado de trabalho. Patrícia aponta para os efeitos nefastos da meritocracia e do racismo na manutenção de pessoas negras – principalmente mulheres - em subempregos.

A meritocracia pra gente é uma faca muito grande, porque o meu sobrinho de 20 anos fica me perguntando: ué, você trabalha desde os 15 anos, você tem faculdade, você tem uma profissão mas continua pobre, morando na favela, o que ta faltando então? Você estudou, trabalhou e até agora nada aconteceu para melhoria. E eu entendo o que ele quer dizer, porque as oportunidades para a gente são mínimas, inclusive o primeiro emprego da pessoa. Eu acho que ta tudo muito estruturado lá na educação básica. O que eu costumo dizer é que o plano deles pra gente marginalizar, encarcerar e matar. Eles não querem que a gente se desenvolva, que a gente possa conquistar bons empregos lá na frente. Bons que eu digo, por exemplo eu sou formada em arquitetura, mas eu tenho certeza que para eu conseguir um emprego legal, numa empresa legal de arquitetura, ou alguém vai ter que me indicar ou eu vou ter que ser trezentas mil vezes melhor do que a outra amiguinha que fez a mesma graduação que eu, porque existe todo um processo contra a gente. Essa avacalhação que eles fazem com a gente na educação nos deixa sempre com os subempregos, não que não sejam dignos, mas a gente merece mais, a gente quer mais.⁴²

Sobre isso, se faz possível compreender que, apesar do Coletivo Mães de Manguinhos ocupar o espaço público em denúncia a uma maternidade interrompida, a luta desse grupo de mulheres permeia outros aspectos que conformam sua condição enquanto mulher negra. Jurema Werneck, ao refletir sobre a construção do sujeito identitário e político *mulher negra*, aponta que este é resultante de demandas históricas, políticas e culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo de séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializadas e racista em que vivemos (WERNECK, 2010). Werneck conclui, ainda, que essas demandas e questões, exigem de mulheres negras uma mobilização permanente e ações contundentes, uma vez que representam

⁴² Idem.

uma reação a ameaças reais às suas sobrevivências física, material e simbólica (WERNECK, 2010).

A maternidade da mulher negra e militante

Se por um lado, na história das lutas feministas, as mulheres pautaram a igualdade de direitos, buscando conquistar o espaço público e se libertarem do fardo da maternidade, podendo vislumbrar diferentes possibilidades, por outro, as mulheres que vivem a diáspora negra vêm, desde a escravidão, chorando e lutando pelo direito terem seus filhos com vida.(ARAÚJO e ARGOLO, 2017)

Refletir sobre a maternidade em um trabalho que pensa a condição de mulheres que de forma violenta são impedidas ao direito de exercício da maternidade, em uma violação que tem como autor o Estado, por meio das ações de seus agentes, é se debruçar sobre um lugar de dor onde encontramos a dororidade de muitas mulheres/mães negras. O coletivo Mães de Manguinhos compõe uma rede de movimentos de mães de jovens vitimados pela letalidade violenta dos centros urbanos que ocupam o espaço público mobilizando a maternidade como símbolo central de engajamento político (SANTIAGO, 2019).

O início dos anos 2000, na cidade do Rio de Janeiro, alguns intelectuais da academia se debruçaram sobre essas novas formas de organização política que começavam a ocupar espaços ligados a pauta da esquerda e da luta pelos direitos humanos, que se mobilizavam frente às chacinas que marcavam o estado do Rio de Janeiro na época. Neste contexto, a socióloga Márcia Leite desenvolveu uma análise sobre a construção social e política da categoria mãe de vítima (LEITE, 2004). Segundo a autora, essa categoria se constrói a partir de uma alusão religiosa bastante presente nos discursos dessas mulheres. Segundo Leite,

a categoria identitária e política de “mães de vítimas” retira sua força da alusão religiosa que existe entre todas as mães e Maria, mãe de Jesus. De fato, a legitimidade da “luta” de “mães” pela causa de seus filhos (nem sempre associada a eventos de morte como o que temos analisado) vem acompanhada da legitimidade de um modo de protestar bastante específico e já rotineiro em muitas cidades latino-americanas, onde

ruas, praças, escadarias são transformadas em cenário para a publicização de dores e de sofrimentos. (LEITE, 2004)

Leite (2004) aponta ainda para a prática de transformação dos sentimentos em argumentos políticos. O sentimento se configura, neste contexto, como o capital simbólico (BOURDIEU, 1989) deste tipo de coletivo. Com isso, a “dor da perda” de uma mãe ocupa um lugar de incomparável sofrimento e de grande legitimidade.

Freitas (2002), que realizou sua análise sobre a militância política das Mães de Acari, aponta que a forma como essas mulheres-mães se lançaram no espaço público de denúncia a violência aponta para uma nova representação da figura materna dessas mulheres, que se uniram a partir do lugar do lugar de mãe de vítimas da letalidade policial. Tal representação da maternidade se encontra, segundo a autora, num ponto de viragem, no qual o protagonismo político da mulher das classes trabalhadoras ocorre a partir do lugar que tradicionalmente ocupam na família, e que, em princípio, seria destituído de uma dimensão política.

Durante seu trabalho de campo sobre as Mães de Acari, Araújo (2007) destaca que apesar do status moral que a maternidade ocupa em nossa sociedade, as mães de vítimas da violência policial ainda precisam enfrentar o preconceito contra a favela e contra os favelados, tendo que romper duplamente com a condição de falar de um lugar despossuído e de um território criminalizado. A questão da maternidade no contexto desses coletivos de mães de vítimas de violência policial é atravessada, portanto, pela especificidade das mulheres-mães que os compõem, que é marcada por uma tripla condição de classe (pobre), gênero (mulher-mãe) e socioespacial (favelado) (ARAÚJO, 2007).

Quando localizamos essa mulher-mãe nos marcadores indicados acima, é preciso ainda compreender uma especificidade central nos movimentos de mães estudados neste trabalho: essa forma de violação contra a maternidade atinge um grupo específico de mães. Conforme apontam os marcadores de violência do país, esse tipo de violência vivenciado por essas mulheres é resultado dos crimes praticados contra jovens negros, moradores das favelas e periferias dos centros urbanos, pelos agentes do Estado, principalmente a polícia militar. Dessa forma, Araújo e Argolo (2017) chamam atenção que esses movimentos são expressão das experiências inviabilizadas das mulheres/mães negras, que vivem nas periferias ou em bairros populares em contexto de violência urbana.

Os movimentos de mães são principalmente uma forma de denúncia da interdição da maternidade negra em contexto contemporâneo. Para as mulheres a maternidade não as

confinou a espera privada, levou-as ao espaço público e ao engajamento político. Essa violação ao direito de ser mãe não é uma forma de violência não foi inaugurado pela urbanização e seus conflitos. Essa violação faz parte de uma esteira de direitos negados as mulheres negras durante todo o processo de formação dessas mulheres enquanto sujeito político.

Se nos voltarmos ao período colonial, a mulher negra é representada por dois estereótipos criados pelo colonizador: o lugar da “mãe preta”, que é representada pela mulher negra escravizada que deve servir ao filho de seu senhor, amamentando, cuidando, educando e, com isso, sendo afastada do convívio de seus possíveis filhos biológicos. Um segundo estereótipo mobilizado pelo colonizador para representar a mulher negra é o da “mulata”, figura hipersexualizada, que tem como característica a impossibilidade de reprodução. Silva (2018), ao fazer uma análise sobre essas representações na literatura, sublinha que

Somando-se ao estereótipo da “mulata”, a “mãe preta” configura a outra forma com que a mulher negra foi principalmente representada pela literatura alçada à condição de nacional no Brasil. Em ambas as representações, tolhe-se a possibilidade de que essa mulher seja representada subjetivamente enquanto mãe, na medida em que, num dos casos ela é estéril (conforme indica o termo “mula”, do qual deriva “mulata”, que se refere à espécie resultante do cruzamento entre um cavalo e um jumento) e, no outro, sua relação com o próprio filho é inviabilizada. (SILVA, 2018, p.245)

Lélia Gonzalez (1984) também traça sua análise sobre o lugar da mulher negra na sociedade colonial e escravocrata, como pudemos ver neste capítulo. Ao pensar no lugar social ocupado pela “mãe preta” na sociedade escravista, Lélia reflete sobre a atualização dessa figura na contemporaneidade no papel desempenhado pela empregada doméstica, que, muitas vezes, cumpre também a função de babá. Grande parte dessas mulheres precisa abdicar do convívio com seus filhos para conseguir prover o sustento de sua família, exercendo, dessa forma, uma forma de maternidade para o outro.

Pensar a função da babá e na privação de tempo que essa forma de ocupação propicia na relação dessa mulher com os seus filhos biológicos, pode ser compreendida como uma forma de inviabilização da maternidade negra. Contudo neste trabalho vamos pensar principalmente na violência policial sistemática contra jovens negros, que tem como consequência a

vitimização secundárias de seus familiares, com destaque para as figuras femininas, como mães, avós e tias. O engendramento da interccionalidade de opressão de raça, classe e local de moradia na experiência de maternidade inviabilizada de mulheres-mães negras aponta para o fato de que o acionamento da condição de mãe como elemento de autoridade moral em atos políticos (VIANNA e FARIAS, 2011), ganham outros contornos quando pensamos nele a partir da maternidade negra. Santiago (2019) aponta que,

O fato de que a maternidade, historicamente, foi tida como uma obrigação compulsória a muitas mulheres não deve impedir ou desqualificar a luta política de algumas mulheres por reivindicarem o direito de serem mães e continuarem a ter seus filhos. No contexto do movimento de mães do Rio de Janeiro, a noção essencializada de maternidade lhes permite denunciar o excesso de poder do Estado que, ao matar o filho, realiza um corte violento de uma ligação simbólica entre dois corpos, ligação que nunca se desfaz para essas mães. Ao infligir violência contra o corpo do filho, o corpo da mãe também sente a dor e, nesse sentindo, as mães se tornam segundas vítimas dessa “guerra”. A própria mobilização da noção essencialista do que é ser mãe é o que lhes garante as condições de possibilidade para ressignificar a maternidade e, através dela, garantir um peso político para sua luta. (SANTIAGO, 2019, pp.37-38)

Essa mobilização essencializada da maternidade que autor aponta como fator que garante a possibilidade de ressignificação da maternidade, transformando-a em símbolo central dessa forma de engajamento político, adquire ainda mais peso como denúncia à interdição do direito de ser mãe. Rocha (2014) cunha o conceito de “maternidade ultrajada”, a qual é entendida como uma expressão da indignação pela impossibilidade de exercer a maternidade devido a violência e o descaso perante o sofrimento negro. Através do “luto ultrajo”, essas mulheres questionam a precariedade das vidas negras e recusam o desaparecimento gradual causado pela morte, evitando o esquecimento.

Assim como outros autores (FARIAS, 2007; VIANNA e FARIAS, 2011; ARAÚJO E ARGOLLO, 2017; SANTIAGO, 2019), Rocha (2020) aponta como o agenciamento das dores do luto promove uma mobilização política em prol de mudanças estruturais na sociedade, além

da demanda por justiça. O ultraje impulsiona as mães a pensarem em alternativas para aquilo que leva os seus filhos e elas mesmas para a morte – física e/ou social. (ROCHA, 2014, p.51).

Eu falo que através dessa luta eu posso continuar exercendo minha maternidade, do Johnatha. De mostrar pra todo mundo que eu sou a mãe dele e que eu vou seguir cuidado dele até o meu último suspiro. Não só dele, mas de todos os meninos [...] E é isso, eu acho que o movimento das mães de Manguinhos é uma luta que tem me salvado. Eu acho que tem dado um grande sentido para minha vida, a partir do momento que eu mesmo dilacerada por tanta dor, consigo ter forças para segurar nas mãos de outras pessoas, pra ajudar outras pessoas pra ver essas pessoas também se levantando [...], eu acho que faz toda a diferença quando vem a palavra mãe sabe? Porque... eu acho que é isso, simboliza cuidado, afeto, amor. E eu acho que mobiliza sim as pessoas porque elas também acabam sentindo a mesma coisa que a gente sente. Porque hoje nós não somos apenas a mãe do Johnatha, a tia do Johnatha, a mãe do Paulo Roberto, mas a gente a gente age cuidando de toda uma favela, de Manguinhos mesmo. Nós somos as mães de Manguinhos, isso diz muita coisa. Porque a gente segue na luta para cuidar das pessoas que ali estão, pra zelar pela vida das pessoas que ali estão.⁴³

O protagonismo da mulher de favela

A expressão “matriarcado da miséria” foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo país. (Carneiro, 2011)

⁴³ Trecho retirado da entrevista concedida por Ana Paula Oliveira, no dia 2 de maio de 2022.

Pensar sobre a atuação dessas mulheres dentro do território de Manguinhos é necessariamente introduzi-las dentro de um circuito de redes, coletivos, movimentos sociais, instituições religiosas, conselhos de direitos e, em menor grau, partidos políticos que se articulam a partir das demandas de seus territórios. Essas “mulheres de favela” (NUNES,2021), ou líderes comunitárias, começaram a ser reconhecidas publicamente a partir do final da década de 1980 e durante a década 1990. Esse crescente protagonismo político de mulheres como lideranças comunitárias na década de 1990, reflete uma mudança no modelo de políticas públicas.

Como apontado no capítulo anterior, a reorganização do Estado sobre a lógica neoliberal redefiniu o padrão de atuação do Estado frente a garantia do bem-estar social. Observamos, dessa forma, uma redistribuição de responsabilidades pelo bem-estar dos cidadãos e um crescente aumento da participação do mercado, das comunidades e da família na garantia desse bem-estar social. Com indicam Sorj e Gomes (2011), o controle direito do estado na implementação de políticas públicas foi, crescentemente, cedendo lugar a diferentes formas de parcerias e de divisão de responsabilidade com Organização não governamentais (ONGs), igrejas, comunidades, agentes locais, entre outros. Esse novo papel desempenhado pelo estado e pelo cidadão, segundo as autoras, delinea o novo paradigma das políticas sociais repousa na ideia de um novo cidadão dotado de autonomia e responsabilidade pelo bem-estar da sua comunidade e de si mesmo. (SORJ e GOMES, 2011)

No Brasil esse processo atribuiu uma centralidade estratégica nas mulheres durante a sua implantação. Isso ocorreu porque o foco dessas políticas estava em programas de combate intergeracional da pobreza e programas de transferência de renda. Se observamos o perfil das famílias que são beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família⁴⁴, os arranjos familiares dos beneficiários são, em sua maior parte se constituído por famílias monoparental feminino (42,2 por cento), seguido por casal com filhos (37,6 por cento).⁴⁵ É elevado o patamar em que mulheres não tem cônjuges e têm filhos. Esses casos configuram

⁴⁴ Lançado em 2003, o Programa Bolsa Família (PBF) é o resultado da unificação das ações de transferência de renda para a população vulnerável em âmbito federal, cuja implementação articula as políticas de saúde, educação e assistência social e conjuga esforços de estados e municípios.

⁴⁵ Este percentual pode indicar estratégias de sobrevivência das famílias mais vulneráveis, na medida em que a renda e a presença do cônjuge no domicílio é, em muitos casos, errática, como demonstram inúmeros estudos antropológicos com famílias beneficiárias. Parte dessa expressividade, também se explica pelo incremento na participação de mulheres com filhos e sem cônjuge entre as famílias brasileiras, em especial entre as famílias de baixa renda (CAMARGO; CURRALERO; LÍCIO e MOSTAFA, 2013)

famílias com maior risco de vulnerabilidade social, já que a renda média – principalmente de mulheres negras continua bastante inferior não só à dos homens, como à de mulheres brancas.

Em trabalho desenvolvido sobre o Programa Mulheres da Paz, implementado pelo Ministério da Justiça, Bila Sorj e Carlas Gomes, refletem sobre o protagonismo das mulheres e o lugar do gênero nessa nova forma de pensar a cidadania. Para as autoras, a transferência de recursos para mulheres é vista como trazendo melhores retornos ao desenvolvimento, o que seria justificado pela percepção que associa mulheres, maternidade e cuidado (SORJ e GOMES, 2011).

O Programa Mulheres da Paz foi criado como parte de um programa mais abrangente, o Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), que é coordenado pelo Ministério da Justiça e se destina a articular ações estratégicas de ordenamento social e de segurança pública com políticas “sociais” e “preventivas”, no intuito de atuar nas “raízes socioculturais” da criminalidade. Os estados e municípios tiveram autonomia para desenhar o programa de acordo com as especificidades de cada região. No rio de Janeiro, o foco do programa é “a formação da cidadania” de jovens expostos à violência doméstica ou urbana, por meio de programas de formação, inclusão social, atividades culturais e esportivas, que visem a “resgatar sua autoestima e permitir que eles disseminem uma cultura de paz em suas comunidades” (Ministério da Justiça do Brasil, 2007 apud SORJ e GOMES, 2011).

Ao analisarem o processo de implementação do programa, Sorj e Gomes identificaram um aspecto importante do programa no Estado do Rio de Janeiro. O Programa Mulheres da Paz tinha como objetivo institucionalizar os movimentos de mães que já gozavam de forte repercussão na cena política do Estado. Reconhecidas como “Mães da Paz”, esse movimento possuía forte apelo e visibilidade política alcançada por anos de organizações de mães que perderam seus filhos em conflitos urbanos, notadamente, assassinados por policiais (SORJ e GOMES, 2011). As autoras destacam entre essas organizações, a atuação das Mães de Acari, teve origem quando um grupo de onze mulheres deu início a uma longa luta pela localização dos corpos de seus filhos e filhas, assassinados de uma só vez pela polícia no Rio de Janeiro, em julho de 1990. Para elas, transformando o luto materno em estratégia política, as Mães de Acari e outras organizações de mães tentam não apenas resolver seus casos pessoais, investigando e pressionando as autoridades, como também promover políticas públicas e medidas legislativas (SORJ e GOMES, 2011).

Nesse cenário, a participação das mulheres como sujeitos políticos ocorre principalmente a partir de seu papel de mães. A busca por justiça e paz em seus territórios, no espaço público é caracterizado como um desdobramento do lugar social que lhes é atribuído no âmbito privado e familiar. A articulação entre maternidade e ação política mobilizada pelos movimentos de mães fomenta a relação entre mulheres, maternidade e a não violência.

Sorj e Gomes tecem ainda algumas considerações às críticas realizadas a natureza do Programa Mulheres da Paz e sua conexão com o uso político da maternidade, cujo protagonismo é justificado por uma suposta ligação entre a natureza feminina e o cuidado. Contudo, Moura e Santos (2008), que refletem sobre a politização do luto nos movimentos de mães, defendem que este recurso – o acionamento da maternidade – pode servir como “tática” para entrada no espaço público, conferindo legitimidade a atuação dessas mulheres.

Pensando no território das favelas e a noção de vulnerabilidade social que estes representam no cenário do Rio de Janeiro, a atuação dessa nova forma de cidadania, como protagonismo de mulheres, quase sempre mães, concedeu a essas mulheres-mães um lugar de referência em seus respectivos territórios. Essas mulheres de favela, como argumenta Nunes (2021), se traduzem no cotidiano como mulheres negras enquadradas por seus diferentes marcadores sociais em uma condição de subalternidade e, que, por isso, agenciam sua ação política a partir da subversão da ordem estabelecida, desenvolvendo num novo e particular modo de fazer política. Constroem espaços de luta em uma escala micro, local, mas que trazem consigo um projeto de cidade, e de país.

Um traço fundamental dessa força de atuação política é a gestão de territorialidades (redes), conformando uma articulação política pautada em laços de vizinhança e solidariedade. Nilza Nunes (2021) sublinha que ao realizarem a gestão dessas redes, que se constroem como teias no interior do território, se engajam na busca de transformação de um coletivo que transcende suas relações pessoais.

Se na implementação das políticas públicas, cujo participação da sociedade civil cumpre nesse novo momento um papel decisivo, o Estado compreendeu que o papel exercido pelas mulheres mães seria fundamental para uma maior efetividade dos projetos referentes a população em vulnerabilidade social e a criminalidade no Rio de Janeiro, dentro dos territórios em que moram – nas favelas - essas mulheres também desempenharam um importante papel como agente local e mediadora de conflitos.

Leite (2008) reflete sobre as condições de atuação das mulheres dentro dos espaços públicos da favela, e, mais uma vez, enfatiza a estratégia de consolidar sua construção enquanto sujeito político através de seu lugar de mãe, que no contexto das favelas e comunidades mais pobres, adquire novos contornos. Compreendo que a noção de maternidade dentro desses territórios possui um caráter mais horizontal e coletivo. Mobilizo essa ideia a partir da noção que a maternidade negra é predominante nesses territórios, sendo fortemente caracterizada como uma maternidade expandida por redes de familiares e comunitárias. Segundo Ota (2015), o cuidado da criança não é visto como um trabalho isolado e submetido ao poder patriarcal, mas antes como um trabalho em prol da comunidade e valorizado por ela (OTA, 2015).

Tem essa força da mãe, mas o que que é ser mãe? Ser mãe, pode ser qualquer pessoa que cuida né, que transmite afeto, que transmite carinho, que ensina. Então essa mãe pode ser uma tia, pode ser uma avó, mas que desempenha esse papel também. Eu sempre falo assim, que a Patrícia sempre foi uma mãezona, porque eu quando tive o meu filho, era isso, eu não criei meu filho sozinha. Meu filho foi criado a muitas mãos, com muitos amores e muitos corações. Então assim, era minha mãe, era minha irmã, todo um cuidado, ele era cercado por vários cuidados. De tia, de avó, de mãe. E é entender isso, o que que é ser mãe, então é um pouco disso sim. A gente fala mãe, e pra mim mãe é toda aquela que cuida, que luta por quem ama⁴⁶

Essa forma de maternidade coletiva atribui a experiência da maternidade nas favelas e comunidades mais pobres, uma forte potencialidade de engendrar o ativismo político entre as mulheres negras, ou seja, a maternidade tem capacidade de politizar. Para Ota,

Essas mulheres desenvolvem uma sensibilidade e consciência política distinta, que emergem das experiências do cotidiano, do contato direto com os problemas da comunidade. O ativismo político é expandido na medida em que relacionam seus problemas individuais aos mais gerais da comunidade, ou em outras palavras, quando percebem que esses problemas são construídos politicamente (OTA, 2015)

Essa tomada de consciência é muito presente no discurso das mulheres do Coletivo Mães de Manguinhos. A conscientização das violações de direitos e a formação política que

⁴⁶ Trecho retirado de Entrevista realizada com Ana Paula Oliveira em 2 de maio de 2022.

reivindica novas práticas políticas é fundamental na atuação dessas mulheres em seu território. Patrícia aponta a importância do papel do coletivo na comunidade:

Então, eu acho que é de suma importância para o nosso território ter pessoas como a gente aqui: uma rede onde a gente pode articular para ajudar outras pessoas. Muitas pessoas sofrem com a violência e nem se dão conta que estão sofrendo uma violência. Mas quando encontram com a gente e, a gente explica que essa situação não está certa, que eles merecem uma reparação e ajudar a procurar por outras pessoas que os ajudem, faz com que o nosso movimento se fortaleça e tenha o seu intuito alcançado, de fazer justiça e ajudar todas as pessoas que não acreditam na justiça. É o nosso papel e por isso nosso coletivo é muito importante.⁴⁷

Outro aspecto que elas destacam é a construção de um lugar de referência para os moradores de Manguinhos. Fátima aponta que, a partir do trabalho que elas desenvolvem no território, desempenham – em conjuntos com outros movimentos de Manguinhos – um lugar de referência para as questões da comunidade.

E assim, a nossa referência como coletivo ... foi muito bom para gente formar ele pra favela assim, que nunca teve esse movimento todo assim, a não ser o Fórum, e também ninguém conhecia o Fórum e até um momento eu não conhecia o Fórum, a gente virou uma referência para outras pessoas quando acontecia alguma coisa ... aaah tem as mães de Manguinhos, vamos lá procurar elas porque elas sabem indicar a gente pra onde correr atrás de fazer alguma coisa. Não fazer bagunça, fazer manifestação, sem quebrar nada, sem ter problema nenhum. Então a gente virou uma referência, quando acontece alguma coisa, vai lá falar com fulano, vai lá procurar fulano. Passam para mim, porque geralmente eu to aqui no miolo mesmo, eu ligo pra Ana Paula, Ana Paula já liga para outra, vai fazendo aquela rede de comunicação, pra não chegar o povão e fazer aquela baderna toda que o povo fazia antigamente. Antigamente só sabia de quebrar as coisas, agora não, mudou 100% graças a deus e estamos aí pra ajudar quem precisa.⁴⁸

⁴⁷ Trecho retirado de entrevista realizada com Patrícia Oliveira no dia 2 de maio de 2022.

⁴⁸ Trecho retirado de entrevista realizada com Fátima Pinho no dia 2 de maio de 2022.

Capítulo 3

O lugar do coletivo

Quando visitamos uma bibliografia que pensa o fenômeno dos coletivos (PAIM, 2009; GOHN, 2019; COSTA, 2020), podemos concluir que essa nova forma de organização política é possível de ser observada desde o início do século XXI, marcada por uma profunda crise de representatividade. No Brasil essa crise foi evidenciada pelos eventos de junho de 2013, quando uma onda de protestos, que tiveram como pauta inicial o aumento da passagem do transporte público, tomou as principais capitais do Brasil. O que esse levante revelou, a longo prazo, foi uma descrença ao modelo de democracia representativa e nas estruturas partidárias. Era comum observar nos levantes de junho de 2013 uma onda de hostilidade contra militantes de partidos políticos que compareciam com bandeiras partidárias. Palavras de ordem como “*sem partido*” também era uma constante nos grandes protestos organizados por grupos na internet. Se no cenário político essa conjuntura representou a ascensão de figuras públicas que tinham na rejeição a estrutura representativa e partidária sua plataforma política, entre as organizações políticas e movimentos sociais, esse momento representou um boom de coletivos e outros grupos de pessoas que se juntaram trazendo novas demandas.

Um elemento importante dessas novas formas de organização política – os coletivos -, é a valorização às autobiografias como motores das lutas sociais (PAIM, 2009). Sendo um fenômeno que tem seu efeito principalmente nos centros urbanos, Gohn (2019) aponta que esses novos atores se juntam com valores horizontais, “sem hierarquias”, e com diversas pautas em um só grupo.

Se faz importante entender o cenário de crise das instituições de representatividade para compreender o surgimento e proliferação dos coletivos com as mais diversas pautas. Contudo, pensando as formas de organização política que tem sua gênese dentro das favelas, podemos compreender esse fenômeno a partir de outros fatores.

As favelas configuram um fenômeno urbano que é uma das consequências de um processo de urbanização que teve como parte constituinte a marginalização de parte da população da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Foram os mais pobres – notadamente a população negra e os migrantes nordestinos – que ocuparam esses territórios marcados pela precariedade e pela ausência do Estado. O objetivo de reafirmar esse aspecto é sublinhar as características do espaço que condicionam, há anos, formas diversas de ação política e resistência, marcadas pela coletividade.

Os processos de marginalização vivenciados pelos moradores de favela demarcam um lugar de precariedade que não é destituído de potência. É justamente por se mobilizarem a partir das margens que sua forma de fazer política é tão singular e transformadora. Grada Kilomba, ao refletir sobre as possibilidades de atuação política daqueles à margem, compreende que esses lugares não devem ser vistos apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um lugar de resistência e possibilidade. A margem se configura como um espaço de abertura radical (hooks, 1989, p.149 apud KILOMBA, 2019, p.68) e criatividade.

Falar da margem como um lugar de criatividade pode, sem dúvida, dar vazão ao perigo de romantizar a opressão. Em que medida estamos idealizando posições periféricas e ao fazê-lo minando a violência do centro? No entanto, bell hooks argumenta que este não é um exercício romântico, mas o simples reconhecimento da margem como uma posição complexa que incorpora mais de um local. A margem é tanto um local de repressão quanto um local de resistência (hooks, 1990). Ambos os locais estão sempre presentes porque *onde há repressão, há resistência*. Em outras palavras, a opressão forma as condições de resistência. (KILOMBA, 2019, pp.68-69)

As primeiras formas de organização política dentro das favelas foram as organizações tradicionais como movimentos de bairros e associações de moradores, que durante as décadas de 1940 e 1950, sofriam decisiva influência dos partidos políticos de esquerda, já que grande parte da base desses partidos – a classe operária – residiam nesses locais. As pautas reivindicavam uma melhoria na infraestrutura das favelas, exigindo um processo de urbanização que contemplasse as especificidades desses espaços, bem como a garantia de serviços essenciais como o saneamento básico. Na década de 1960, observamos a criação da

Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG)⁴⁹, em março de 1963, que reuniu associações de moradores de várias favelas na luta contra as remoções em curso neste período (PERLMAN, 1977).

Durante as últimas décadas do século XX, a questão da garantia de moradia tomou grande parte dos esforços das organizações políticas de favela. Contudo, ainda durante a década de 1990, já era possível observar uma mudança no caráter desses movimentos. O esgotamento dos movimentos reivindicativos atrelados a partidos políticos que protagonizaram a década de 1980 (SORJ e GOMES, 2011), dava lugar a uma forma mais participativa de implementar políticas públicas, com o predomínio de organizações da sociedade civil.

Neste contexto, observamos a entrada das organizações não governamentais (ONGs) nas favelas, que representavam um campo fértil para atuação nas mais diversas frentes de trabalho social, tendo em vista a precariedade e vulnerabilidade social característica desses territórios. Paralelo a esse movimento, também surgem muitos coletivos com diferentes pautas protagonizado por moradores de favelas pensando formas de melhorar as condições de vidas da comunidade. Iniciativas como cooperativas de geração de renda, creches comunitárias, agentes comunitários atrelados a serviços de saúde, coletivos de arte e cultura, pré-vestibulares sociais, programa de educação de jovens e adultos, entre outros.

Surgem, ainda, movimentos que pensam o impacto crescente da criminalidade urbana violenta (MISSE, 2006) nas favelas. O controle desses territórios por comandos armados ligados ao tráfico de drogas e as respostas sem planejamento e inteligência por parte do Estado, tem como consequência a exposição dos moradores de favelas ao fogo cruzado e incursões policiais marcadas por violações de direitos. Essa dinâmica é explicitada pelos números de letalidade violenta nesses territórios, conforme apontado no primeiro capítulo.

Na esteira desses movimentos contra violência e pela paz nas favelas, estão os movimentos de mães, que mobilizam o luto de mãe para legitimar sua denúncia no espaço público. No Rio de Janeiro, esse movimento ficou conhecido como “Mães da Paz” ou “Mães do Rio”, e surgiram ainda na década de 1990 em decorrência das chacinas cometidas pela polícia militar do estado. As Mães de Acari são as pioneiras dessa forma de mobilização política, inaugurando um repertório de experiências e recursos políticos que circulam através

⁴⁹ A Federação existe até os dias de hoje, sendo denominada de Federação das Associações de favelas do Estado do Rio de Janeiro.

de redes de ativistas, acumulando dinâmicas de aprendizado e solidariedade entre pessoas que, a partir de um dado momento e movidas por condições específicas, passam a ser ver como parte mais ou menos exata de um coletivo (VIANNA e FARIAS, 2011).

Lacerda (2014) aponta a necessidade compreender as dimensões da mobilização social de familiares de vítimas de estado, uma vez que a importância dessa forma de mobilização e ação política não pode ser apenas mensurada como uma luta por justiça aos casos aos quais estão atreladas por laços afetivos, e aos resultados objetivos desse processo – como a condenação judicial. Lacerda destaca isso porquê a grande maioria dos crimes não chega à etapa judicial, mas esse percurso marcado pela articulação política, aproximação com outros grupos e entidades que compõem uma rede de ajuda e escuta para essas mães é uma parte crucial do processo de luto desses familiares. Nesse processo em que identidades políticas são constituídas em resposta a um acontecimento de violência vivido como evento devastador (LACERDA, 2014), essa forma de mobilização possui dois aspectos principais: no sentido macropolítico, insere a demanda dessas mães em um circuito mais amplo de luta por direitos, no qual muitas delas tornam-se vozes expoentes. Na micropolítica, esses agrupamentos de mães cumprem papel decisivo na conformação de uma rede de solidariedade e apoio mútuo, cumprindo uma função negligenciada pelo Estado de promover políticas reparatórias às vítimas de graves violações dos direitos humanos.

No início dos anos 2000, mais uma chacina marcou a vida de mães e familiares na cidade. A chacina do Borel, como ficou conhecida, ocorreu em abril de 2003, quando policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar realizaram uma operação no Morro do Borel, zona norte do Rio de Janeiro. Essa operação deixou quatro moradores mortos⁵⁰ e outros dois feridos. As mães e familiares das vítimas da Chacina do Borel se organizaram em torno do movimento “*Posso me identificar?*”⁵¹, realizando atos contra a violência policial nas favelas e pedindo justiça para aos quatro homens mortos naquela Chacina. Em 2004, depois de encontros com outras mães e familiares de diferentes casos de execução sumária e chacinas ocorridas no Rio de Janeiro, e também com outros militantes e ativistas das pautas de direitos humanos e contra a violência policial na cidade, foi criada a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência.

⁵⁰ São eles: Carlos Alberto da Silva Ferreira, Carlos Magno de Oliveira Nascimento, Everson Gonçalves Silote e Thiago da Costa Correia da Silva.

⁵¹ Esse nome denuncia a tentativa que uma das vítimas da chacina teria feito em se identificar como trabalhador para os policiais. Segundo testemunhas, o homem teria tentado mostrar a carteira de trabalho aos policiais, estratégia comum aos moradores de favela, mas foi executado antes. Ver mais em FARIAS, 2007.

A Rede hoje representa uma das principais forças de articulação de coletivos de familiares de violência policial no Rio de Janeiro, somando-se a outros coletivos importantes para essa forma de articulação política, como a Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense e o Fórum Social de Manguinhos, que tem o Coletivo Mães de Manguinhos como eixo de atuação na causa de mães e familiares de vítimas do Estado.

A Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense teve sua criação em decorrência de uma Chacina que ocorreu nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, deixando 29 pessoas assassinadas. A Chacina da Baixada teria sido um crime de vingança perpetrado por policiais militares do 15º Batalhão da Polícia Militar localizado em Duque de Caxias. Os assassinatos foram uma represália a ação do então comandante do Batalhão, Paulo César Lopes, que afastou 60 policiais por desvio de conduta⁵².

Seguindo o repertório de atuação dos outros movimentos de mães, as Mães da Baixada buscam oferecer auxílio psicológico e jurídico, bem como promover o acolhimento de novas famílias de vítimas da violência policial. Se nos debruçamos sobre os números da violência nos municípios Baixada Fluminense, podemos ter uma noção do volume de trabalho que essa Rede se propõe a fazer: De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 11 dos 13 municípios da Baixada Fluminense estão entre os 100 mais violentos do Brasil⁵³. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), dos cinco batalhões da PM que mais matam no estado do Rio de Janeiro, quatro estão na Baixada: Mesquita, Queimados, Belford Roxo e Duque de Caxias⁵⁴. O Iser (Instituto de Estudos da Religião) publicou que de 2010 a 2015 a taxa de homicídios na Baixada foi de 80 mortes por 100 mil habitantes, enquanto no município do Rio de Janeiro foi de 40 para cada 100 mil⁵⁵.

O Fórum Social de Manguinhos (FSM) tem como gênese o movimento social autoproclamado Agenda Redutora das Violências no local (ARV), criado em 2003, foi um primeiro passo para reorganização dos movimentos sociais em Manguinhos. Tinha como objetivo principal combater formas de controle e cooptação executadas seja pelo poder local – representado pelo narcotráfico, seja pelo poder institucional (ARAÚJO, 2011). Fruto dessa mobilização social, o Fórum Social de Manguinhos foi criado oficialmente em 2007,

⁵² Disponível em: <https://www.terra.com.br/comunidade/visao-do-corre/pega-a-visao/maes-que-perderam-filhos-para-violencia-no-rj-criam-rede-de-apoio,134681d3b9705e1447f4d478d1a7b95e71mmtioi.html>

⁵³ Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/a-baixada-fluminense-grita-paz>

⁵⁴ Disponível em: http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieCidades2021.pdf

⁵⁵ Disponível em: https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Comunicacoes_ISER_n71.pdf

confirmando uma maior coesão entre os movimentos sociais do Complexo de favelas de Manguinhos.

Promovendo reuniões e debates semanais, o FSM tem como objetivo ativar a cidadania direta para a promoção, defesa e garantia de direitos sociais, e a consequente geração de desenvolvimento que viesse a contribuir para a instituição e qualificação participativa de políticas, projetos e programas intersetoriais para moradores do Complexo de Manguinhos (ARAÚJO, 2011). O FSM cumpriu importante papel durante a implementação do PAC FAVELAS em Manguinhos, sempre o principal órgão local de participação, fiscalização e denúncia.

O Fórum Social de Manguinhos também desempenhou papel importante na mediação dos conflitos fruto de uma nova forma de convivência entre moradores da favela e policiais militares. O período de ocupação permanente inaugurado pelo Programa de Polícia Pacificadora em Manguinhos (2013-2019), representou uma nova forma de habitar nas favelas do Complexo, bem como uma nova dinâmica de conflitos que agora ocorriam muito mais entre moradores e policiais, com menos protagonismo dos comandos ligados ao narcotráfico. Como consequência desses conflitos chegamos ao número de dez pessoas assassinadas, todos jovens homens negros, incluindo uma criança de 13 anos.

O FSM ocupou papel importante no acolhimento e auxílio jurídico dos familiares destes jovens. Fátima Pinho foi uma das primeiras mães acolhidas pelo Fórum. Passou a frequentar as reuniões, depois que seu filho Paulo Roberto Pinho foi morto por policiais da UPP, em busca de auxílio para enfrentar o processo de judicialização da morte de seu filho. Em maio de 2014, a luta por justiça de Fátima encontrou com a dor de mais uma mãe que teve seu filho assassinado pela UPP/MANGUINHOS. Fátima, já inserida no FSM, acolheu Ana Paula que acabara de ter seu filho Johnathan Oliveira morto a tiros por policiais “pacificadores”.

Eu lembro que foi quando a gente se encontrou na missa de sétimo dia do Jhonatan, e a Fátima já era acolhida pelo Fórum, e ela foi com o Fórum na missa e eles me prestaram uma homenagem. A Fátima segurou na minha mão, ela tava com a camisa com a foto do “nego” e ela falou assim: “vamos lutar juntas, vamos juntas!”⁵⁶

⁵⁶ Trecho retirado de entrevista realizada com Ana Paula Oliveira no dia 2 de maio de 2022.

Juntas, frequentavam as reuniões do Fórum e constaram a necessidade de criar um coletivo que pensasse as pautas de familiares e mães de vítimas da violência policial, expandido o auxílio jurídico, para um trabalho de acolhimento e apoio mútuo, compartilhando o repertório construído ao longo dos anos pelos movimentos de mães no Rio de Janeiro.

Foi através do Fórum que se deu. Porque eu lembro, na primeira vez que eu cheguei numa reunião do Fórum, eu cheguei achando que fossem resolver né, a questão do meu filho. Que eu ia chegar ali e eles iriam me dar uma solução. Vamos que a gente vai conseguir resolver, o policial vai ser preso. E aí quando eu chego lá no Fórum, tinha várias pautas para serem faladas, discutidas. Eu olhei pra Fátima e falei assim: Aí, que coisa chata! Mas vem cá, eu quero falar do meu filho, do caso do meu filho. E a Fátima: ah eu também acho chato. Ai eu falando, aí muito chato, não gostei. Porque eles estavam vindo com vários assuntos, e que assim, faziam parte da minha realidade todos aqueles assuntos, mas eram coisas que eu não estava acostumada a falar, discutir. Ter um tempo, um momento só pra falar desses assuntos. Sobre todas as dificuldades da comunidade, dos moradores. Os problemas, as questões. E assim, a gente via as pessoas ali falando, e as vezes falavam coisas que eu nem entendia. Mas assim, isso foi colocado. Quando eles abriram, eu falava “não sei, tem muitas coisas que vocês estão colocando e eu não to entendendo, então acho chato, meio maçante”. Mas dali surgiam também várias coisas, a gente ficava sabendo onde ia ter algum ato, ficava sabendo o que tava acontecendo nas outras favelas [...] aí falavam: olha, a mesma coisa que aconteceu aqui com vocês, aconteceu em outra favela. Olha tem uma mãezinha assim e tal, poxa seria bom se a gente conseguisse um encontro de vocês com essa outra mãe, para vocês trocarem informações, trocarem forças também. E daí, a gente foi se mobilizando, se movimentando. Começou a ter interesse, em encontrar, sair de Manguinhos e encontrar essas outras pessoas [...] aprendendo com outras mães, com outras pessoas. Então a gente começou a entender isso, e a passar. Através do nosso coletivo, tudo o que a gente aprende, até hoje, para os familiares que

*vem chegando, a gente vai procurando transmitir. Compartilhar esses aprendizados. E a gente aprende muito também com eles.*⁵⁷

*a gente está na luta por justiça, a gente formou o movimento de mães de Manguinhos, através dessa nossa dor que a gente não pode nem chorar né, nem chorar as nossas dores a gente pode chorar. Já teve que cair de cabeçada nisso aí, e se a gente não cai nossos filhos iam ficar no esquecimento, eles iriam continuar matando como eles continuam matando em alguns lugares.*⁵⁸

Hoje o coletivo Mães de Manguinhos é formado por um núcleo composto por Ana Paula Oliveira, Fátima Pinho e Patrícia Oliveira. Em maio desse ano o coletivo completou oito anos de resistência a violência sistemática nas favelas, consolidando seu lugar de referência na organização social e mobilização política para os moradores do Complexo de Manguinhos. Configura, ainda, um reconhecido quadro na defesa dos direitos humanos no Rio de Janeiro com projeção nacional.

Desde 2016, o coletivo Mães de Manguinhos compõe a Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado. A partir dessa rede, em todo mês de maio desde de 2016, são organizados os Encontros nacionais desses coletivos, que tem como objetivo principal fortalecer a luta por justiça daqueles que perderam seus familiares, dando visibilidade às violações de direitos perpetradas pelo Estado. É um importante momento de troca de experiências entre os familiares, que vivem o cotidiano de ameaça e repressão e buscam construir a memória de seus filhos. O mês de maio é escolhido devido a simbologia que ele representa para as mães desses coletivos, segundo a própria Rede “maio representa o mês de luta e de busca por responsabilização do Estado pela política de terrorismo que vitimiza uma população bastante específica: jovens, negros e pobres”⁵⁹. Esse ano ocorreu o 5º Encontro

⁵⁷ Trecho retirado de entrevista realizada com Ana Paula Oliveira no dia 2 de maio de 2022.

⁵⁸ Trecho retirado de entrevista realizada com Fátima Pinho no dia 2 de maio de 2022.

⁵⁹ Informações retiradas do site do 5º Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, que seria realizado em maio de 2020 em Fortaleza, Ceará. Por conta da pandemia do Covid-19, o evento foi adiado, sendo realizado somente em maio de 2022. Disponível em: <https://5encontronacional.wixsite.com/fortaleza?fbclid=IwAROpFTODsJgag2lloGpBINJ3myta5EeTrzoYsQoOV3IMzLQRNGzZT9WHBBA>

Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, com a presença do coletivo Mães de Manguinhos.

MOVIMENTO MÃES DE MANGUINHOS NO V ENCONTRO NACIONAL EM FORTALEZA / CE – MAIO DE 2022



a memória e o silêncio

Porque a máquina vai tratar de nos triturar de qualquer maneira, tenhamos falado ou não. Podemos nos sentar num canto e emudecer para sempre enquanto nossas irmãs e nossas iguais são desprezadas, enquanto nossos filhos são deformados e destruídos, enquanto nossa terra está sendo envenenada, podemos ficar quietas em nossos cantos seguros, caladas como se engarrafadas, e ainda assim, seguiremos tendo medo (LORDE, 1978)

Não é interesse do governo que a favela tenha memória. A desumanização das vidas nas favelas e a consequente naturalização das mortes neste território, gera um silenciamento em torno dessas mortes. Esse processo de silenciamento é mobilizado principalmente através da

criminalização da vítima – potencializando a naturalização dessa morte junto à sociedade; e pela impunidade dos assassinos, notadamente, agentes do estado. Esse vácuo de responsabilização lança mães e familiares na luta política e social para romper um ciclo de silêncios.

Pollak (1989), ao refletir sobre a memória, o esquecimento e o silêncio, aponta para o caráter problemático da memória coletiva, que é marcada por um processo de seletivo das memórias que vão ocupar o espaço público e a memória oficial, e aquelas que serão marginalizadas nesse processo. O que o autor vai chamar de memórias subterrâneas, são memória de grupos minoritários e excluídos que muito convenientemente são deixadas a margem da narrativa oficial. Contudo, esses processos não são marcados pela passividade dos grupos excluídos, e sim por um processo de disputa. Essas memórias silenciadas emergem no espaço público em momentos de ruptura, encontrando brechas para denúncias e transformações sociais.

Grada Kilomba (2019) ao pensar sobre o silenciamento do subalterno, descarta qualquer análise que aponte para uma passividade desse sujeito. Para autora, a impossibilidade de falar não está atrelada a ausência de capacidade de construção do conhecimento, mas sim uma ausência de espaço no centro – nos lugares de poder e construção do conhecimento – confirmando que não há espaços para esses sujeitos falarem.

Os movimentos de mulheres-mães compreenderam que o acionamento do lugar de mãe legitima a introdução das memórias de seus filhos assassinados no espaço público, rompendo o silêncio imposto pela morte e pelo lugar social que ocupam. Vianna e Farias (2011), salientam que esse acionamento do lugar de mãe é amplamente mobilizado por essas mulheres-mães não só para legitimar sua luta, como também para estabelecer um laço afetivo com os destinatários de sua mensagem.

Falar sobre seus filhos e suas memórias familiares ocupam alguns lugares na luta dessas mães por justiça por seus filhos, e também para elas. O primeiro é o trabalho de memória que precisam realizar para comprovar a inocência da vítima para o andamento da investigação. O discurso dominante realiza um movimento de desqualificação moral das vítimas e da localidade onde o fato aconteceu (VIANNA e FARIAS, 2011). Uma preocupação inicial é, portanto, a reunião de provas e testemunhas que comprovem o abuso de poder e a execução sumária cometida pelo agente policial. A construção da ilegitimidade das ações da polícia passa ainda pela reunião de memórias afetivas de seus filhos, como álbuns de fotos; e documentos oficiais,

como declaração de escolaridade e carteira de trabalho. A ação política de buscar por justiça para esses mortos está diretamente ligada ao esforço em não deixar que se apaguem também essas histórias familiares, levando os vivos para o mesmo terreno de desimportância a que os mortos estariam sendo relegados (VIANNA e FARIAS, 2011)

Vianna e Farias (2011) que analisaram a performance dessas mulheres durante os julgamentos dos casos de seus filhos, apontam que é muito comum que o julgamento tenha sua dinâmica trocada, colando a promotoria num lugar de comprovar que a vítima é de fato a vítima. Esse processo de criminalização não é restrito aos jovens, as mães, em sua maioria mulheres negras, também são criminalizadas. Rocha (2020) aponta para a criminalização da mulher negra mãe de vítimas de violência policial como “mãe de bandido”, acusando-a de negligência e imoralidade. Em resposta a essa dinâmica largamente utilizada pelos processos jurídicos, os movimentos de mães criaram a retórica “eu não sou mãe de bandido” para legitimar sua luta por justiça (FARIAS, 2007; VIANNA e FARIAS, 2011). Conversando com a Ana Paula, do coletivo Mães de Manguinhos, observei uma tendência de problematização de legitimar a luta por justiça afirmando não ser mãe de bandido.

Também entendi que eu teria que mudar o meu discurso, porque quando eu cheguei, eu chegava falando “ah, a polícia matou meu filho, mas o meu filho não era bandido”. Depois ouvindo as outras mães, ouvindo as outras pessoas eu comecei a ter o entendimento que eu precisava mudar isso. Porque essa minha fala dava tipo um certo aval para a ação. Então se fosse bandido podia ser assassinado? Tudo isso foi uma formação que eu tive na luta. Aprendendo com outras mães, com outras pessoas.⁶⁰

Essa problematização vem também da relação construída com Fátima Pinho, companheira de coletivo. O filho da Fátima foi um jovem autor de atos infracionais e a luta por justiça nesses casos ganha outros contornos. Comprovar que esse jovem merece que seu caso seja julgado é mais difícil, pelo fato de ter passagem pelo sistema penitenciário chancela, aos olhos das instituições e de grande parte da sociedade, a ação dos agentes do estado. Ana Paula conta sobre esse momento de aproximação entre as lutas dela e de Fátima, e a consequente conscientização que casos como o do filho de Fátima, Paulo Roberto, suscitaram nesse tipo de coletivo.

⁶⁰ Trecho retirado de entrevista realizada com Ana Paula Oliveira 2 de maio de 2022.

A Fátima segurou na minha mão, ela tava com a camisa com a foto do “nego” e ela falou assim: “vamos lutar juntas, vamos juntas! O meu filho foi um jovem infrator, mas quando ele foi assassinado ela não estava fazendo nada de errado. Eu sempre lutei pelo meu filho, nunca compactuei com nada de errado que meu filho fez, eu sempre cuidei dele, sempre lutei por ele. Não vai ser agora que tiraram a vida dele que eu vou deixar de lutar por ele”. Então, essa uma frase da Fátima que eu guardei, e ela falou: “vamos juntar nossas forças e vamos lutar pelos nossos filhos”. Eu lembro que algumas pessoas falavam assim, na própria comunidade né, falava: O filho dela, já foi preso, já fez isso, já fez aquilo. Você vai juntar a sua luta, do seu filho? E eu falava: mas tem que ser, a polícia não tem que matar ninguém sabe? E ele foi assassinado e não tava fazendo nada de errado, mesmo que ele tivesse fazendo alguma coisa de errado, não teria que ser assassinado, espancado até a morte. Então eu achava muito importante ter ela ali, estar lado a lado com ela, pelos nossos filhos. Porque é isso, a sociedade, infelizmente, ela também mata com esses discursos [...] eu sempre falo pra Fátima que é muito importante ela falar disso, não foi por um acaso, foi por conta da luta dela, da nossa luta. E é importante porque a maioria das mães que tem os filhos, que já passaram pelo sistema, ou que fizeram parte do varejo de venda de drogas, essas mães quando tem os filhos executados, assassinados, elas acham que não tem direito, pensam que não podem fazer nada por “meu filho era dessa vida”. Seu filho era dessa vida, mas se ele foi executado você tem todo o direito de lutar, buscar justiça. Para que outras execuções não aconteçam.⁶¹

Ao se engendrarem na luta por justiça e reparação para os casos de seus filhos, essas mulheres-mães apontam que enxergam nessa forma de ação política uma possibilidade de continuidade à maternidade interrompida e inviabilizada pelo Estado. Ao vocalizar a frase “Nossos mortos têm voz!”, sentença mobilizada pelos coletivos de Mães de Manguinhos e outros grupos de mães e familiares, essas mulheres-mães apresentam uma noção de continuidade da vida desses jovens, bem como uma continuidade de seu cuidado e afeto de mãe através da luta. Como Ana Paula Oliveira explicita em seu discurso:

⁶¹ Trecho retirado de entrevista realizada com Ana Paula Oliveira no dia 2 de maio de 2022.

*falar do coletivo, das Mães de Manguinhos ... eu falo que a bandeira não é qualquer coisa, não é um pano com as fotografias ... aquela bandeira para mim é algo muito sagrado. São os nossos filhos, é como se eles tivessem ali presentes, sabe, de corpos presentes ali. Eu costumo dizer que essa luta é o que tem me salvado, me salvado do adoecimento, da depressão. A dor sempre vai tá aqui, até quando eu morrer. A dor, a tristeza, a saudade, mas a luta tem me salvado sim. Foi através da luta, do coletivo das mães de Manguinhos que eu também achei uma forma de continuar cuidando do meu filho, dos nossos filhos. Eu falo que através dessa luta eu posso continuar exercendo minha maternidade, do Johnatha. De mostrar pra todo mundo que eu sou a mãe dele e que eu vou seguir cuidado dele até o meu último suspiro. Não só dele, mas de todos os meninos.*⁶²

Luciene Rocha corrobora com essa noção ao indicar que dar voz ao morto significa uma mudança de paradigma, onde, ao invés do silêncio e do recolhimento usual do luto, as mães vão à público confrontar a sociedade com o sofrimento negro através da denúncia da morte e do uso político de suas dores (ROCHA, 2020). Falar sobre essa maternidade ultrajada (ROCHA, 2014), expressa na indignação pela impossibilidade de exercer a maternidade, agencia uma nova prática de maternidade: a maternagem da ação política (EFREM FILHO, 2017), que mobiliza sentimentos maternos com recurso político e de sensibilização. Ana Paula reflete sobre essa prática e aponta que,

*Eu acho que sim, eu acho que faz toda a diferença quando vem a palavra mãe sabe? Porque... eu acho que é isso, simboliza cuidado, afeto, amor. E eu acho que mobiliza sim as pessoas porque elas também acabam sentindo a mesma coisa que a gente sente. Porque hoje nós não somos apenas a mãe do Johnatha, a tia do Johnatha, a mãe do Paulo Roberto, mas a gente a gente age cuidando de toda uma favela, de Manguinhos mesmo. Nós somos as mães de Manguinhos, isso diz muita coisa.*⁶³

Podemos notar, dessa forma, que a memória ocupa um papel fundamental nas práticas de coletivos de mães e familiares que tiveram seus filhos e entes queridos assassinados pela polícia. Seja através da evocação de memórias afetivas que tem como objetivo romper com o

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

ciclo de criminalização que as mortes na favela sofrem, dando a esses casos uma possibilidade de justiça. Seja agenciando o cuidado de mãe através da luta política e social na qual ressignificam a noção de maternidade através da luta.

A luta pela memória tem ainda como objetivo ancorar essas memórias nos espaços, transformando-os em espaços de recordação e denúncia. Pierre Nora (1993) desenvolveu importante conceito para compreender a importância do espaço como sinal para fixar a lembrança, agenciando a ideia de *lugares de memória*. Segundo o autor os lugares de memória são construídos como uma alternativa ao esquecimento consequente do aceleramento da história. Esses lugares ocupam papel fundamental na construção de sentimentos de identidade e pertencimento.

que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais (...). Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vaie vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (...)" (NORA, 1993, p.13)

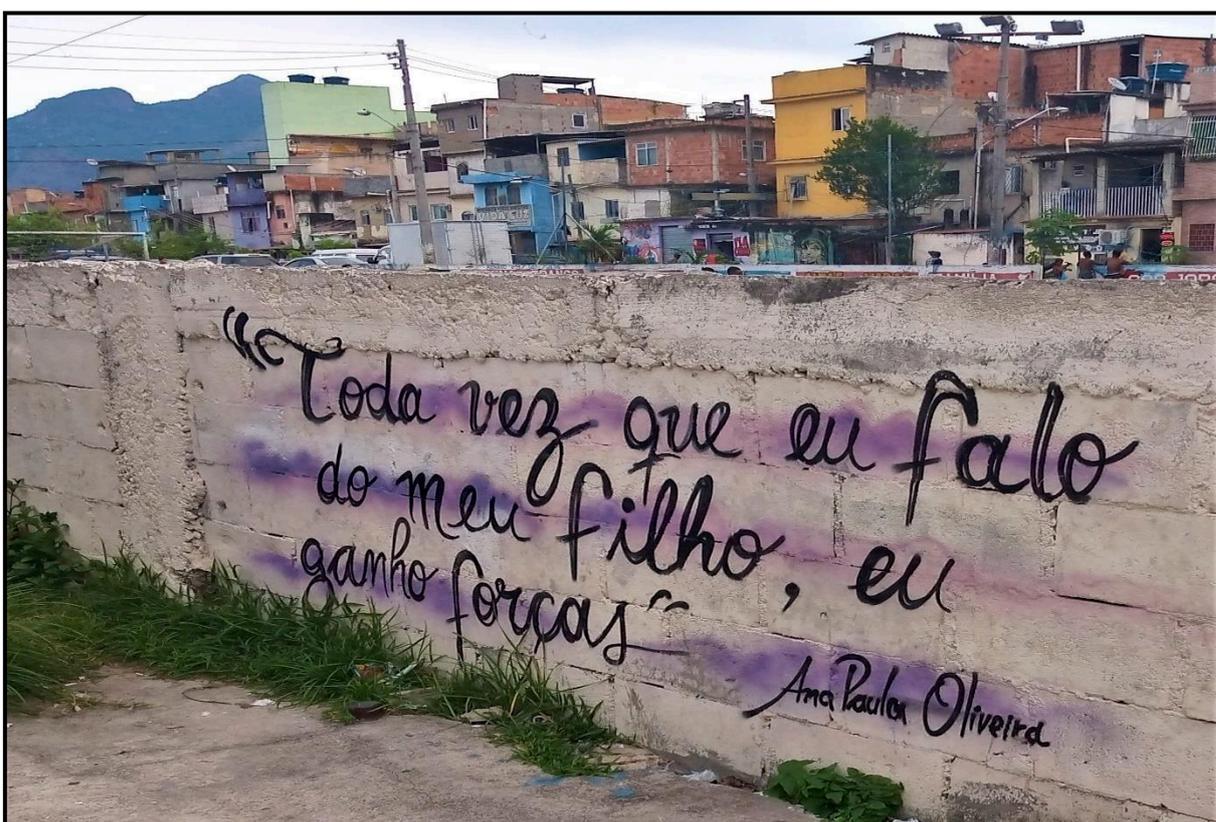
A prática de demarcar no espaço das favelas memórias de violência é historicamente mobilizada por familiares e moradores de favela. Ao refletir sobre o espaço construído em Manguinhos pelo coletivo de mães aqui estudado, Carolina Dardi, mobilizou o conceito de altares urbanos espontâneos como um tipo de artefato de memória, que surge quando as mortes são sentidas como próprias por uma comunidade, criando eles mesmo mecanismo de elaboração do luto no espaço público (DARDI, 2017). Para autora,

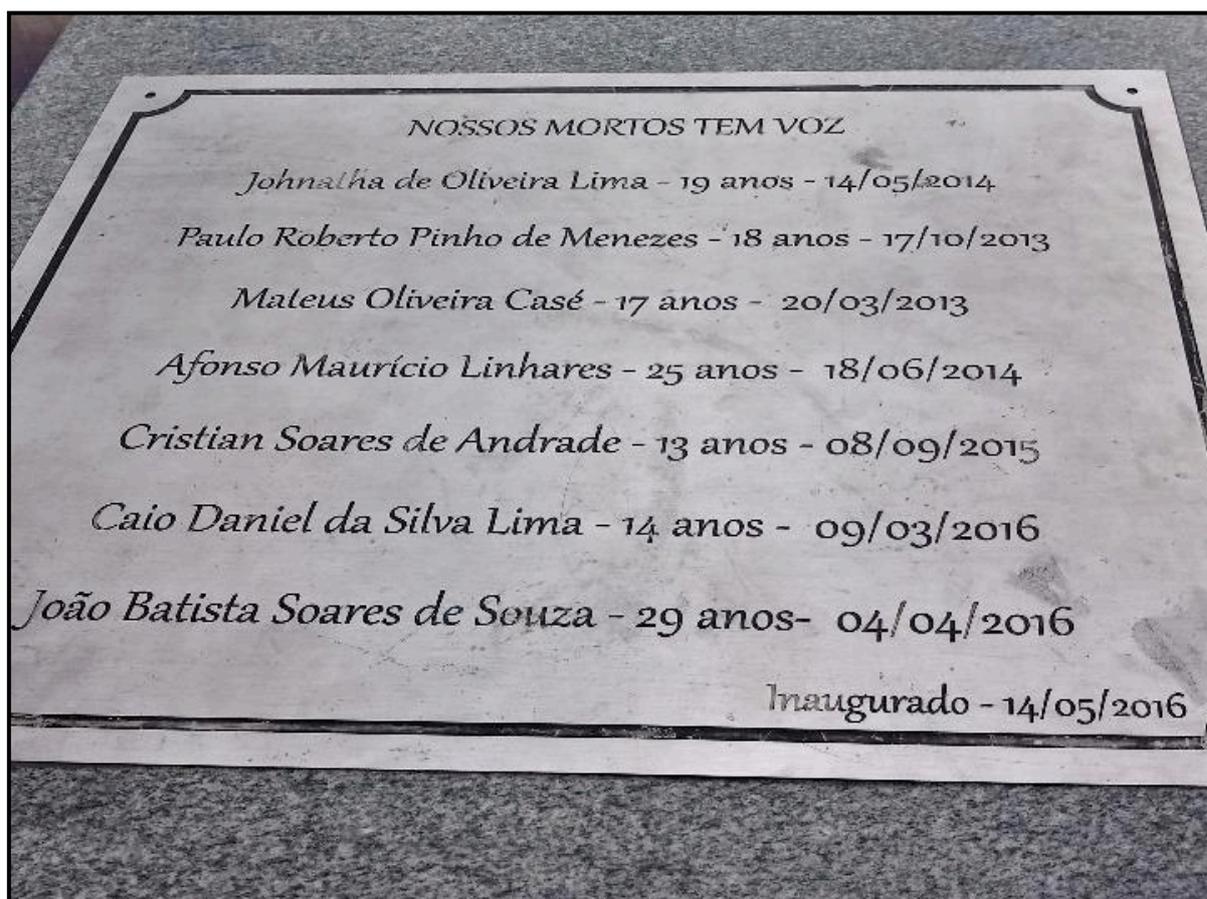
Tal memória materializada em um objeto criado por ocasião da morte violenta, ao ser inscrita no espaço público, corporifica o sentimento de dor da comunidade. Ali se apresenta um uso memorial do espaço público, transformando o lugar da morte num cenário para a expressão e a ritualização do luto (DARDI, 2017).

O espaço de rememoração, ao qual Carolina Dardi (2017) se refere, é uma intervenção que o coletivo Mães de Manguinhos realizou no espaço público do Complexo Manguinhos. O lugar escolhido foi o campo de futebol que ocupa a área central da favela de Manguinhos, local

onde ocorreram os assassinatos de Afonso Maurício Linhares (18/06/2014), jovem de 29 anos morto dentro do campo atingido por uma bala perdida enquanto apitava uma partida de futebol; e Cristian Soares de Andrade (08/09/2015), morto aos 13 anos nos arredores do campo enquanto tentava se esconder de um troca de tiros. O altar urbano “Nossos Mortos tem Voz” foi erigido em 2016, e inicialmente era composto por intervenções artísticas no muro do campo de futebol e por um púlpito com placas com os nomes das vítimas da ação letal da polícia durante o período da UPP/Manguinhos (2013-2019).









Monique Cruz (2020), que realizou um trabalho sobre o impacto da necropolítica na favela de Manguinhos e o papel exercido do coletivo Mães de Manguinhos, dá ênfase ainda sobre o papel dessas “mulheres-mães” como guardiãs da memória de seus filhos e de tantos outros, fazendo do lugar onde moram “territórios de memória” (FARIAS, 2014).

mulheres-mães organizadas em movimentos e coletivos, fazem uso da memória como instrumento de luta para o reconhecimento da humanidade de seus filhos, ao passo que compartilham e pleiteiam os *sensos de justiça* acumulados ao longo de suas vidas e da luta após a violência sofrida por seus filhos. Também pude identificar que as mulheres-mães fazem uso, da memória compartilhada como instrumento de luta em três escalas diferentes: uma mais ampla, para fora com a denúncia sobre a violência sofrida e do genocídio em curso;

e outras duas para dentro. Uma que fala para os seus, para o território, que *ferre* e deixa marcas permanentes nos seus locais de moradia, e outra, mais íntima que funciona para si e para os círculos de proximidade e segurança, que aparece como forma de sentir, de reviver a presença de quem partiu gerando também fortalecimento para si, que se concretiza na seguinte frase dita pelas Mães de Manguinhos: *Enquanto eu viver serei a voz do meu filho.* (CRUZ, 2020, pp.133-134)

Patrícia Oliveira aponta ainda a importância desse memorial ser construído dentro da comunidade e num lugar muito frequentado pelos moradores de Manguinhos.

são dois lugares muito utilizados pela comunidade. Então as pessoas param, olham as placas, algumas perguntam do que se tratam, quando veem o memorial também querem saber. As vezes quando a gente está por ali por perto, fazendo alguma matéria, alguma entrevista, sempre desperta o interesse de alguém e aí vem perguntar qual é do nosso movimento, por que que a gente está nessa luta e a gente sempre explica. Sempre tem esse momento da gente também tá passando essas informações para nossa comunidade. Então não poderia ser em outro local, se fosse um lugar mais afastado onde as pessoas não circulam tanto, com certeza não teria toda essa visibilidade⁶⁴

A criação desse espaço como um memorial das mortes de seus filhos e como espaço que demarca também a luta de um grupo de mães é revisitado e revitalizado anualmente com eventos organizados pelo coletivo. O principal deles é o levante que acontece sempre em maio, pois representa o mês das mães e, simbolicamente, a criação do coletivo. Essa data foi escolhida porque marca data de morte do filho de Ana Paula, Johnatha Oliveira (14/05/2014), e o consequente encontro de duas mães atravessadas pela dor da maternidade interrompida pela violência do Estado. Os levantes organizados são geralmente voltados para reorganização do espaço de memória das Mães de Manguinhos.

O memorial foi expandido para uma praça perto da quadra de futebol, onde foram plantadas árvores que simbolizavam jovens mortos pela polícia em Manguinhos. O intuito era perpetuar a memória e vida desses jovens no espaço. Esses mesmos espaços, que desde suas

⁶⁴ Trecho retirado de entrevista com Patrícia Oliveira realizada no dia 2 de maio de 2022.

concepções ou apropriações foram utilizados como lugares de recreação e lazer, passam a serem locais com outro caráter, ocupados pelas memórias (DARDI, 2017).





Desde que iniciei essa pesquisa junto ao coletivo das Mães de Manguinhos, pude participar do 7º e 8º Levante das Mães de Manguinhos, nos anos de 2021 e 2022, respectivamente. Esses dois encontros foram bastante diferentes entre si devido as dificuldades e limitações impostas pela pandemia do Corona vírus. Em 2021, o encontro ocorreu na praça e no campo e foi uma ação de revitalização do memorial *Nossos Mortos tem Voz*. O encontro contou com poucos participantes, apenas as mães, familiares e vizinhos. Com o distanciamento social imposto pela pandemia, a atividade foi transmitida em formato de *live* na página do *Facebook* do coletivo.

O 8º Levante, que marcou oito anos do coletivo Mães de Manguinhos, foi realizado em maio de 2022. O contexto de neutralização da pandemia com o avanço da campanha de vacinação, proporcionou a possibilidade de realizar um evento maior. O local escolhido foi o Colégio Estadual Professor Clóvis Monteiro, localizado em Higienópolis, bairro na zona norte do Rio de Janeiro e vizinho ao Complexo de Manguinhos, a favela do Jacarezinho e o Complexo de favelas da Maré. Esse colégio marca a trajetória escolar de Ana Paula e Patrícia, e também a de Johnatha, filho de Ana Paula.



8º Levante das Mães de Manguinhos - 2022

8 ANOS SEM JUSTIÇA PARA JOHNATHA !!

Dia: 13/05 - Colégio Estadual Professor Clóvis Monteiro
Avenida dos Democráticos, 271, Higienópolis

MANHÃ	TARDE
9:30 às 12:00 - Exibição do filme "Cada Luto, uma Luta", debate, homenagem às mães e aula de yoga.	14:00 às 16:30 - Grafite; intervenções poéticas e apresentação do Ballet Manguinhos.

Organização: Movimento Mães de Manguinhos, Fórum Social de Manguinhos, Colégio Estadual Professor Clóvis Monteiro, Justiça Global e Museu da Vida - Fiocruz

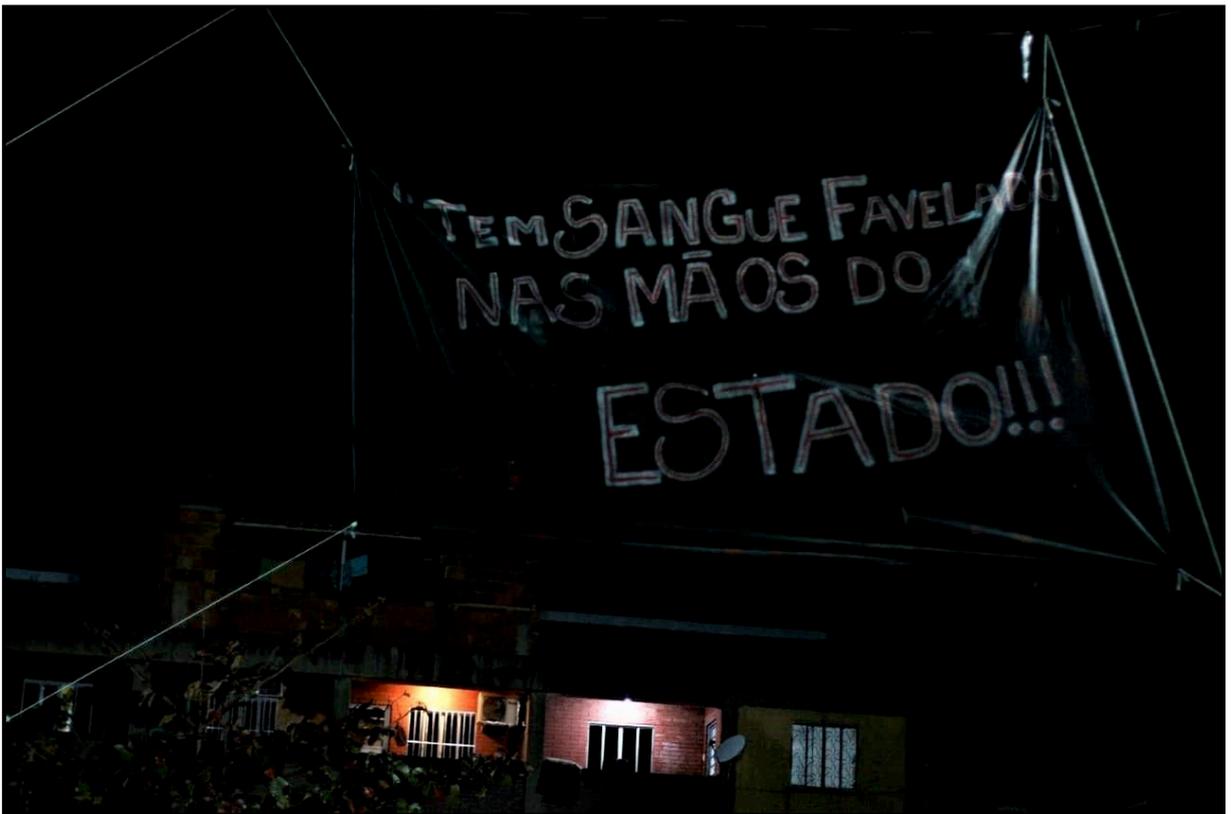
Foram realizadas falas das mães de Manguinhos e outras mães presentes no evento, e representantes da comunidade escolar – alunos, professores e funcionários. Um dos momentos mais emblemáticos foi a realização de um *grafitte* com o rosto do Johnatha em uma das paredes da escola, que ganhou esse novo espaço de memória e reflexão.



Para fechar o ciclo do 8º Levante das Mães de Manguinhos, Ana Paula, Fátima e Patrícia organizaram ainda uma revitalização no memorial na quadra de futebol. Artistas locais criaram



grafites com os rostos dos jovens que estão na bandeira do coletivo.



O coletivo Mães de Manguinhos – uma luta por justiça e reparação

Como observamos no exposto acima, a luta dessas mulheres-mães pela memória de seus filhos tem algumas motivações, entre elas a comprovação de seus status de vítima e o rompimento do ciclo de criminalização que ocorre sempre que alguém é morto em território favelado. Esse movimento ocorre principalmente junto as instituições do judiciário, nas delegacias e audiências junto ao Ministério Público. No Rio de Janeiro, grande parte das mortes decorrentes de intervenção policial não viram inquéritos policiais e as investigações são logo arquivadas. Os casos que viram denúncias à justiça configuram apenas 3% do total de casos.⁶⁵

Observamos, ainda, uma tendência nos últimos anos na diminuição dos números de inquéritos que investigam ação letal da polícia militar no Rio de Janeiro. Desde a intervenção federal na segurança pública do Estado, em 2018 – durante o governo de Michel Temer, o número de inquéritos policiais abertos para investigar mortes decorrentes de intervenção policial apresentou uma queda exponencial. Se em 2018 foram abertos 325 inquéritos policiais junto a justiça militar, com a eleição de Wilson Witzel e Jair Bolsonaro para o executivo estadual e federal, respectivamente, observamos um aprofundamento na impunidade para os casos envolvendo ação policial. Até julho de 2021, o estado do Rio de Janeiro registrou 811 mortes decorrentes de intervenção policial, neste mesmo período apenas 43 inquéritos policiais foram abertos⁶⁶.

A abertura do inquérito policial não garante que o caso vai ser apresentado como denúncia a justiça. Na verdade, a minoria dos casos não é arquivada. Especialistas indicam que o principal fator para o andamento da denúncia junto à justiça é a ação de familiares que se desdobram na busca por testemunhas e provas de que seus filhos não era envolvidos com tráfico de drogas ou que, ao menos, não estavam em situação de conflito que justificasse uma situação de auto de resistência – artifício jurídico largamente utilizado pelos policiais para legitimar as mortes cometidas, principalmente em favelas e nas áreas mais pobres e periféricas.

A luta de Fátima, Ana Paula e Patrícia por justiça pelas mortes ocorridas em Manguinhos, tem papel fundamental no andamento dos casos envolvendo seus filhos e outros

⁶⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/09/policiais-sao-condenados-por-participacao-em-assassinato-de-jovem-em-manguinhos-rio.ghtml>

⁶⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/09/03/no-rj-38percent-dos-homicidios-foram-cometidos-por-policiais-em-7-meses-e-proporcao-bate-recorde.ghtml>

jovens da comunidade e de outras favelas do Rio de Janeiro. Ana Paula aponta que o principal incentivo para saída da inércia do luto e entrada na luta foi a criminalização do seu filho durante uma reportagem que relatava a morte de Johnatha em Manguinhos, que, no final, apontava que Johnatha era suspeito de envolvimento com o tráfico no local.

Quando meu filho morreu eu não acreditava. Eu entrei numa espécie de coma. Eu não comia, não me levantava da cama. Um dia eu consegui levantar e fui assistir televisão. Quando começou o jornal falaram do caso do meu filho e disseram que ele “supostamente tinha envolvimento com o tráfico”. Falaram no finalzinho, logo depois de mostrar o protesto da população. Bem no finalzinho como quem diz que ele foi apenas mais um desimportante. Aquilo me deixou indignada. No outro dia eu juntei minhas coisas e fui correr atrás de justiça para o meu filho.⁶⁷

Nesse caminho, Ana Paula cruzou com a luta de Fátima Pinho, que lutava por justiça por Paulo Roberto Pinho, morto aos 18 anos em outubro de 2013, espancado por policiais da UPP. O caso de Paulo apresentava mais desafios pelas passagens que ele tinha no sistema como jovem autor de atos infracionais. Testemunhas do caso de Paulo apontam que ele sofria uma perseguição dos policiais da UPP devido as passagens pelo sistema, fato que também dificultou que, durante o andamento da investigação, Paulo ocupasse o lugar de vítima de violência policial. A “ficha limpa” de Johnatha, filho de Ana Paula, fez com que o caso avançasse de forma mais enérgica no Ministério Público, sendo apresentado enquanto denúncia a justiça, explicitando a diferença na tratativa do MP nos casos de pessoas com passagem pelo sistema penitenciário, uma vez que o caso do filho de Fátima ocorreu seis meses antes do assassinato do filho de Johnatha.

Porque, o primeiro momento foi quando o caso do Johnatha foi aceito, foi aceita a denúncia feita pelo ministério público e o caso já vai para o tribunal de justiça. E ela fala: poxa, e o meu filho? Aconteceu antes, e eles não aceitaram ... entenderam que os policiais não tiveram a intenção de matar o meu filho. Aí a gente começa a entender também, que tinha a ver, pelo fato dele já ter passagem pelo sistema.⁶⁸

No final de 2013, Paulo Roberto Pinho foi abordado e assassinado por cinco policiais lotados na Unidade de Polícia Pacificadora de Manguinhos. O laudo indicou que as lesões no

⁶⁷ Fala de Ana Paula citada no texto de ROCHA, 2020.

⁶⁸ Trecho retirado de entrevista com Ana Paula Oliveira, realizada no dia 2 de maio de 2022.

corpo de Paulo caracterizavam espancamento, e que ele pode ter morrido por asfixia mecânica. Os policiais alegaram que a abordagem teria sido motivada porque os jovens estavam usando drogas, mas o exame toxicológico não identificou a presença de nenhuma substância no organismo de Paulo.⁶⁹ Todas essas evidências só foram possíveis através da presença constante de Fátima e do coletivo Mães de Manguinhos em todas as audiências, bem como suas articulações com a defensoria pública e outros órgãos de defesa dos direitos humanos. Fátima se manteve firme frente as represálias que sofreu durante a convivência com os policiais da UPP no território Manguinhos.

Porque muitos não corriam atrás por medo, porque o sistema é esse. Eles vinham, matavam, amedrontava a família e a família deixava pra lá. Eles cansaram de vir na minha porta e fazer o salseiro deles, mas eu não me calei e nunca vou me calar. Independentemente do que ele era, deixava de ser vai ser sempre o meu filho. Então não posso deixar barato o que ele fez com o meu filho.⁷⁰

O caso de Paulo Roberto foi julgado na Justiça Militar, porque a denúncia se limitou a lesão corporal seguida de morte, indicando que os policiais não tiveram intenção de matar. Ana Paula indica a indignação pelo não aceite da denúncia de homicídio no caso de Paulo Roberto.

Ana Paula: A investigação, no caso do Paulo Roberto, como um jovem de 18 anos espancado até a morte, o ministério público não consegue enxergar que aquilo ali foi um homicídio? E não aceita a denúncia? Não oferece denúncia contra os policiais. Coloca o caso como ... eu esqueci agora, mas coloca o caso como ... como foi Fátima que eles colocaram o caso?

Fátima: Que eles não tiveram a intenção de matar.

Ana Paula: Isso, que eles não tiveram intenção de matar, não sei o que. Isso que eles colocaram, que os policiais não tiveram intenção de matar. Mais de cinco policiais batendo no menino, e não tiveram a intenção de matar. E o ministério público faz esse papel aí de não oferecer denúncia para os policiais. Mas aí tem a Fátima, que é essa

⁶⁹ Disponível em: <https://ponte.org/testemunha-confronta-versao-de-pms-que-espancaram-jovem-ate-a-morte-no-rio-de-janeiro/>

⁷⁰ Trecho retirado de entrevista com Fátima Pinho, no dia 2 de maio de 2022.

*mãe que desde o começo falou: nunca desisti do meu filho, não vai ser agora que eu vou desistir. E continua.*⁷¹

Cinco policiais foram denunciados pela morte de Paulo Roberto, são eles: Jorge Cardoso de Araújo Jr.; João Paulo da Silva Rocha; Jeferson Albuquerque Pinto; Rodrigo da Costa Tavares; e José Luciano da Costa Neto. E, apesar de não ter conseguido avançar com a denúncia de homicídio para o caso de Paulo Roberto, Fátima aponta o caso raro que a apresentação de denúncia na morte do seu filho representa. O encaminhamento incomum do caso de Paulo ganha ainda mais repercussão após a condenação dos cinco policiais por participação em seu assassinato, em 2019, seis anos depois do ocorrido. Apesar das penas brandas⁷², Fátima comemora o feito quase inédito, fruto principalmente da sua militância enérgica e incansável junto ao coletivo Mães de Manguinhos.

*É raro você ver uma mãe ter justiça por um filho que foi autor de atos infracionais. Então assim, eu não sei se eu fui a primeira, se eu fui a segunda, terceira, eu não sei. É o que eu digo, para as mães não deixarem de lutar pelos seus filhos, independente do que ele era. A polícia matou? Tem todo o direito de lutar por ele. E assim, demorou, mas eu tive justiça. Foi branda, mas eu tive justiça. Eu sempre digo para todas as mães que tem os seus filhos no sistema, para que não abandone, que se for possível de lutar, tem que lutar sim por ele. Ainda mais se foi uma morte que aconteceu injustamente, ele não trocou tiro com nada, com a polícia. Eles mataram porque eles quiseram, a mãe tem sim todo direito de colocar na justiça.*⁷³

O caso do filho de Ana Paula, Johnatha Oliveira tem contornos diferentes do caso de Paulo Roberto. Johnatha foi morto com um tiro nas costas, no dia 14 de maio de 2014, durante um conflito entre moradores de Manguinhos e policiais da UPP. Na versão dos policiais, eles dizem que “progrediam na favela em busca de uma boca de fumo quando ouviram tiros e revidaram. Imediatamente foram surpreendidos com o protesto de moradores que atiravam pedras na direção deles e recuaram, não vendo se houve feridos” (ROCHA, 2020). Afirmam

⁷¹ Diálogo retirado de entrevista coletiva junto as Mães de Manguinhos, realizada no dia 2 de maio de 2022.

⁷² Os PMs José Luciano e Rodrigo da Costa foram condenados por lesão corporal seguida de morte à três anos de prisão em regime aberto. Os PMs José Cardoso, Jeferson Albuquerque e João Paulo foram condenados à dois anos com direito a suspensão de pena. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/09/policiais-sao-condenados-por-participacao-em-assassinato-de-jovem-em-manguinhos-rio.ghtml>

⁷³ Trecho retirado de entrevista com Fátima Pinho, realizada no dia 2 de maio de 2022.

ainda que “reconhecem Johnatha por seu envolvimento com a criminalidade local” (ROCHA, 2020).

Em conversas com as Mães de Manguinhos, elas contam uma outra versão para os acontecimentos em torno do assassinato de Johnatha. A confusão entre moradores e policiais foi de fato iniciada durante a procura de um suposto esconderijo de drogas do tráfico no local. Elas contam que a real motivação dos policiais era destruir o campo de futebol alegando que o “movimento” teria escondido droga embaixo da droga sintética. Para os moradores tratou-se de uma tentativa de destruir umas das únicas formas de lazer dentro da comunidade e reagiram arremessando pedras nos policiais, que revidaram com tiros de armas de fogo. Johnatha Oliveira foi atingido por uma das balas dos policiais militares quando voltava da casa de sua namorada na favela de Manguinhos. Ele foi socorrido por moradores, mas já chegou morto à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) local.

O trabalho realizado por Ana Paula, amparado e incentivado por Patrícia, sua irmã e tia de Johnatha, para conseguir com que o caso avançasse na justiça foi principalmente a reunião de evidências morais sobre Johnatha, com o objetivo de desqualificar a narrativa que criminalizava e justificava a morte de seu filho. A presença de testemunhas também foi fundamental para o andamento da denúncia. As testemunhas não só descreveram as circunstâncias do assassinato de Johnatha, como também contavam sobre a vida, as memórias do menino em Manguinhos, contrapondo a imagem criada pelos policiais.

O caso do filho de Ana Paula ganhou visibilidade e celeridade graças a sua militância política junto ao coletivo Mães de Manguinhos e a partir da mobilização de uma rede de movimentos de mães e familiares, e movimentos defensores dos direitos humanos. Ana Paula fala um pouco sobre a importância dos atos organizados para as datas das audiências de casos envolvendo vítimas de violência policial.

Acho que o espaço do sistema de justiça é um espaço literalmente frio, sabe? Aqueles corredores imensos, na maioria das vezes vazios. Acho muito importante que a gente tenha essa articulação não só com os coletivos mães de Manguinhos, mas também com outros coletivos. Porque quando acontecem audiências não só do caso do Johnatha, mas onde outros coletivos de familiares também se articulam, a gente está sempre se apoiando. Tipo assim, o movimento das mães de Manguinhos está sempre que pode em audiências de outros casos, de outras favelas para apoiar as mães. Porque se for para estar ali sozinha é muito

difícil. E geralmente fica ali no mesmo corredor, os policiais, as famílias dos policiais e as famílias das vítimas. É um processo muito adoecedor esse.

O caso de Johnatha foi encaminhado para júri popular graças ao contingente de testemunhos e provas recolhidas por Ana Paula. Em 2022 completam-se quatro anos em que o caso está parado, até o momento ainda não foi agendada uma data para o julgamento da denúncia. Ao perguntar sobre os possíveis motivos dessa demora, Ana Paula indicava algumas das justificativas: *primeiro eles falaram que por conta da pandemia estava tudo parado. Depois ... Falaram que tem uma demora mesmo porque o policial que matou o meu filho, ele tá solto e eles julgam primeiro o caso de policiais que estão presos*⁷⁴.

Nos embates com as instituições judiciais, as mulheres-mães que compõem o coletivo das Mães de Manguinhos, agenciaram importantes reflexões sobre os limites da justiça institucional nos moldes da sociedade brasileira. Dessa forma, compreendem a forma de ação política e luta que desenvolvem avanços sensíveis nos debates sobre a violência policial, bem como o racismo sistemático no *modus operandi* das forças de segurança. A conscientização que promovem nas comunidades em que moram e em outros espaços são motores de importantes transformações sociais, sendo essa a principal forma de “fazer justiça” pela vida e morte de seus filhos.

Eu achei que eu fosse encontrar justiça né, quando o caso chegasse no tribunal de justiça. Eu era leiga, não entendia nada, achava que iria ser uma coisa fácil e rápida, e que a justiça fosse acontecer. Achava que o mais difícil era todo o processo de investigação. Mas não, porque o caso do Johnatha, a primeira audiência aconteceu em 2015 e até hoje tá aí, se arrastando. E a gente vê que há um fortalecimento por causa disso, por causa dessa justiça que não acontece, outros casos acontecem. Então assim, o sistema de justiça infelizmente é uma engrenagem mesmo pra moer os nossos corpos. Faz parte do mesmo jogo, do mesmo processo político.

[...] a justiça sou eu, cada dia que eu consigo me levantar da cama, ter forças, cada dia que eu consigo vestir essa camisa e ir a luta. Nós somos a justiça, então eu comecei a me agarrar nisso. Claro que eu exijo e eu quero que a justiça institucional cumpra o seu papel e seja feita. Porque a gente não aguenta mais essa impunidade. Essa impunidade que

¹⁰² Trecho retirado de entrevista com Ana Paula Oliveira, realizada no dia 2 de maio de 2022.

alimenta para que outros assassinatos aconteçam. Eu to nessa luta para que outros crimes não aconteçam, para que outras mães não percam os seus filhos, para que outros jovens como o Johnatha não percam a sua vida. Então assim, é importante, a gente luta por um outro sistema de justiça, porque esse que está aí não nos atende. Eu acho que ... tem que ser condenado o policial que apertou o gatilho e tirou a vida do meu filho? Tem. Mas tem que haver uma reforma no sistema de justiça brasileiro. Porque é um sistema racista. É um sistema de justiça excludente, que nos criminaliza, preconceituoso que não se vê na gente. Não se vê, não se enxerga nos corpos pretos. É preciso mudanças nesse sistema de justiça o mais rápido possível. É o Ministério Público que deveria estar em cima das ações policiais vendo o que eles estão fazendo que não cumpre o seu papel, e por isso a polícia também segue matando. É todo um sistema de justiça que não funciona para gente. É um sistema de justiça que desde o começo, desde a primeira audiência do meu filho... desde a primeira audiência do caso do meu filho eu sai refletindo que é um sistema que tem dois pesos e duas medidas, não agem da mesma forma. É isso.⁷⁵

Como podemos observar na fala de Ana Paula, a possibilidade de justiça para os casos como de Johnatha e Paulo Roberto – morte em decorrência de intervenção policial – atravessa a noção de que é preciso cessar essa forma de violência que atinge principalmente jovens negros moradores de favela. Isso porque há a percepção de que aquilo que aconteceu no passado é irreparável, portanto, a possibilidade de reparação se projeta principalmente em ações para o presente e para o futuro.

Em trabalho realizado junto a familiares de vítimas letais, Medeiros e Eilbaum (2018) refletem sobre as possibilidades de reparação envolvendo casos de vítimas de violência policial, concluindo junto aos testemunhos dos interlocutores que a reparação para esses grupos permeia a noção de que é preciso parar de matar, propondo uma mudança no paradigma das políticas e instituições.

destacar que a “reparação” também parece ser vista como algo que, caso aconteça, dificilmente vai conseguir contemplar as expectativas dos

⁷⁵ Trecho retirado de entrevista com Ana Paula Oliveira, realizada no dia 2 de maio de 2022.

envolvidos. Essa dificuldade não supõe, de todo modo, que não existam uma demanda e exigência de resposta por parte do Estado e/ou outros agentes e atores diante dos danos causados, muitas vezes de urgência e que se referem à subsistência e dignidade dos familiares. Esses anseios, em muitos casos, excedem o caso individual e abrangem outras dimensões mais gerais ou coletivas daquilo que, na perspectiva de alguns participantes, deveria ser “reparado”, como no nível de uma política de segurança pública, vista como violenta, como a evitação de outras mortes, ou inclusive os desejos de uma sociedade mais justa e menos desigual (MEDEIROS e EILBAUM, 2018).

Os familiares ouvidos por Medeiros e Eilbaum (2018) e em reuniões com o coletivo de Mães de Manguinhos, podemos constatar que o fato de a morte de um familiar não ter uma forma de reparação mensurável, a ausência de responsabilização na grande maioria dos casos perpetua a violência na vida dos familiares, que configuram uma forma de vitimização secundária dessa forma de violência. É importante pensar, ainda sobre a ausência de políticas públicas que pensem formas de reparação para os familiares de vítimas de violência policial, nas diferentes frentes que a ruptura consequente da morte violenta possa impactar.

A dimensão do acesso aos serviços de saúde também é de extrema importância quando pensamos em formas de reparação junto aos familiares, tanto no aspecto da saúde física quanto psicológica. Muitas mães adoecem no processo marcado pelo luto e pela luta: a demora para conclusão dos casos; a criminalização de seus filhos; a impunidade dos assassinos; a continuidade da política de extermínio que atualiza um cenário de adoecimentos dessas mulheres.

A trajetória do coletivo das Mães de Manguinhos traz uma possibilidade de refletir sobre o de adoecimento engendrado neste tipo de processo de luto, através da história de Janaína Soares, mãe de Cristian Soares de Andrade. Cristian foi a vítima mais jovem da ação letal dos policiais pacificadores de Manguinhos, sendo assassinado aos 13 anos de idade. O caso ocorreu quando Cristian brincava na quadra de futebol na área central de Manguinhos – onde hoje é o memorial citado acima – quando policiais iniciaram uma incursão na comunidade. O menino foi baleado quando tentava se esconder do fogo cruzado.

A morte prematura de seu filho, levou Janaína a um quadro de depressão grave. Em 2018, Janaína faleceu aos 36 anos de idade, após uma parada cardíaca. As mães do coletivo

apontam que Janaína teria passado mal após receber a notícia de mais um jovem morto na comunidade, fato que teria sido um forte gatilho para o agravamento de seu estado.

A morte de Janaína, uma mulher jovem de 36 anos, se faz emblemática pois escancara um aspecto perverso do processo de luto desses familiares de vítimas de agentes do estado. Ao passar por uma tragédia pessoal que está inserida em um grave problema social, amplo e longe de uma real preocupação com a resolução, o luto é constantemente revivido, a cada novo caso de morte por intervenção policial, cenário quase que diário na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

Ao serem perguntadas sobre a existência de alguma forma de assistência psicológica oferecida pelo governo, as mulheres-mães do coletivo apontam que nenhuma forma de reparação no âmbito da saúde física e mental foi fornecida por órgãos públicos ou dispositivos de saúde pública do Estado. Essas mulheres-mães relatam que é comum a participação do grupo em projeto que pensam a elaboração do luto, principalmente através do trabalho voluntários de profissionais ligados a ONGs, ou através de grupos de pesquisas universitárias. Contudo, há uma total ausência de políticas públicas que garantam o acesso aos serviços de saúde, e aos meios necessários para conseguir permanecer com o cuidado. Ana Paula faz um relato sobre sua dificuldade ao precisar de assistência psicológica para sua filha mais nova, após o assassinato de Johnatha.

Inclusive, logo assim que aconteceu o assassinato do meu filho, minha filha ficava chorando na escola e não conseguia estudar. Consequentemente os colegas da sala dela também não estudavam, todos ali acolhendo ela, cuidando dela. Eu fiquei desesperada procurando psicólogo, não consegui psicólogo. Depois de muita luta, quando eu consegui por indicação, era a noite, ficava na zona sul, então eu teria que pegar duas conduções. E eu fiquei por muitos anos, até agora pouco ela ainda tava, antes da pandemia, mas veio a pandemia e aí parou. Mas assim, eu tendo que pagar a minha passagem, a passagem dela, toda semana. A psicóloga falou pra mim, o certo seria ela ter atendimento duas vezes por semana, mas pelo fato de eu não ter condições financeiras de arcar com as passagens, com o dinheiro de uma lanche porque dali, ela ia direto pra escola e a escola dela não era escola pública então não tinha merenda, não davam merenda. Então eu tinha que comprar o almoço pra ela, então ficava pesado demais pra mim. A psicóloga entendeu que teria que ser uma

vez na semana. Eu recorri a defensoria pública perguntando se haveria alguma forma de pleitearem uma ajuda para mim, nem queria dinheiro, queria o bilhete que eu pudesse pagar a passagem minha e da minha filha. Mas me falaram que não teria como, não teria condições. Eu acho que falta também um pouco de empenho sabe, de vontade fazer... eu sinto isso algumas vezes. Então, fica muito difícil né, porque perto de casa também tem um centro de excelência que é a Fiocruz, o posto de saúde que funciona ... um posto de saúde que é da prefeitura, mas funciona dentro do espaço da Fiocruz, e que eu também não consegui atendimento, não consegui psicóloga pra minha filha. Na época a Mariele estava viva, na época a Mariele fazia parte da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, ela mandou vários ofícios solicitando atendimento psicológico para a minha filha nesse posto e mesmo assim não fomos atendidas. Não conseguimos, então é bem complicado. Não tem, até hoje, nenhum tipo de reparação.⁷⁶

Considerações Finais

Ao pensar sobre a memória de um grupo como o coletivo de Mães de Manguinhos, é importante situá-lo em uma trajetória de outros coletivos que acionam o lugar de mãe para ocupar o espaço público e denunciar violações cometidas pelo Estado. De uma forma mais direta, esse coletivo está inserido em um circuito de movimentos de mães negras e de favela que manifestam em sua forma de luto – a luta – mais um desdobramento do racismo de estado, que inviabiliza a maternidade dessas mulheres-mães através da violência ilegal perpetrada pelos agentes do Estado.

Todo o repertório mobilizado por essas mulheres-mães é fruto de um acúmulo de estratégias, discursos e práticas que são agenciados por coletivos dessa característica há décadas. Como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, a partir da década de 1990 observamos o surgimento de grupos de mães em busca por justiça em consequência a crescente atuação ilegal da polícia militar nas favelas e periferias do Estado, que resultaram em grandes

⁷⁶ Trecho retirado de entrevista com Ana Paula Oliveira, realizada no dia 2 de maio de 2022.

chacinas e números exorbitantes da letalidade da polícia militar fluminense. Esse aumento da violência foi reflexo da continuidade do uso da violência ilegal e práticas autoritárias criadas e sistematizadas pelo regime civil-militar inaugurado em 1964.

Essa continuidade foi garantida por um processo de transição marcado por ausências de rupturas com essas velhas práticas e pela não responsabilização dos crimes cometidos pelo regime autoritário e seus agentes. A Lei de Anistia de 1979, tornou-se a principal cláusula da transição democrática dos anos de 1980 e consagrou a impunidade. Esta lei se caracterizou principalmente por ser na prática uma autoanistia que, ainda que tenha beneficiado opositoristas do regime, acabou por nivelar a violência do estado autoritário às ações de resistência.

A atuação das forças de segurança pública é, dessa forma, um exemplo da continuidade das práticas do regime-civil militar brasileiro. Paulo Sérgio Pinheiro (1991) aponta que a possibilidade de uma sociedade democrática está diretamente atrelada ao controle da violência e de práticas arbitrárias. Para o autor, o legado do autoritarismo se traduz na continuidade da violência ilegal do Estado e a impunidade dessa violência. Principalmente junto as populações mais pobres, que ocupam os lugares de moradia mais precários, como as favelas. Nesses espaços, observamos no período pós-redemocratização, um ininterrupto regime de exceção paralelo (PINHEIRO, 1991).

Se por um lado, a violência que atingiu essas mulheres-mães, através do assassinato de seus filhos, se apresenta como uma continuidade da atuação ilegal das polícias que foi institucionalizada pelo regime civil-militar. Por outro, as formas de atuação política por elas mobilizadas, também estão atreladas a ações de mães e familiares de vítimas do regime que atuaram na denúncia e na construção da memória das violações de direitos cometidas pela ditadura brasileira.

Foram principalmente as mulheres, que tinham como principal fator de adesão a esses movimentos a ligação pessoal com atingidos pelos atos de exceção – como prisão, cassação, exílio, desaparecimento ou morte de algum familiar, cônjuge ou filho, as pioneiras em se organizar e ocupar o espaço público em denúncia as arbitrariedades da ditadura. O acionamento do lugar de mãe e a legitimidade da denúncia era, nesses casos, quase sempre salientado pelo status social que essas mulheres ocupavam junto a sociedade. Além disso, a vinculação desse movimento a setores da Igreja Católica também proporcionou um cenário mais favorável para apresentar reivindicações ao regime.

Essa característica dos movimentos que se organizaram em torno de pautas como justiça, memória, verdade e reparação, compôs um fenômeno comum no cenário latino-americano na segunda metade do século XX, no qual ditaduras vitimizavam milhares de pessoas. Foram os familiares, principalmente as mães, que ocuparam praças e avenidas em busca de informações e investigações para os casos envolvendo seus entes queridos que configuravam os quadros de mortos e desaparecidos políticos. Constituíram-se, dessa forma, como uma das principais forças políticas nos processos de esgarçamento dos regimes e na transição política para governos democráticos.

Contudo, esse lugar de Antígona continuou a compor o cenário dos movimentos sociais no Brasil, principalmente nos grandes centros urbanos, nos quais a criminalidade violenta e a ação ilegal de agentes de estado continuam a vitimizar de forma sistemática uma parte específica da população: jovens negros nas favelas e periferias. Vitimizando de forma secundária mães e familiares que têm seu processo de luto ultrajado pela criminalização de seus corpos e seus territórios.

O lugar social que essas mulheres-mães ocupam proporciona, dessa forma, uma outra perspectiva para sua luta. A luta por justiça, memória e reparação não pode estar atrelada, nesses casos, a resolução de casos individuais. A violência que atravessou a vida dessas mulheres-mães se atualiza todos os dias, sempre há um novo caso estampado no noticiário. Por isso, essas mulheres-mães conscientizam-se que precisam se engendrar em uma agenda política mais ampla que busca impactar na emancipação local, na garantia de direitos para seu território e de outros que também se configuram como espaços de exceção. A luta pelos casos de seus filhos se transforma numa luta por uma mudança radical da realidade que os vitimizou.

Dentro desse aspecto, se faz muito importante ressaltar o lugar que a coletividade ocupa nessa forma de organização política. Ou melhor, o lugar que o coletivo ocupa dentro das mobilizações políticas gestadas em favelas. Desde as esferas mais íntimas, como vimos no segundo capítulo, como a noção de uma maternidade compartilhada com os familiares e com os laços de vizinhança; até nas pautas mais amplas, o senso de comunidade desenvolvido pelos moradores, pelas mães, faz com que a forma de se organizar sempre agencie pautas que impactem o coletivo.

No coletivo de Mães de Manguinhos, a luta por justiça, memória e reparação tem o aspecto do coletivo como eixo central. A noção possibilidade de justiça e reparação desenvolvidas por essas mulheres-mães nesses oito anos de luta compreende que, apesar de

reivindicarem responsabilização dos policiais envolvidos nos assassinatos de seus filhos e de outros jovens, a justiça se dá principalmente através de suas lutas diárias para que essa forma de violência pare de acontecer, que a polícia pare de matar de forma ilegal e que o direito a vida dos jovens de dentro e fora de Manguinhos seja respeitado. Um exemplo foi a mobilização em torno da ADPF 365, que tratou da proibição das operações policiais no Rio de Janeiro durante a pandemia do Covid-19, na qual as mães de Manguinhos tiveram participação junto a outras entendidas. Ana Paula relata que,

É, e a gente tem feito muita coisa. Inclusive nós somos amigas da corte, na ADPF-635, que foi uma mobilização muito importante, de vários movimentos de favela, várias instituições de direitos humanos, e saber que de alguma forma a gente também contribuiu para dar uma freada nas operações policiais durante a pandemia, no começo da pandemia ... e quando saiu o resultado da pesquisa que caiu... os homicídios cometidos pela polícia havia caído 70%, nossa isso trouxe uma força pra gente sabe, uma esperança sabe de que a luta traz resultado sim. Por mais que queiram que a gente pense que não vai dar em nada, é muito importante a gente acreditar e seguir lutando, sabe. Porque ela traz resultado sim.⁷⁷

Uma luta que não envolve somente o direito de sobreviver, mas de desenvolver de forma plena. Obtendo acesso à educação, aos serviços de saúde, e oportunidade de lazer e cultura dentro de seu território.

Ana Paula, Fátima e Patrícia se tornaram referência nos movimentos de mães que compõe o cenário de articulação social e política no Estado do Rio de Janeiro. O lugar que ocupam enquanto sujeitos políticos está profundamente atrelado aos aspectos que cercam a ideia de maternidade – como o cuidado e o afeto. Essas características singulares aos movimentos de mães, atravessam seus modos de luta, gerando vínculos únicos em seus territórios de atuação.

Coletivo das Mães de Manguinhos ... eu falo que a bandeira não é qualquer coisa, não é um pano com as fotografias ... aquela bandeira para mim é algo muito sagrado. São os nossos filhos, é como se eles tivessem ali presentes, sabe, de corpos presentes ali⁷⁸.

⁷⁷ Trecho retirado de entrevista com Ana Paula Oliveira realizada no dia 2 de maio de 2022.

⁷⁸ Idem.

MÃES DE MANGUINHOS



Mateus Oliveira Casé 20/03/2013	Paulo Roberto Pinho de Menezes 17/10/2013	Johnatha de Oliveira Lima 14/05/2014	Afonso Mauricio Linhares 18/06/2014	Cristian Soares de Andrade 08/09/2015
Caio Daniel da Silva Lima 09/03/2016	João Batista Soares de Souza 04/04/2016	Matheus Melo de Castro 12/03/2018	Carlos Eduardo dos Santos Lontra 25/01/2019	Rômulo Oliveira da Silva 29/01/2019

CONTRA O EXTERMINIO DO ESTADO!! NOSSOS MORTOS TEM VOZ!!!

Bibliografia

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 2ª reimpressão. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Fábio Alves. **Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 2007.
- ARAÚJO, João Batista Oliveira de. **Cidadania escassa, controle negociado e os movimentos populares em favelas: reflexões a partir do estudo de caso do Fórum Social de Manguinhos**, no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2011.
- ARAÚJO, Rosângela; ARGOLO, Maria Marta Pinto. **Construções de gêneros das mulheres/mães no contexto da violência policial contra adolescentes e jovens**. Revista Jurídica do Curso de Direito da UESC. 2º semestre/2017.
- ARAÚJO, Verônica Souza de. **Mães da Resistência: um olhar sobre o papel do racismo no processo de adoecimento de mães militantes que perderam seus filhos para a violência de Estado**. Dissertação (Mestrado). FIOCRUZ, 2019.
- AROSI, Ana Paula. **A vítima como categoria política: um estudo etnográfico sobre os movimentos de familiares de vítimas de violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRS/PPGAS, 2013)
- BAIRROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. In: **Dossiê Mulheres Negras** – Matilde Ribeiro (org). Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, 1995, pp.458-463.
- BARBOSA, Lícia Maria de Lima. **Feminismo Negro: notas sobre o debate norte-americano e brasileiro**. Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Ago/2010.
- BEZERRA, Cláudia de Magalhães. **Protagonismo feminino na prevenção da violência: o projeto Mulheres de Paz (PRONASCI/MJ) no Estado do Rio de Janeiro**. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Ago, 2010.
- BICUDO, Hélio. **A unificação das polícias no Brasil**. Brasil: dilemas e desafios III. Estudos Avançados 14 (40), dez, 2000.
- BRITES, Jurema; FONSECA, Cláudia. **As metamorfoses de um movimento social: Mães de Vítimas de violência no Brasil**. Análise Social, 209, XLVIII (4º), 2013.
- CANO, Ignacio. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. ISER. 1997

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 49, n. 17, p.117-132, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Editora Selo Negro, 1ª ed, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **The Social Construction of Black Feminist Thought**. In: JSTOR. **Common Grounds and Crossroads: Race, Ethnicity, and Class in Women's Lives**. 4. ed. Chicago: The University Of Chicago Press, 1989. p. 745-773.

_____. **Black Feminist Thought Knowledge: Consciousness and Political Empowerment**. NY: Routledge, 1991.

COSTA, Wagner Maia da. **Dos movimentos sociais aos coletivos no século XXI: as horizontalidades dentro das verticalidades?** 44º Encontro Anual da ANPOCS. SPG 30 – Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo: contramovimentos, democracia e cultura, 2020.

CRUZ, Monique de C. **“Aqui a bala come, não tem aviso prévio”**: favela, necropolítica e a resistência da mulheres-mães guardiãs da memória. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ/ESS/PPG em Serviço Social, 2020.

DARDI, Carolina. **Memória social do espaço público nas favelas: uma ucrônia chamada Manguinhos**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH/PPGMS

EFREM FILHO, Roberto. **A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima**. Cadernos Pagu (50), 2017.

FARIAS, Juliana. **Quando a exceção vira regra: os favelados como população "matável" e sua luta por sobrevivência**. *Teoria e Sociedade*, jul-Dez 2007. 138-171.

_____. **Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. PPGSA/UFRJ, 2014.

FARIAS, J; LAGO, Natália Bouças do; EFREM FILHO, Roberto. **Mães e lutas por justiça**. Encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. *Revista Latinoamericana*, nº 36, dec. 2020 – pp. 146-180.

FERNANDES, Tânia Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. **Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

_____. **As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro.** Revista Tempo, v. 19, n.34, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. 2ª ed, 4ª tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019. pp. 201-222.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras:** uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). UFF, 2014.

FRANÇA, Paula Marcela. **Amor de Mãe:** mobilizando sentimentos e afetos na sustentação de uma denúncia e na reconstrução do cotidiano. Revista Latinoamericana, nº36, dez 2020, pp. 275-290.

FREIRE, Jussara. **Quando as emoções dão formas às reivindicações:** percepções de Justiça para líderes de Nova Iguaçu e Rio de Janeiro. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG, 2007.

FREITAS, Rita C. S. **“Mães de Acari”:** preparando a tinta e revirando a praça – um estudo sobre mães que lutam. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, Paula. O sofrer, o narrar, o agir: Dimensões da mobilização social de familiares. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, nº 42, pp. 49-75, jul-dez, 2014.

LEITE, Márcia P. **Para além da metáfora de guerra.** Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2001.

_____. **Assim na terra como no céu:** entrelaçamentos entre religião e política e mediação de conflitos urbanos no movimento de mães de vítimas de violência. VIII Congresso Luso-

Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2004.

_____. **Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade:** percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz, A. (Org.). *Vida sob o cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 115- 141.

_____. **Da “metáfora de guerra” ao projeto de “pacificação”:** favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v.6, nº 2, 374-389, Ago/Set, 2012.

_____. **Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro.** *Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 625-642, 2014.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Os agenciamentos da memória política na América Latina.** In: *Revista Brasileiro de Ciências Sociais*. V.28, nº85, junho/2014.

LIMA, Fátima. **Vidas Pretas, Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico:** sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: *Luta Antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. PEREIRA, Melissa de O.; PASSOS, Rachel Gouveia (Orgs). 1ª ed. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2017.

_____. **Bio-necropolítica:** diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros da Psicologia*. 70 (no.sp.), pp. 20-33, 2018.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. **Articulando gênero e raça:** a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]*. Brasília: Ipea, 2013.

LO BIANCO, Mila. **O PAC-Manguinhos:** política urbana, usos e representações da cidade. CPDOC/FGV, 2011.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **A experiência das UPPs:** uma tomada de posição. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v.8, nº1, jan/fev/mar de 2015, pp. 7-24.

_____. **“Violência Urbana”, segurança pública e favelas:** o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v.23, nº 59, Maio/Ago, 2010.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, Flávia; EILBAUM, Lúcia. **“a tal reparação”**: moralidades e emoções do ponto de vista de familiares de vítimas letais. In: **Reparação como política**: Reflexões sobre as respostas à violência no Estado do Rio de Janeiro. Comunicações do ISER, nº 72, ano 37, 2018, Orgs: PEDRETTI, Lucas; ZUR, Nina A de A; ALBERGARIA, Rafaela; SANTOS, Shana M.P.D.

MENEZES, Palloma V. **“Vivendo entre dois deuses”**: a fenomenologia do habitar em favelas pacificadas. In: Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção. Orgs: LEITE, M.; ROCHA, L.; FARIAS, J.; CARVALHO, M. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

_____. **O problema da aproximação no “policimento de proximidade”**: dilemas da experiência de “pacificação” de favelas do Rio de Janeiro. Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas, nº 38, 2018, Santiago del Estero, Argentina.

MISSE, Michel et al. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Editora Lumen Juris, 2006.

_____. **“Autos de resistência”**: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Necvu/UFRJ, 2011.

MONTEIRO, Felipe M.; CARDOSO, Gabriela R. **A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária**: um debate oportuno. Civitas, v.13, n. 1, Porto Alegre, jan-abr, 2013.

MOURA, Tatiana; SANTOS, Rita. **Transformar o luto em luta**: sobreviventes da violência armada. Centro de Estudos Sociais. Núcleo de Estudos para a Paz/CES-FEUC, Faculdade de Economia de Coimbra. Oficina nº 307, 2008, p. 1-30.

NAIDIN, Silvia. Letalidade Policial no Brasil: problema ou projeto? Boletim de Segurança e Cidadania, out-2020.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história**: a problemática dos lugares. Proj. História. São Paulo, (10), dez, 1993.

NUNES, Nilza R. de A. **Mulher de favela**: interseccionalidades e territorialidades. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2021 – nº 47, v.19, pp.103-120.

OTA, Maria Eduarda. **Quando ser mãe é um ato de resistência**: O ativismo político de mulheres negras vítimas de violência institucional. Evento Online, 2018.

PAIM, Claudia. **Iniciativas Coletivas**: modos de fazer na América Latina contemporânea. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Artes Visuais. Do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS. 2009.

PALERMO, Luís Claudio. **Megaeventos e Unidades de Polícia Pacificadora**: representações sobre o lugar das favelas no tecido urbano. *ILHA*, v.15, nº 2, pp.311-330, jul-dez, 2013.

PEDRETTI, Lucas; ZUR, Nina A de A; ALBERGARIA, Rafaela; SANTOS, Shana M.P.D. (Orgs). **Reparação como política**: Reflexões sobre as respostas à violência no Estado do Rio de Janeiro. *Comunicações do ISER*, nº 72, ano 37, 2018.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Trad. Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 3ª reimpressão, 2020.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Autoritarismo e transição**. *Revista USP*, n. 45, março/maio de 1991, pp. 45-56.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3 -15, 1989.

ROCHA, Lia de M. **Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público**. In: *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Orgs: LEITE, M.; ROCHA, L.; FARIAS, J.; CARVALHO, M. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

ROCHA, L. D. O. **Outrage Mothering: black women, racial violence, and power of emoticons in Rio de Janeiro's African Diaspora**. [S.l.]: PhD Dissertation. University of Texas-Austin, 2014.

_____. **Judicialização do sofrimento negro**. Maternidade negra e fluxo do Sistema de Justiça Criminal no Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, 2020.

RODRIGUES, Jéssica Silva. **Testemunhas da necropolítica**: implicações psicossociais dos homicídios juvenis no cotidiano de suas mães. Dissertação (Mestrado). Fortaleza: UFC/CH/PPGPSI, 2019.

SAFATLE, Vladimir. **A memória como experiência política**. In: Democracia e Estado de Exceção. Transição e Memória Política no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Editora FapUNIFESP, 2015.

SANTIAGO, Vinicius. **A maternidade como resistência a violência de Estado**. Cadernos Pagu (55), 2019.

SILVA, Fabiana C. da. **Maternidade negra em Um defeito de cor: a representação literária como ruptura do nacionalismo**. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 54, p. 245-275, maio/ago. 2018.

SILVA, H.N.M. da. **As Ruínas da Cidade Industrial**: resistência e apropriação social do lugar. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?** In: KUCINSKI, Bernardo (ed.). Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015, s/p.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. **O gênero da “nova cidadania”**: o Programa Mulheres da Paz. Sociologia & Antropologia, v.1, 2011.

SOTERO, Edilza Correia. **Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro**: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. Brasília: Ipea, 2013.

VALLADARES, Lícia do P. **A invenção da favela**. Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. **A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional**. Cadernos Pagu (37), julho-dezembro de 2011.

WACQUANT, L. **BOURDIEU, FOUCAULT e o Estado Penal na era Neoliberal**. Revista Transgressões, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 5–22, 2015.

WERNECK, Jurema. **Nossos Passos Vêm de Longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e racismo. Revista da ABPN, v.1, nº1, mar-jun de 2010.